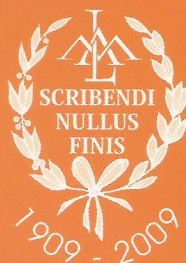


REVISTA DA
ACADEMIA
MINEIRA
DE LETRAS

Ano 92^o
Volume LXVIII
janeiro, fevereiro, março
2014



ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
www.academiamineiradeletras.org.br
atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano
1º Vice-presidente: Amílcar Vianna
Martins Filho
2º Vice-presidente: Yeda Prates
Bernis
Secretário honorário: Oílham José
Secretário geral: Elizabeth Rennó

1º Secretário:
2º Secretário: Patrus Ananias
1º Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
2º Tesoureiro: Manoel Hygino dos
Santos
3º Tesoureiro: Ângelo Machado

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
Editor: Manoel Hygino dos Santos
Revisão: Pedro Sérgio Lozar
Digitação: Marília Moura Guilherme
Capa: Liu Lopes
Diagramação: IDM Composição e Arte Ltda.
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 92º
Academia Mineira de Letras / v. LXVIII
Revista da Academia Mineira de Letras/Academia Mineira de Letras / V. LXVIII/
2014.
Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras
Janeiro, fevereiro e março de 2014
Fundada em 1922
1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias I. Academia Mineira de Letras.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PÉTALA DE LÍRIO QUE O RIO LEVA <i>José Bento Teixeira de Salles</i>	9
UMA CORREÇÃO NECESSÁRIA <i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	13
JOSEPH DE ANCHIETA – O POETA EVANGÉLICO <i>Elizabeth Rennó</i>	15
LINA TÂMEGA PEIXOTO: SAFRA ENTRE DESERTOS <i>Fábio Lucas</i>	27
O PORTUGUÊS E “A BRASILEIRA” <i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza</i>	33
JOSÉ ALCINO, UM POETA DENTRO DO TEMPO <i>Fábio Proença Doyle</i>	37
ALMIR DE OLIVEIRA NAS LETRAS, DIREITO E JUSTIÇA <i>Oíliam José</i>	41
NONADA <i>Carmen Schneider Guimarães</i>	45
PERSONALIDADES LATINO-AMERICANAS III GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ <i>Aloisio Teixeira Garcia</i>	53

LINGUAGEM E LIRISMO EM MARQUES REBELO	
<i>Lina Tâmega Peixoto</i>	55
Música	
POR OCASIÃO DO SESQUICENTENÁRIO DE RICHARD STRAUSS	
<i>Paulo Sérgio Malheiros dos Santos</i>	67
Cinema	
O VIAJANTE, DE PAULO CEZAR SARACENI: UM FILME LUMINOSO E INCONTORNÁVEL	
<i>Marcelo Miranda</i>	73
Artes Plásticas	
CARTA PARA GUIGNARD	
<i>Carlos Perktold</i>	79
A REVOLUÇÃO LIBERAL NO BRASIL	
<i>Eugênio Ferraz</i>	85
BIOGRAFIAS E PRIVACIDADE	
<i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	89
OS 300 ANOS DE CAETÉ – O PÚLPITO DA LIBERDADE	
<i>Roque Camêllo</i>	99
TRAÇOS DA POESIA DE LEDO IVO	
<i>Anderson Braga Horta</i>	103
ANTÔNIO CARLOS SECCHIN, INTÉRPRETE DA BOA POESIA	
<i>Carmen Schneider Guimarães</i>	113
A PASTORA DA SOLIDÃO	
<i>Antônio Sérgio Bueno</i>	117

LITERATURA E DIREITO	
<i>Rogério Medeiros Garcia de Lima</i>	121
MUSCELINO E PADRE EUSTÁQUIO	
<i>Maria de Lourdes Costa Dias Reis</i>	145
O TOQUE DOS SINOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL	
<i>Flávia Maria Silva Valadão</i>	149
FALAR DE MINAS	
<i>Jose Renato de Castro Cesar</i>	159
MEMÓRIA	
<i>Yeda Prates Bernis</i>	183
TRIBUTO A NELSON MANDELA	
<i>Zanoni Neves</i>	185
BALDOSAMENTE	
<i>Gérson Cunha</i>	187
FURNAS DE SÃO DOMINGOS: A CASA DA MINHA AVÓ	
<i>Kátia Chaves Romano</i>	189
O TEMPO NOS LEVARÁ	
<i>Adair José</i>	191
ANJOS DE OURO PRETO	
<i>Tasso de Carvalho</i>	193
OBRAS RECEBIDAS.....	195

Apresentação

Lança-se este número da *Revista da Academia Mineira de Letras* sob o manto da saudade e da falta que lhe faz e a todos os acadêmicos o estimado companheiro de muitos anos: José Bento Teixeira de Salles. Ele foi excelente editor desta publicação, que tanto assimilou de sua inteligência, afabilidade e cultura, deixando um legado altamente precioso.

Estas páginas permanecem abertas e aguardando a colaboração dos acadêmicos e de quantos, movidos pelo amor às letras, se habilitarem a comparecer com suas produções.

Assim dizendo, não perdemos o ensejo de repetir José Bento. Para ele cada dia que passa, nascemos, inclusive na lembrança do passado e na busca ansiosa do futuro.

Pétala de lírio que o rio leva

*José Bento Teixeira de Salles**

Pedem-me “uma declaração de amor à vida”? Por que não uma declaração de amor à morte? Pois se a vida não é, na essência, a longa e inevitável espera da morte? O poeta diria que viver é sempre morrer um pouco. Ou na palavra do Santo-irmão, “é morrendo que se vive para a vida eterna”.

O fato é que, de início, a gente não toma muito conhecimento da vida. Vive-se. Então, despreocupada e inconsequentemente. Aos poucos, porém, ela vai chegando de mansinho, armando sua cama, preparando seu bote: uma estocada aqui, uma traição pelas costas, um tapa na cara, uma alfinetada nos sentimentos, uma punhalada no coração. E assim vão surgindo as angústias, os desapontamentos, as mágoas, as dores. Sofridas lembranças, amargas experiências.

Mas, o jeito é tocar para a frente, na longa e exaustiva caminhada da vida.

Depois, ela vai ficando chata: uma pedra no sapato, um colarinho apertado, violências impunes, burrices enlatadas. Na entressafra da mediocridade, um crime a mais, uma liberdade a menos.

O que tem isso diante da vida? Nenhuma importância tem. A vida é esta: “Subir Bahia, descer Floresta”, na provinciana megalópole da Capital. E as suas incertezas e contradições, até que reduzem a monotonia

* Jornalista, escritor, ex-editor da *Revista da Academia Mineira de Letras*. Ocupou a cadeira nº 28.

do quotidiano. Um dia de sol outro de chuva. Uma no cravo, outro na ferradura. “A alegria de um barco voltando”, a tristeza de um trem se acabando. E com ele, as serras que se vão, nivelando na planície das concessões os homens que habitavam nas montanhas.

Vida que não é vida. Vida besta de ser vivida, de imposições e preconceitos, de equívocos e de mentiras. De ódio e de inveja. De ambições e de torpezas, de insegurança e de medo.

Ai de nós, pobres mortais, engolfados na vida à espera da morte. Ilha de sofrimento, cercada pela miséria de uns, pelo desespero de outros, pela punitiva condição humana de todos. Eu a amo assim, masoquistamente ilhado, naufrago dos homens e do mundo.

A longa viagem, partindo dos sonhos da criança, rumo à certeza do desconhecido. A exaustiva subida do morro interminável, em busca – de quê? Na árdua caminhada, os espinhos lacerando o rosto, os cascalhos sangrando os pés.

Depois, a descida angustiante e inconsequente.

A esta altura da vida, como se tornam distantes as lembranças da infância! O casarão colonial de meus avós. O adro do Rosário, o sino da Matriz. A venda do Rafinha, o beco da Ceçola, o campo do Santa Cruz. O córrego do Tenente, o córrego da Calçada, o rio das Velhas desafiando, adiante, o São Francisco. A fonte dos Camelos, o chafariz da Intendência. A mãe preta, branca de sentimentos. A mãe branca, dourada de pureza.

Os dias se passando e eu ouvindo, sem sentir, “a música infinita do silêncio”, deixando os pés metidos na água cristalina dos córregos, atapetados pelos seixos alvos. No ar, o perfume dos lírios silvestres debruçados sobre o espelho das águas.

A pétala perdida sobrenadando, leito do córrego abaixo, aos poucos distante, cada vez mais distante, até perder-se de vista, arrastada, pela torrente das águas até a morte.

E eu, criança ainda, sem saber que aquela pétala era um pedaço da vida.

Pedem-me uma declaração de amor à vida?

– Pétala, eu te amo!

P.S. – É claro que eu não me desnudaria assim, impunemente, ao leitor. Na verdade, o que penso é exatamente o oposto do que até aqui foi escrito.

O importante é a vida, pois a morte só existe em função da vida – se me permitem a observação acaciana.

A lição cristã nos ensina que a morte é o grande passo para o fim inevitável; cada dia que passa, renascemos. Renascemos nessa pétala de lírio que me acompanha pela vida afora. Renascemos na sucessão dos dias e nos contratos de cada hora. No riso da criança, no perfume da flor, no enlevo da música. Nos sonhos da juventude, na confraternização da amizade, no conforto da compreensão humana. Renascemos na lembrança do passado e na busca ansiosa do futuro. Na alegria que sucede a tristeza e no prazer que compensa o sofrimento. Na ilusão de um ideal e na euforia de um momento fugaz. Na afirmação de um filho gerado e no carinho de uma mulher querida. Por tudo isso, eu amo a vida. Até a morte, é claro.



Uma correção necessária

Angelo Oswaldo de Araújo Santos*

Havia lido notícia da conferência do historiador Kenneth Maxwell no Museu da Inconfidência. Lamentei estar distante e, por conseguinte, perder um momento singular. Autor de *Devassa da Devassa*, Maxwell foi quem mais objetivamente desvelou as implicações do contratador João Rodrigues de Macedo na trama dos conjurados de 1789 e nos bastidores dos acontecimentos traumáticos que então se multiplicaram no principal eixo do Brasil colonial. Noite alta, acordei sobressaltado. As ideias se clarificaram, de repente, cortando meu sono, e percebi, então, o equívoco em que me tinha enredado.

Ponho a culpa na pressa de redigir uma resenha sobre o livro da historiadora Maria Agripina Neves, a respeito da Ordem do Carmo de Ouro Preto. Tinha feito anotações acerca do relevante trabalho, e acabei por cometer imprecisão grave exatamente sobre uma data de grande significado. Move-me a mania de escrever sob uma visada “impura”, segundo classificação do mestre Antonio Candido, que sublinha o bom sentido da palavra quando impureza traduz o não desejo de especificidade e depuração formalistas. Mas, naquela noite, atinei com o equívoco que acabara por prejudicar não só o meu texto, como a pesquisa realizada nos arquivos carmelitanos da antiga Vila Rica, a qual queria eu destacar e enaltecer.

* Jornalista, escritor, presidente do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 3.

Ao referir a posse de João Rodrigues de Macedo como prior da Ordem Terceira do Carmo, afirmei que o evento de 5 de julho de 1789 ocorrera “um mês e um dia” após a morte do poeta Cláudio Manuel da Costa. Em verdade, a posse aconteceu no dia seguinte ao do falecimento do inconfidente, 4 de julho, em um dos cômodos térreos da Casa dos Contos, propriedade e residência de Macedo. Foi na sala cuja porta fica sob a escada, e não no diminuto cômodo que se vê, sob os degraus, tantas vezes apresentado como cela do inconfidente.

Foi sob o impacto da descoberta em sua casa do corpo de Cláudio Manuel, no dia anterior, que o contratador investiu-se no priorado do sodalício mais prestigioso da Capitania das Minas. A morada de Macedo se transformara em cárcere dos detidos, e o dr. Cláudio nela morreu, a poucos passos da casa em que viviam sua amante negra, Francisca Ângela, e seus filhos, logo adiante da ponte dos Contos, na rua São José.

Cláudio Manuel nasceu em 4 de junho de 1729, na Fazenda da Vargem do Itacolomi, sítio histórico marianense que tive a alegria de conhecer, em 2009, como prefeito de Ouro Preto, na companhia do sr. Odilon de Souza, de Santo Antônio do Salto. Quis ali reverenciar a memória do autor do poema *Vila Rica*, no qual ele cantou a epopeia de Ouro Preto, nascida aos pés do mítico Itacolomi. No artigo sobre o livro de Maria Agripina, troquei a data de morte pela de nascimento, e distanciei em um mês o triste fim do poeta da investidura solene que serviria de mais uma robusta proteção à imunidade de Rodrigues de Macedo nos dias terríveis das delações e prisões de conjurados.

Publicada no volume LXV da *Revista da Academia Mineira de Letras*, que apareceu no segundo trimestre de 2013, a nota merecia este reparo. Que faço em honra da revista e da autora do livro resenhado, em favor da exatidão dos dados históricos e pelo meu respeito ao zelo com que a maioria dos historiadores tem tratado os inúmeros temas da Inconfidência Mineira.



Joseph de Anchieta – o poeta evangélico

*Elizabeth Rennó**

Quatrocentos e oitenta anos nos separam da passagem de Anchieta sobre a terra, e ao lembrar-lhe os feitos vem-me aquele mesmo sentimento de pequenez de que já se sentira tomado o Apóstolo do Brasil ao iniciar o seu louvor à Virgem nas areias de Iperoig, quando ali traçou o *Exórdio*, no *Poema da Bem-Aventurada Virgem Maria Mãe de Deus*:

*Cantar? Calar? Ó Mãe de Jesus todo santa,
cala-se minha boca ou teus louvores canta?
O teu piedoso amor, com que a mente aguilhoas,
manda cantar, senhora, estas modestas loas.
Mas teme em língua impura exaltar-te as grandezas,
pois que manchada jaz de muitas vis torpezas.
Como ousará louvar uma língua profana
quem fechou em seu seio a alteza soberana?
Pasmada fuge a alma, a não ser que afugente
teu amor, Virgem Mãe, o medo à minha mente.
Que fazer? Que temer? há de o peito ser gelo
e a língua teu louvor não saberá dizê-lo?
Tu me obrigas ao canto e as palavras alentas
a quem tenta falar, tu, minha mão sustentas...*

* Professora. Presidente da Academia Municipalista de Letras, Presidente Emérita da Academia Feminina Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 21 da Academia Mineira de Letras.

O conceito da diferença opõe-se à cultura do narcisismo, que exalta o Eu no autocentrismo, numa estetização ritual da existência na pós-modernidade. Este autocentrismo impossibilita o doar-se, o dividir-se sempre, o despedaçar-se por vocação em identificações contraditórias. Esta diferença remete à singularidade do sujeito, no esartejamento que forma a subjetividade, na personalidade descentrada, fonte de criação.

Nesse tal despojamento que se condiciona ao sublime, viveu Anchieta. E se situa dentro da doutrina tomista, em que o homem, valor absoluto, pela autoconsciência, universalidade, autonomia, pela imanência do divino em si, tem como último fim o conhecer e o amar a Deus.

E amando a Deus e ao seu semelhante, primitivo, inocente ou cruel, desenvolveu Anchieta o seu mister nas terras selvagens daqueles Brasis de 1500.

Embora Antônio Saraiva, na *História da Literatura Portuguesa*, diga que a poesia e as dramatizações de Joseph de Anchieta nada tenham de especificamente brasileiro, Afrânio Peixoto frisa: *A importância da obra anchietana cresce a nossos olhos quando consideramos que o missionário escreveu para brasileiros ou no Brasil, numa época, século XVI, em que só se escrevia uma literatura informativa sobre o Brasil, destinada para europeus.*

Segundo Afrânio Coutinho, a evolução da nossa literatura foi o resultado de uma luta entre uma tradição importada e a busca de uma nova tradição de cunho local ou nativo. Europa *versus* América marcam o início da expressão da Colônia.

O primeiro passo foi dado pelos jesuítas, sobressaindo entre eles Anchieta, quando estudaram as línguas, a etnografia, os costumes indígenas, no intuito de dirigi-los para uma conquista espiritual e religiosa pretendida, em que atuaram, como fatores principais, a poesia e o teatro.

A literatura luso-tupi jesuítica difere da castelhano-guarani pela união ímpar com o nativo, seu coadjuvante; pela preferência da forma poética e pela divertificação no uso das línguas: português, espanhol, tupi e guarani. Também apresenta o valor de Joseph de Anchieta, poeta e dramaturgo, e de Manuel da Nóbrega, pedagogo e psicólogo.

Merecem menção, pela atividade literária junto à ação desbravadora, Rui Pereira, Fernão Cardim e Aspicuelta Navarro, dos primeiros a se assinalarem no estudo do tupi, para o qual verteram trechos da Bíblia, artigos de fé e orações.

Com a aproximação pelo idioma e pela fala, conheceu-se melhor o moço indígena. Sua tendência musical e a facilidade no manejar de instrumentos de charamelas, frautas, cornetas e fagotes dos civilizados, junto aos nativos taquara e maracás, fizeram com que atuassem nas igrejas, nos autos, nas éclogas e nos dramas e comédias.

José Veríssimo coloca: *Salvo exceções diminutas, o português vindo ao Brasil pertencia às classes inferiores do reino, no que se refere à classe social, moral ou econômica*, numa visão mais realista.

Esta sociedade que se esboçava dividia-se entre os grandes proprietários rurais e a numerosa parte escravizada. Não era ambiente em que medrassem trocas intelectuais ou literárias, com suas casas rústicas e feias, denotando a falta do gosto estético.

O primeiro traço intelectual que se marcou foi a vinda dos primeiros componentes da Companhia de Jesus para a tarefa da catequese e do ensino. Em 1576, já se estendia a sua rede de escolas: de ensino básico por Porto Seguro, Ilhéus, Salvador, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente, Pernambuco; de instrução mais completa, com aulas de Latim e Humanidades nos colégios que também ofereciam aulas de Artes e Teologia. Em seguida, foram fundados os colégios da Paraíba, Belém, Maranhão, entre outros.

Apesar desta grande expansão que abrangia toda a costa brasileira, a instrução jesuítica, pelo conteúdo do seu currículo escolar, distanciava-se da realidade vivida, visando a recrutar elementos para a Ordem, educação formalista, que não assentava as bases para um entendimento da vida e do homem.

Era, entretanto, necessário aquele processo educativo, com consequência proveitosa, junto à contingência de abstração ao poder político e aos reclamos do meio.

Os jesuitas preocupavam-se apenas com a catequese e o recrutamento de fiéis, sem que perturbassem a estrutura da colônia, com sua

diferenciação de classes ou o divórcio que separava os homens de pensamento, falantes de uma língua culta, e o povo em geral.

Desta educação, diz Veríssimo, literária e vistosa, não saiu um verdadeiro poeta, fosse qual fosse a língua que falasse! Não podem ser considerados princípios da literatura brasileira trabalhos esparsos, pura imitação lusa, publicados em Lisboa.

Anchieta foi, indiscutivelmente, o primeiro indianista brasileiro, com suas produções catequistas voltadas para a formação humana. Iniciador de nossa literatura, em que pese às críticas contrárias, foi o organizador de uma gramática e um vocabulário da língua brasílica, escrevendo orações em tupi, como a que se segue:

Ó Virgem Maria

Tupã cy etê

Abe pe ara pora

Oicó endê

Ó Virgem Maria

Mãe de Deus

Junto a Ele que é maior que tudo

e que está em toda a parte.

Era preciso ser índio também, no entendimento que vem da caridade cristã e da compreensão, para civilizar o indígena.

Anchieta, como primeiro escritor indianista, é pouco estudado.

A carta do “achamento” de Pero Vaz de Caminha, comunicando a descoberta da ilha de Vera Cruz ao rei D. Manoel de Portugal, foi o primeiro documento escrito sobre os índios. Foi traduzida para várias línguas, servindo de base para Thomas Morus escrever sua *Utopia*. O português escrivão ficara encantado com os indígenas, com as índias principalmente, chamadas por Gilberto Freire de “mouras encantadas”. Esta mulher do mato lhe parecera mais bonita que as do reino e servia à sua fantasia de polígamo por excelência.

Escritores franceses viam no índio brasileiro uma ideia nova do mundo que despertava, pelo modo de viver em comunhão com a natureza e em regime social livre e feliz. Ronsard publicou o poema indianista *Ode contre Fortune* e Lope da Vega, *O Brasil Restituído*. Escritor português indianista não apareceu.

Montaigne introduziu na língua francesa a ideia do homem “naturalmente bom ao sair das mãos do Criador”, este mito do Bom Selvagem é difundido pelo mundo e os exotismos do tupi figuravam nos dicionários franceses. Enquanto uma ordem portuguesa proibia o uso da língua brasílica no Brasil, Rousseau glorificava esse “bom selvagem”, em sentido social e humano.

Continuava a ser igual o tratamento dado ao primeiro habitante de Pindorama. Nas obras baseadas nesse mito havia três aspectos: a destruição da raça pelos colonizadores, a valorização da raça indígena e o lirismo destinado à mulher indígena.

A poesia de Anchieta era didática. Simples, direta, destituída dos artifícios quinhentistas, a linguagem desataviada marca a intenção literária. Que não pode ser a do início de uma literatura mas a precursora de um objetivo que se consumou mais tarde. É o que entendeu Sílvio Romero. Não se pode falar em uma literatura nacional, quando o Brasil não existia ainda como nação; o que é compreensível e verdadeiro. Maria de Lourdes de Paula Martins, autoridade no assunto, assegura que *a obra literária de Anchieta tem menos interesse poético que político e histórico.*

Dramaturgo o foi, em primeiro lugar, consciente na sua missão evangélica ao empregar motivos sedutores, em lírica feita com intenção religiosa.

Na coletânea *Primeiras Letras*, com notas e introdução de Afrânio Peixoto, os poemas *À Santa Inês* e *Ao Santíssimo Sacramento* representam o lirismo e a expressão, junto à suavidade do ritmo. *Ao Santíssimo Sacramento* é formado de 46 quadras, em que em cada uma os três primeiros versos eram de sete sílabas e o último dos três rimava com o primeiro da quadra seguinte, sendo este último de três sílabas. *À Santa Inês* compõe-se de uma quadra e nove oitavas, em redondilha menor, com rimas alternadas ou opostas, em forma poética de difícil composição:

.....*Não se vende em praça
 Esta pão da vida,
 Porque é comida
 Que se dá de graça
 Oh! preciosa massa!
 Oh! Que pão tão novo!
 Que com vossa vinda
 Quer Deus dar ao povo.....*

O padre Serafim Leite, em *História da Companhia de Jesus no Brasil*, transcreve-as e comenta: *unem ao pensamento teológico da graça uma sugestão eucarística do mais puro lirismo.*

O poema épico *De Gestis Mendi de Saa* foi composto após a expulsão dos franceses pelo terceiro governador geral do Brasil, em 1560, no Forte de Coligny, na chamada então França Antártica. Foi traduzido pelo padre Armando Cardoso, editado pelo Arquivo Nacional, em 1958 e em 2ª edição, em 1984, pelas Edições Loyola.

Poemas Eucarísticos e Outros, SP, 1975, Loyola, agrupam seis poemas latinos sobre o Santíssimo Sacramento e oito em versos sáficos – 3 decassílabos e 12 pentassílabos – sobre Nossa Senhora; o poema *Assunção*, parte do *Poema da Virgem*, e duas odes sáficas em louvor de São Lourenço e Santa Catarina, além de quatorze epigramas a diversos santos.

Deixou Anchieta 10.200 versos escritos em latim, 9.200 em português, castelhano e tupi.

Do maior interesse são as suas cartas, em latim, em que se encontram as primeiras noções sobre a fauna, flora e etnologia brasileira, os seus sermões e a coleção de biografias dos padres da Companhia, que aqui estiveram junto com ele.

O ano de 1886 assinala a publicação de *Informações e Fragmentos Históricos*, reeditadas em 1933 com documentos, mas incluindo trabalhos que não são de Anchieta, com anotações de Alcântara Machado, sob o título *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. A primeira edição traz introdução e notas de Capistrano de Abreu. A melhor

edição de suas cartas, no entanto é a organizada pelo padre Serafim Leite nos *Monumenta Brasiliae*, volumes II, III e V, 1957-1967.

O poema da Virgem: *De Beata Virgine Matre Maria* é o mais conhecido deles. O valor humanístico deste poema mariano perdura há mais de quatro séculos. Elegia clássica e rigorosa métrica coordenadas em seus elementos principais: ambiente, selva, cativo do poeta, forma, tema, extensão de conceitos, de imagens representam a maior obra a favor da Senhora, por cuja honra tomara aquela devota empresa. Daí a alguns meses a escreveu na casa de São Vicente, esta obra de 2893 dísticos, que fazem 5786 versos. Restam dois manuscritos do poema, o de Algorta, encontrado nesta cidade basca e o de Santiago do Chile, no Colégio dos Jesuítas, examinado pelo padre Hélio Abranches Viotti, especialista na vida de Anchieta. Escrito em latim, em dísticos, unindo o hexâmetro e o pentâmetro clássicos, traduz o paralelismo bíblico calcado em salmos e cânticos hebreus, e em processo de criação aos versos de Ovídio e Horácio. Este poema, mais do que uma oração plena de misticismo, de amor, de um estro de súplica e de lamentação, é uma conversa. Conversa entre Maria e Joseph, que provoca a meditação em combinação elegíaca virtuosa.

O *Beata Virgine* repassa, em seus livros e capítulos, a infância, a maternidade, a paixão e a glória da Mãe e de seu Filho, o Salvador. Surge o poema no cenário das areias de Iperoig, aldeia do chefe tamoio Caoquira, quando do cativo de Anchieta como refém em 1563. Foi relembrado prodigiosamente e conservado em escrita mais duradoura do que aquela que o mar desmanchava na praia. As referências bíblicas, tanto ao Antigo Testamento como ao Novo Testamento são mais de 800, constituindo-se em versos de grande valor literário.

Anchieta aparece como tema e é analisado a partir da *Confederação dos Tamoios* e sucessivamente por Olavo Bilac, Fagundes Varela, Machado de Assis, Guilherme de Almeida, Afonso Celso, Cecília Meireles, Pedro Calmon.

No Livro I, Canto I, *Laudes Virginis Ordine Alphabetico* apresenta imagens sobre a Mãe de Deus, em estilo clássico, recurso poético bíblico: Maria é Árvore da Vida, Bastão, Colina, Duto de Água Viva, Efigie Real,

Gema, Lua, Mar, Óbice Eterno, Porto de Paz, Vara de Jessé. Cada letra dá origem a um poema clássico, apresentando grandiosamente o seu tema. Este processo é retomado no último Canto, nas *Petitiones Piae ad Virginem Mariam Per Ordine Alphabeti*, em que ao Altar de Deus, à Base de Ouro, Vergel de Cristo, Orla e Porto de Mar, o poeta pede recolhimento, sustento, sombra.

Termina assim esse poema, grande oração de vida pela qual continuou a exercer o seu apostolado com as armas de seus versos, geradora da beleza espiritual contra a corrupção e a licenciosidade. Aliteraões, paralelismos, contrastes marcam essa grandiosa obra consagradora de um poeta desde o *Exórdio*, seu início, até a sua final *Dedicatória*:

*Eis, ó Mãe toda santa, o que outrora eu em verso
te prometi com voto, entre o gentio adverso,
Enquanto ao cru Tamoio abrandei co'a presença
e tratei, qual refém, a obra da paz suspensa,
teu favor me acolheu com afeto tão caro
que alma e corpo guardou, sem culpa, teu amparo.
A inspirações de Deus, almejei mil cansaços
cruelmente expirar, prèso por duros laços.
Mas minha ânsia sofreu a repulsa irrisória,
porque só aos herois compete tanta glória!*

O padre Quirino Caixa, orientador de Anchieta, ouvira-lhe o modo como, sempre se valendo da proteção da Mãe de Deus, guardara na memória toda a obra composta, que fora escrita em São Vicente. Confirmação feita pelo Provincial Pero Rodrigues e registrada nas *Primeiras Biografias de Anchieta*, que englobavam os manuscritos alusivos ao fato, em 1605. Encarregado da impressão das poesias de Anchieta, desde 1643, o padre Simão de Vasconcelos acrescentou: *Aqui fez promessa à Senhora de compor sua vida em verso. Mas como cantaria versos de Sião em terra alheia, onde nem tinha livros, nem tinta, nem papel, nem pena? A tudo deu traças o amor da Senhora. Saía-se à praia do mar e ali junto ao brando murmurar das águas, passeando com os*

olhos no céu, compunha os versos e logo, virando-os à praia, fazia dela branco papel em que os escrevia, para melhor retê-los na memória.

Assim ia compondo a obra, depois de cumprir com Deus muitas horas de oração, noite e dia, de ensinar a doutrina aos inimigos e lavrar com a palavra duras pedras, somente valendo-se de sua memória extraordinária e sua rara habilidade.

A expressão da escritura anchietana foi a identificação com a nova terra e seu autóctone. Como alto intérprete do espírito barroco de seu tempo, iniciou o processo da intelectualidade brasileira, enquanto literatura. Ao identificar-se com o sentimento brasileiro no descobrir a exotividade de uma contextura e do relevo físico e humano, tornou-se o seu primeiro e fiel tradutor.

Uma nova literatura surgiu através dele, como ponte construída entre as ideias da Idade Média e o Barroco. Imune às correntes renovadoras humanistas europeias do século XVI, ligou-se ao sentido espiritual do desenvolvimento contra-reformista, formadora da ideologia moral da era barroca.

Na sua poesia, presa à linha palaciana e medieval da lírica portuguesa, produziu versos que exortavam e edificavam. Seu teatro adaptou-se ao meio e a um ecossistema virgem, folclórico e insinuante. A catequese foi feita de maneira sedutora, com som, música, cânticos e mistérios.

Sua obra foi o marco da série de ufanismo nativista, de exaltação à terra, no primeiro ciclo da literatura brasileira. A terra prometida, o eldorado são os mitos que formaram esta literatura, dentro do conflito entre a forma de cultura complexa e elaborada e o produto espontâneo e telúrico. A literatura romântica provocou as palavras de Afrânio Peixoto que grafava que *o brasileiro, em vez de ir à Europa, retornava à Europa.*

Defrontavam-se o autor e a natureza, na contemplação estética e lírica de um cenário luxurioso. Caminho percorrido pelo indianismo e pelo sertanismo. Os temas nativos e regionais acarretam aplausos de um público que busca a sua consciência cívica. Este prestígio ficou enfraquecido com a crescente urbanização, a partir do século XIX, em que a fase romântico-realista se firmou, em moldes europeus.

No Romantismo, a procura de uma nacionalidade literária foi colocada em termos políticos. A autonomia literária confundiu-se com a independência política. Os escritores usaram suas armas gráficas em prol da Independência, da Abolição ou da República, na exaltação do espírito guerreiro. Como expressão nacionalista e política, a oratória, a polêmica ou o ensaio eram os gêneros mais usais. Este entender errôneo tira o caráter estético próprio da literatura, que se amplia, por seus valores intrínsecos, paralela, no entanto, ao movimento político, econômico e social, mas independente no seu caminhar para a aquisição de uma autoconsciência.

Esta foi a realidade quando um homem novo, o colonizador, alcançando e adaptando-se à nova terra, aculturou-se e conseguiu fundir-se ao meio autóctone que ali encontrou, e desta troca de influências difíceis e sofridas nasceu o germe de uma literatura própria.

No ingente esforço de Alencar com seu arroubo nativista em favor de uma nova linguagem, na nova poesia de Castro Alves, do indianismo mameluco de Gonçalves Dias, da defesa do sertão e do seu homem, coroada por certos laivos locais de Rui Barbosa, firma-se a literatura brasileira. As imagens da Flor do Lácio foram substituídas, sem contudo abandonarem os lances líricos e à originalidade.

No subconsciente, todo escritor brasileiro ambiciona escrever um retrato do Brasil, o que explica a exuberância de nossa literatura regional, na citação de Bernardo Élis.

Grande motivo é o Brasil, seja na ficção ou na história.

O estudo e o conhecimento da terra, desde os primeiros tempos da colônia, desde os autos de Anchieta, foram o meio criatório de um sentimento nativista que explode no Modernismo, no *tupi or not tupi*, em *Macunaíma*, no *Martim Cererê*, no rompimento iconoclasta para a conquista de uma literatura brasileira que alcança a pós-modernidade em seu *corpus* fragmentado na diferença de um novo movimento descontínuo.

O carisma de Anchieta é teia que envolve quantos se aproximam de sua obra e do conhecimento de sua vida.

A quem humildemente assinava: *o pobre e inútil José*, Maria foi guia, quando descalço e desprovido de roupas adequadas ou comida, andava

pelos matos, sob chuva e geadas, levando-o ao porto seguro de um reconhecimento de sua obra, de seu desvelo, de sua caridade, de seu profundo despojamento.

O menino de quase 20 anos, doente, corcunda, *cão da casa do Senhor*, segundo ele mesmo, ergueu de sua abnegação, de sua luta em favor dos direitos dos indígenas, do seu ofício de cozinheiro, enfermeiro, escrivão, o tesouro que permanece.

Foi um dos fundadores da cidade de São Paulo, cuja origem foi o histórico Pátio do Colégio. É sua esta descrição da escolinha de Piratininga: *Aqui se fez uma casinha pequena de palha, com uma cama de esteira por porta... As camas eram redes, o cobertor, o fogo. O vestido era pobre. Para mesa usaram muito tempo folhas largas das árvores... mas bem se excusavam toalhas onde faltava o que comer...*

Trenta anos mais tarde pouco mudaria esta situação de penúria! O Superior de todos os jesuítas usava roupa remendada, ocupava pobre aposento, andava sempre a pé, muitas vezes descalço!

Fundou o Hospital da Misericórdia, no Rio de Janeiro, atual Santa Casa, onde operou curas prodigiosas. Renunciando ao cargo de Provincial seguiu para o Espírito Santo, como Superior da Capitania. Continuou seu ofício de religioso, pastor, escritor e compôs as duas últimas peças teatrais: *O Auto da Vila Vitória* e *Na Visitação de Santa Isabel*.

Faleceu a 9 de junho de 1597, na aldeia de Reritiba por ele fundada, hoje Anchieta. Foram oficiadas exéquias na igreja de São Tiago, em Vitória.

Os quarenta e quatro anos de atividades em terra brasileira coincidem com a segunda metade do século XVI, período decisivo para a consolidação do domínio português na América e a moldagem dos traços definitivos do país, em seus aspectos culturais e religiosos.

Joseph de Anchieta permanece vivo na admiração do povo brasileiro pela sua personalidade múltipla, imigrante, religioso, poeta, evangelizador, trabalhador, professor, dramaturgo.

Anchieta foi beatificado a 22 de junho de 1980 por João Paulo II. Na *Lumen Gentium*, Vaticano II, encontra-se: *Entre os varões que a Divina Providência se dignou enviar do céu para plantar, cultivar e propagar a religião entre os povos do Brasil prima José de Anchieta.*

O processo de canonização teve início em 1627, chegou à Sagrada Congregação para a Causa dos Santos, porém foi interrompido, a partir da extinção da Companhia de Jesus pelo Papa Clemente IV.

Os sinos de todas as igrejas de São Paulo tocaram às 14 horas do dia 3 de abril de 2014, no instante em que o Papa Francisco assinou, no Vaticano, o decreto de canonização do Beato José de Anchieta, o Apóstolo do Brasil. A principal comemoração foi feita no centro da capital paulista, no Pátio do Colégio, antigo Colégio de Piratininga, criado por Anchieta e pelo padre Manoel da Nóbrega em 25 de janeiro de 1554, data que coincide com a fundação da cidade de São Paulo.

Brasileiro, apesar de ter nascido em San Cristóbal de La Laguna, na ilha de Tenerife, arquipélago das Canárias, Espanha, no dia 19 de março de 1534, por ter construído aqui, durante 44 anos, o grande patrimônio moral que coroa o seu viver de apostolado, cuja única ambição foi a de ver um Brasil cristão.

Três mil índios acompanharam seu último trajeto terrestre, durante os 90 quilômetros que separavam Reritiba de Vitória, em homenagem fraterna ao brasileiro e indígena Joseph de Anchieta, agora São José de Anchieta.



Lina Tâmega Peixoto: safra entre desertos

Fábio Lucas*

Esteve na Academia Mineira de Letras, em março de 2014, a poetisa e ensaísta Lina Tâmega Peixoto. Tratou, com invulgar acuidade, da obra de um prosador, Marques Rebelo. Elisabeth Rennó apresentou a conferencista e, no final, avaliou-lhe o texto. Angela Vaz Leão, presente, enalteceu-lhe a leitura dos contos e romances do ficcionista, que, em certa época, morou em BH e explorou o interior de Minas. Bela tarde de convivência com as Letras, graças à iniciativa da poetisa Yeda Prates Bernis.

Tive contato numeroso com a obra poética de Lina Tâmega Peixoto. Analisei-lhe a coletânea *Prefácio de vida* (Rio: Editora da Palavra, 2010). Procurei coordenar os valores intrínsecos dos poemas à atmosfera lírica que alimenta a autora, da qual extrai reminiscências reflexivas dos impulsos confessionais. Após aquele trabalho, tentativa de cuidar do universo lírico da poeta, vim a ler, reler e tresler os poemas de *Entre Desertos*, no intuito de agradecer a fina dedicatória com que ela me honrou, dedicando-me um dos poemas-chaves do conjunto, intitulado “A panela”. Deliberei remeter a Lina Tâmega Peixoto uma carta-ensaio, na qual extravasei o meu aplauso à obra. No fundo, ela diz do culto à palavra para recompor os espaços mineiros que a marcaram nos caminhos da vida. É no trânsito do espaço que se fabrica o tempo, que nos devora. O poema “Medidas do Tempo” retrata bem o impasse filosófico da poeta,

* Professor, ensaísta. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 22.

pois, enquanto o tempo é trama que serve para o “aleitamento do sonho”, torna-se “lume e verdugo juntos”.

Seguem-se os meus pronunciamentos acerca do notável acervo de Lina Tâmega Peixoto. Ao deparar-me com *Entre Desertos*, remeti a ela a carta-ensaio em que enfatizo o tom elegíaco do conjunto.

1) Cantos das mágoas

Chama-se *Prefácio de vida* (Rio: editora da palavra, 2010) a última obra de Lina Tâmega Peixoto. Abre-se com o título “Cecília Meireles – estrela e abismo”, que, adverte a autora, deve ser lido como prefácio.

Temos, no caso, prosa confessional. Inspira-se o ar do clima autobiográfico, revelador da fonte poético-vivencial da autora. Converte-se num ensaio, desde que aceita a noção de que o ensaio não passa da poesia da crítica.

Mas Lina Tâmega Peixoto foi além do ensaio convencional. É que as cláusulas avaliativas foram abafadas pela expansão das marcas da construção vital da poeta, centralizada no corpo, como foco aquecido de percepções; e no espírito, como depósito e manancial da expressão.

Também a coletânea de poemas não se distancia do poder de transfiguração da experiência em palavras de cunho confessional. A infância é rebuscada em cada lance, assim como o são as vozes inspiradoras, na linha do amor e da leitura. Por essa janela é que Lina Tâmega Peixoto recebe e acumula emoções e as devolve ao mundo de leitores sob forma de poemas multifacetados. Temos, pois, poesia lírica, afetada pelos acordes do mundo. A primeira fonte terá sido Cecília Meireles, mas há outras de feição doméstica, de convivência literária, de contato com o universo das relações e de memória cultural. Por exemplo: Minas Gerais, Cataguases, Açores, Amarante e sua gente. As palavras, sob o timbre poético, não se organizam apenas para enfatizar os pormenores do exterior e enumerar seu cunho nostálgico. Elas transportam igualmente o sentido da viagem, tão natural aos navegantes. Mas externam as inquietações e os choques entre desejos recalçados e aspirações em curso. Nem o paraíso perdido, nem a glória que se desenha. Mas o relato

multívoco, polissêmico da viagem, num jeito original, único, visceral da autora, a edificar o idioleto da sua caminhada. Daí o *Prefácio de vida*, síntese de uma existência que se essencializa na escrita.

Nessa obra, talvez a mais bem sucedida de sua vida, Lina Tâmega Peixoto continua a explorar a poesia lírica, pois os textos se centralizam no “eu poético”. No entanto, o modo de o fazer se cristaliza em poemas de várias faces, de uma visão quase surreal, não fosse o acúmulo de sinais que apontam para o impulso autorreferente. Como se a grande poetisa procedesse como a “senhora velha” do poema-em-prosa “Por conta do arco-da-velha”, ao usar imagem “puxada da magnífica e desarrumada memória”. (ob. cit., p. 43). Isso, sem invocarmos o final do poema “Galícia – Segunda viagem”:

“Até quando aguentarei girar a Terra
para o lado da minha infância?” (ob. cit., p. 54)

No fundo, todos os poemas falam da vida e da morte. E os poemas líricos se dirigem ao amor. Mas, no meio, ficam as dúvidas e as questões, a embalar sonhos e fantasias. É talvez, a trajetória da caminhante. O poema “Imprecações” de Lina Tâmega conduz o que seriam afirmativas a uma sequência de interrogações, cujo terceto final proclama:

“Busco, com suspiros e saudades, o amor distante.
E se o desejo não roçar o corpo amante
por ser matéria do pensamento?”

Vislumbra-se, aí, aquele sentido amargo de Cecília Meireles, tão alado e superior. Aliás, no *Prefácio de vida*, Lina Tâmega se permite indagar de si em inúmeros recantos, sem descuidar de, vez por outra, interrogar o efeito do poema. É o que faz numa de suas melhores composições. “Permissões do poema”, do qual se extraem, à guisa de ilustração, estes versos:

“Que o poema permita que eu esteja presente
ao desfolhar de sua beleza
e à cruel louçania da criação.” (ob. cit., p. 29)

Enfim, na interminável busca de si, do outro, do começo e do porvir, a poeta faz um jogo de ida e volta às raízes. A viagem é um símbolo, a partida e a chegada povoam os poemas, mas há um intervalo entre o sentir e o imaginar. Em “Becos do olhar”, acontecido em Portugal, o fecho é inevitável:

“Encimada pelo respirar do dia
escrevo cidades e ruas
por onde andarei
desatada de Minas.” (ob. cit., p. 34)

E no poema “Encontro”, reminiscência dos Açores, dedicado à memória de Manoel Inácio Peixoto e com epígrafe de Francisco Inácio Peixoto, rebrilha, na distância, o solo natal:

“Eu já sou relíquia do passado
que deixo em um canto a ilha
ou em uma cidade de Minas.
Cataguazes.”

São efeitos ideativos, portanto da centralidade do “eu poético”, no belo engenho de Lina Tâmega Peixoto.

2) Canções do nada, esperanças

S. Paulo, 17 de fevereiro de 2014

Minha cara
Lina Tâmega Peixoto:

Venho agradecer-lhe, de coração, a amável remessa de *Entre Desertos* (Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2013). Além de ser a mais requintada de suas obras, contém a coletânea o poema “A Janela”, a mim dedicado. Isso me confere inenarrável distinção.

Explico: depois de ler e reler *Entre Desertos*, concretizado nas múltiplas revelações do seu estro para a refinada dicção poética, ocorria-me um gesto lúdico, toponímico, de situá-la no mapa dos melhores criadores da manifestação lírica do país. Mentalmente acrescentava eu, ao inspirado título, o vocábulo “Elegia”, grifando a coletânea com o designativo “Elegia entre Desertos”.

É que, deslizando da forma com que se reveste o conteúdo, lamentação musical e nostálgica das perdas que o curso da vida consciente nos oferece, passei do apropriado gênero literário para a substância da queixa acústica, ou seja, o teor de verdade dos poemas.

Você lidou, com beleza e sabedoria, com os arquétipos da condição humana, com a memória atávica da espécie. Com o “ser para a morte” celebrizado pelos Existencialistas, como se nascêssemos para marchar no corredor que leva ao extermínio final.

Mas, como foi dito acima, com beleza e sabedoria, agregação individual à História humana. Vejo nisso o caminho da glória trilhado pelas Artes, que transcendem o momento histórico e suplantam a camada mítica que a memória dos povos foi acumulando sem o uso da crítica ou sem a acuidade do saber. A obra compõe a Elegia; os poemas: parte de uma totalidade intensiva.

Os poemas contidos em *Entre Desertos* se notabilizam pela riqueza metafórica com que o arquétipo das perdas e o das saudades das origens assediam o impulso criador. Além do mais, o conhecimento acumulado ao longo da existência monitora as soluções expressivas, qualificando a autora e despertando a admiração e o aplauso dos leitores. Ler e procurar entender o sentido dos poemas acaba também por elevar o nível das leituras. Insitamente contêm lições de teoria literária, de decoro e bom-gosto. Para ficar num mero exemplo: “Medidas do tempo” (p.21) ajuda a meditação acerca da efêmera e precária vida que devemos manter, acerca dos “falsos venenos noturnos” que os sonhos e o amor inoculam, conforme ensina o poema “Ave do Pensamento” (p. 38), talvez o prenúncio de uma arte poética informal (forte a epígrafe de José Anastácio da Cunha sobre a incerteza)..

Diz ainda o poema “Sol-posto” que “A vida já é excesso” (p.23) como que a reforçar um dos temas-bases da coletânea: o vazio de tudo, o nada, aquém e além da vida. Veja-se o final de “Osso sem nome”:

“O que fica
guardado no tempo?
Ossos sem nome.” (p.24)

Não só de perdas cuida *Entre Desertos*. Lá estão igualmente os ganhos. Autores, lugares, herança lusitana, que eu também muito prezo. “Os bichos da menina”, última parte do livro, apontam para a sensibilidade da autora, seu gênio receptivo. Encerro este breve agradecimento com o imemorial término do poema “A Janela”, a mim dedicado:

“O que se vê
é a metade do mundo
debruçado no peitoril da janela.
A outra metade. Não há.” (p. 22)

Receba o grato abraço do velho amigo

Fábio Lucas



O português e “A Brasileira”

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza*

Chegou-me às mãos graças ao amigo Aristoteles Atheniense, super-advogado e conhecido *globe-trotter*, um recorte da revista *Visão História*, contendo interessante artigo escrito por Marina Tavares Dias. Artigo que, juntamente com o indispensável *Lello* e o meu texto *Conversa / Entrevista com Fernando Pessoa*, serviram de base para este resumo.

O texto de Marina conta a história do tradicional “Café A Brasileira”, de Portugal, e de seu fundador, o lusitano Adriano Telles.

Como sabem os que vão à “terrinha”, “A Brasileira”, misto de café/bar/ restaurante de Lisboa (há também “A Brasileira”, do Porto), é um ponto de encontro de intelectuais, boêmios e turistas. Fica no pitoresco Largo do Chiado, em pleno coração castiço da capital “alfacinha”.

À sua frente, atraindo os passantes e os ficantes, lá está em “pessoa”, muito “fernando”, sentado a uma das mesinhas da “esplanada”, terno justo, gravata borboleta, chapéu à cabeça, óculos de aros finos, bigodinho triangular, pernas cruzadas, mãos finas, a esquerda pousada sobre a mesa e a direita no ar a falar. É mesmo o múltiplo poeta, ali em brônzea figura. Cumprimento-o e entro n’ “A Brasileira”.

O interior do café é belíssimo em decoração inteiramente *art nouveau*, lustres de cristal, vitrines cheias de garrafas de bebidas do mundo inteiro, louças antigas, documentos e objetos históricos, um balcão tentador a mostrar a pastelaria e doçaria portuguesas.

* Jornalista, membro do Grêmio Literário de Lisboa. Ocupa a cadeira nº 7 da Academia Mineira de Letras.

No alto das paredes (o pé-direito é muito elevado), quadros preciosos dos pintores da vanguarda lusa do início do século XX, como Almada Negreiros, Jorge Barradas, Stuart Carvalhaes e Bernardo Marques. A crítica conservadora da época troçava do fundador, classificando as obras como “telas tolas do Telles”.

Curiosa é a história do fundador d’ “A Brasileira”. Adriano Soares Telles do Vale nasceu em Alvarenga, aldeia próxima de Arouca, no Distrito de Aveiro, na Beira Litoral.

Com menos de 14 anos de idade, criado muito bem que fora por sua tia, nunca tendo conhecido seus pais, o adolescente Adriano, já demonstrando coragem e objetividade, veio sozinho para o Brasil!

E não sei (alguém sabe?) por que cargas d’água foi parar na velha Piranga, cidade mineira encravada nas montanhas da Zona da Mata. Ali, na secular povoação, trabalhou por cerca de quatro anos, como “marçano” (espécie de ajudante de caixeiro de loja) e, lusitanamente, conseguiu juntar umas economias e se mudou para a próspera cidade de Visconde do Rio Branco, na mesma região.

Em breve, com seu tino comercial admirável e a disposição de trabalho própria de seus patrícios, passou a ter a sua casa comercial, à qual deu o nome de “A Brasileira”. Mais tarde teria como um de seus caixeiros ninguém mais, ninguém menos, do que o jovem Arthur Bernardes, futuro Presidente da República do Brasil!...

Romântico e conquistador como todo bom beirão, namorou, conquistou, noivou e se casou com a filha do maior produtor de café das redondezas. Solidificou, assim, o patrimônio que ele próprio iniciara a construir. Sua loja passou, então, a oferecer, também, “o melhor café produzido na região”.

E, no fim do século XIX, com a família (seis filhos), voltou para Portugal, com uma ideia na cabeça. Cabeça de empreendedor: vender o café do Brasil elegantemente em sua terra natal.

Como nos conta a escritora Marina Tavares Dias, Adriano Telles fundou “A Brasileira” do Porto (1903) e, em seguida (1905), “A Brasileira” de Lisboa, exatamente no Largo do Chiado. Acertou em cheio no ponto escolhido. Decerto foi protegido pelas bênçãos do singular

Padre Antônio Ribeiro, o poeta Chiado, de irônicas e jocosas trovas, cuja estância, no meio do largo, mostra sua irreverente figura.

Hoje, o café "A Brasileira", embora não seja um excelente restaurante, é um lugar charmoso e imperdível em Lisboa. Para uma simples visita, uma "bica" e um "bagaço", uma refeição leve, um cálice de vinho do Porto, uma boa cerveja portuguesa, ou um magnífico "sumo" de laranja pura, com uma "tosta" mista, a título de "pequeno almoço".

E se você ficar nas mesinhas da "esplanada", vai assistir a um desfile impressionantemente cosmopolita, escutará todas as línguas do planeta, verá tipos curiosos e, à noite, ouvirá música boa ao vivo. Além de tudo, poderá tirar um retrato bem ao lado do Fernando Pessoa... e homenagear a memória do fundador Adriano Telles, que gostava mesmo de brasileiras.



José Alcino, um poeta dentro do tempo

Fábio Proença Doyle*

Farmacêutico, químico, economista, político, homem do mundo, José Alcino Bicalho revela-se poeta sensível, embora se situe a destempo *Poesia a destempo*. Com este título tão expressivo, recebo de meu velho amigo José Alcino Bicalho um valioso presente: o seu livro de poesias escritas em várias fases da vida do autor – e ele as teve muitas, variadas e sempre marcadas pela correção, pelo enriquecimento cultural, pela modéstia, que é a marca de sua personalidade. Conheci José Alcino nos anos 60, em Paris. Ele era chefe do Escritório Comercial do Brasil na França. Comigo, um grupo de jornalistas mineiros, entre eles, recordo-me, Wilson Frade, Britaldo Silveira Soares, Ney Octaviani Bernis, Hélio Adami de Carvalho. José Alcino foi excelente cicerone do grupo, ao qual se juntaram Paulo de Tarso Nonato, ministro de assuntos econômicos da embaixada brasileira na Inglaterra, e sua namorada, uma belíssima dançarina de balé em Londres. Depois disso, nos encontramos na Usiminas, ele diretor, eu membro do Conselho Fiscal, nos bons tempos da presidência Amaro Lanari, e ultimamente, nos fins de semana nas montanhas suíças, sem neve ainda, do Morro do Chapéu.

Como ele mesmo diz, na carta de apresentação do livro, são poemas que escreveu ao longo da vida, sem a preocupação de um dia editá-los. Tem poemas de versos livres, de versos ritmados e de versos

* Jornalista. Da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 10.

rigorosamente acadêmicos. Há até um ensaio de poesia concreta”. Modesto, ele termina a carta: “Espero que você goste da encadernação, que é realmente muito bonita, e que não abomine o conteúdo”. É assim, simples, discreto, o poeta José Alcino.

O prefácio foi escrito pelo desembargador Eduardo Andrade, meu amigo, também vizinho naquelas montanhas suíças já mencionadas, filho de meu inesquecível professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito, Odilon Andrade. Um prefácio que enriquece o livro. Faz um breve relato da vida de José Alcino Bicalho “farmacêutico, químico, macroeconomista, ex-deputado estadual, chefe do Escritório Comercial do Brasil em Paris, amigo de Juscelino Kubitschek”.

Eduardo reproduz trecho de artigo escrito por José Alcino sobre JK em que destaco a definição perfeita que ele faz do ex-governador de Minas e ex-presidente da República, válida para todos os que desejarem bem governar um país ou dirigir uma empresa: “Incrível sua capacidade de mobilizar vontades, duro no comando e ameno no trato”.

Poesia a destempo começa com um poema dedicado à sua Maria José, com versos belíssimos: “Ah! Se não fosse você/ A doce palavra/ No amargo momento/ Ah! Se não fosse você/ Os pequenos defeitos/ Os lindos ciúmes/ Compondo em você/ Esse quadro tão raro/ De humana beleza/ Ah! Se não fosse você.../ Não dá para pensar/ Como tudo seria/ Se não fosse você”. Belíssima declaração de amor.

Em “Acode-me, Senhor!”, o poeta a destempo aborda a realidade de um país que ele ama, e lamenta: “Há bandidos por todos os lados/ Vicejando com o meu sustento/ Eis a realidade mais dura/ Há os que controlam o mercado/ Há os bandidos do parlamento/ Há os que estão na magistratura/ Acode-me, Senhor, acode-me”. Recorda o “burro velho da fazenda, que sobe morro e desce morro, indiferente a rios e penhascos, fiel ao compasso de seus cascos”, fala em sonhos e desejos não realizados “O que não foi/ embora pudesse ter sido”. E na página 85, uma oração ao “Pai nosso” em que confessa: “Perdão, Senhor, por muito que eu me esforce/ Perdoar certas ofensas não consigo/ Senhor, fazei de modo que eu receba/ Da imensidão da vossa caridade/ Todo o perdão que eu sei que não mereço”.

No “Poema do heroísmo obscuro”, escrito em memória de seu pai, em que fala do mundo hipócrita e venal, diz que “há muito mérito em quedar no abismo/ onde moram a dor e o conformismo” e termina com o pedido “Deixai-me, oh! céus, ficar na nulidade/ Mas permiti que eu guarde esta vaidade/ De ser jamais comparsa de vilões”. E retorna ao amor: “Quanto amor/ Que adormeceu sem acordar/ Que nem sequer foi imaginado/ Porque era maior que o mundo”. E para encerrar a modesta seleção que pretendi fazer: “Pálida lua minguante/ Ao peso da tua ausência/ Àquela fresta de lua/ Pergunto como é possível/ Sentir-se assim tão distante/ Se moras dentro de mim...”

Amigo José Alcino, sua poesia está absolutamente dentro do tempo. E que continue assim.



Almir de Oliveira nas Letras, Direito e Justiça*

*Oiliam José***

Nos desígnios da Providência Divina, muitos de nós temos, sem o escolher, o privilegio de pertencer a duas terras: uma, aquela em que nascemos, e a outra, aquela em que desenvolvemos a específica missão que nos cabe como colaboradores da maravilhosa obra de Deus, entre as criaturas. O acadêmico, ora recebido com tanto carinho, para ocupar a cadeira nº 32, pertence a essa classe de privilegiados. Nasceu em Espera Feliz e formou-se em Direito, residê e exerce seus nobres e diversificados trabalhos em Juiz de Fora, exatamente na admirável cidade em que nossa Academia se fundou e se firmou, graças à corajosa elite cultural que, a 25 de dezembro de 1909, lhe fixou as bases e lhe deu efetiva existência. Por isso mesmo, Juiz de Fora está indissolivelmente ligada à nossa Casa de Cultura e jamais pode deixar de merecer, de nossa parte, o preito de sincera gratidão, efusivo entusiasmo, nobilíssimo respeito e constante aplauso.

JUIZ DE FORA

Por tudo isso, não se pode encerrar esta solenidade de posse sem que alguém fixe, se não com inteligência e erudição, pelo menos com simpatia

* O texto é a parte inicial do discurso de saudação do acadêmico Oiliam José ao acadêmico Almir de Oliveira, ao empossar-se na cadeira nº 32.

** Professor, escritor, secretário honorário e decano da Academia Mineira de Letras.

e amor, o admirável papel que Juiz de Fora vem exercendo, desde a primeira metade do século XIX, na evolução econômica e cultural destas queridas imensidões do território das Minas Gerais.

Já agonizava, nas paragens mineiras, o tumultuado Ciclo do Ouro e dos Diamantes e homens desiludidos economicamente deixavam as escarpas, grotões e rios balizados pelo Itacolomi e se punham a descer, pelo Caminho Novo, em busca de outras terras e de outras concepções de trabalho. Haviam compreendido e sentido tragicamente que as ocorrências minerais trazem consigo as riquezas, a ostentação e o fausto de alguns e geram a miséria material e moral, o desespero e a indigência daqueles que formam as restantes legiões. Estavam derrotados e, para sobreviver, deveriam optar pela agropecuária, a única atividade econômica que gera verdadeiramente os valores indispensáveis à existência humana.

Assim, esses pioneiros ou sucessores deles foram-se aglomerando nas planícies e elevações vizinhas do Paraibuna e da Fazenda do Juiz de Fora e, ali, com surpreendente reanimação, acabaram compondo a paisagem do primeiro grande centro econômico e cultural das Gerais. Líderes audazes não faltaram a essa comunidade e, com Guilherme Halfeld à frente, a puseram em contato mais direto e constante com a Corte, pela precursora e audaciosa Estrada União e Indústria.

Juiz de Fora cresceu, então, mais rapidamente, e, com os feitos de capazes realizadores, como Bernardo Mascarenhas, se fez o maior centro comercial e industrial de Minas. E, paralelamente, também se constituiu, pelas criações de vanguardeiros médicos, advogados, engenheiros, professores, sacerdotes e jornalistas, na nova capital da cultura mineira. Efetivamente, foi em Juiz de Fora que renasceram e se ampliaram os ideais dos pensadores e poetas da Escola Mineira, que à época da Conjuração de Minas sustentaram poderosa presença das letras, enquanto as multidões corriam desorientadas na busca do mais enganoso dos sonhos, o da riqueza pelo encontro, posse e comércio do ouro.

E esse papel de Juiz de Fora, como grande centro cultural de Minas, agigantou-se com a criação, nos albores deste século, da Sociedade de Medicina e Cirurgia, da Academia de Comércio, de jornais diários, de

obras que marcaram sensivelmente a evolução das letras no estado e, finalmente, da Academia Mineira de Letras.

Nessa fase de nossa História, Belo Horizonte havia crescido como Capital e como centro de ponderável cultura de variadas ciências. Foi quando, por momentos, se acreditou que Juiz de Fora fora esmagada, como cenário de rica, substanciosa e brilhante vida literária. Felizmente, o engano logo se dissipou e a comunidade juiz-forana prossegue, até hoje, como polo cultural de Minas, com sua magnífica Universidade Federal, suas faculdades e seus museus, escolas primárias e secundárias, jornais, Instituto Histórico e Geográfico e demais entidades literárias, artísticas e científicas.

A cidade cortada pelo Paraibuna não se desviou, portanto, de sua dupla vocação industrial e cultural. Nela, refletem-se e tornam-se realidades as criações que a inteligência formula e aperfeiçoa, embora Juiz de Fora sinta conhecer também sérios problemas culturais. Não decorrem eles, porém, da inércia de seus dirigentes e de sua gente. Nascem do próprio e acentuado crescimento da cidade. Promanam de seu acelerado desenvolvimento, em repetidas queimas de etapa. Juiz de Fora avança, ainda quando o normal seria deter-se e esperar. Ela tem o dom da permanência no vanguardismo.



Nonada

Carmen Schneider Guimarães*

O poder de expressão e a criatividade são perenes e inesgotáveis. Da mente humana jorra o facho de luz que conceitua princípios e distancia o homem do ser irracional.

Nem Aristóteles (e nem mesmo Platão), por mais vasto que tenha sido, ousou esgotar toda a filosofia do seu tempo. O método Aristotélico, fundado na observação, na sensação, e ainda nas operações lógicas, resumia-se no próprio método da ciência que ele desenvolvia. Aristóteles via a origem da filosofia no assombro dos homens ante o espetáculo do mundo e nos esforços que envidavam para explicá-lo. E acrescenta que o homem se surpreende quando encontra coisas que se apresentam diferentes. O grande receio de hoje em dia é que nada mais venha a intrigar a mente humana.

Todas as línguas foram criadas pelos homens, e com exceção de poucas, ainda estão vivas, como o Português.

Em 1929, 7 de dezembro, Guimarães Rosa deu início ao conto: "O Mistério de Highmore Hall", com um significativo "Não", nesse primeiro trabalho a ser publicado em revista. Quem falava era Tragywyddoddal, guardião de Duw-Rhoddoddag, que negava alguma coisa, no caso, ser aquele o Castelo de Highmore Hall. A primeira palavra do seu famoso romance, *Grande Sertão: Veredas*, igualmente, inicia-se com uma negativa: "Nonada". Aqui, era Riobaldo, negando ser aquele tiro que se ouviu motivo de briga de homem, e esclarece que apenas praticava sua pontaria em alvo de uma árvore.

* Escritora, vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 5).

“Nonada” tem o mesmo significado daquele “Não” de 1929, pois quer dizer: Não, não é nada. O autor pretendeu apenas deixar um alerta para o que se poderia encontrar de criatividade no livro.

Depois de editado, o romance *Grande Sertão: Veredas*, que na realidade significa: “As veredas do grande sertão” conquistou uma leva preciosa de críticos a desvendar-lhe o emaranhado de ideias com criações filosóficas e literárias do autor. Formaram-se múltiplas “veredas” de análises, com ensaios comparativos, especialmente com Jaymes Joyce, quando os conhecidos estudiosos se sucediam em artigos nos jornais e revistas, resenhas, tentando levar caminhos e conclusões para os mal-entendidos das novidades de Rosa. Dentre eles, publicaram estudos: Bernardo Gersen, Cavalcanti Proença, Tristão de Ataíde, Antonio Candido, Braga Montenegro, Walnice Nogueira Galvão, Luiz Costa Lima, Rui Mourão, Fábio Lucas. Ângela Vaz Leão, Franklin de Oliveira, Benedito Nunes, Augusto de Campos e dezenas de outros. Deixamos para o final a referência a este grande crítico, que faz um estudo cuidadoso da expressão *nonada*, para o que oferece variações e desenvolvimentos, colocados por ele no trabalho, e que foram encontrados no livro. Há uma referência à musicalidade de algumas palavras, chegando a serem destacados timbres diferenciados, nos vocábulos. Alguns vão aqui, como exemplos: *de certo, nada e noves*. Demais é que se está muito no meio de *nada*. *Noves e nada eu não disse. No nada disso eu não pensei. O Senhor nonada conhece de mim*. E encontramos as últimas palavras de Riobaldo no texto, que trazem de volta aquela expressão primeira, quando conclui: “Nonada. O diabo não há! É o que eu digo... Existe é homem humano. Travessia”. Isto, após a guerra maniqueísta entre o bem e o mal, e a terrível dúvida a respeito da existência do demônio, durante todo o livro.

Os críticos apresentavam as próprias interpretações das soberbas criaturas vocabulares de um João Guimarães Rosa, ainda meio desconhecido. Já se afixou que a obra rosiana tem calibre para séculos de estudos. O homem, aquele homem, era de cultura, mas, sobretudo, de imensa sensibilidade vocabular; estreitava e comprimia a palavra, dilatava o vocábulo, expandindo-lhe o sentido e a ideia. A matéria primeira de sua criação, ele a tornava maleável, palpável a seu gosto estético de sabedoria.

Usava as regras e os cânones para inovar. O leitor sente-se preso, atado com as amarras da força criadora de Rosa. Não foi à toa que o escritor confessou: “Quando escrevo, pareço ter entrado em Alfa, e me sinto como se estivesse “em transe”.

E do lado “de fora”, conjuramos nossas forças, e apenas podemos conjecturar que a obra de Guimarães Rosa assemelha-se a uma rede de pesca lançada em mar profundo e piscoso. A tarefa de recolhê-la é dada aos leitores. Cada qual, a seu turno, irá colhendo a preciosidade do produto, diferenciados os “peixes”, com identidade de gosto e raciocínio. E parece-nos entrevermos no zombeteiro sorriso rosiano – por detrás das lentes de Miguilim – o prazer de surpreender-nos “tarrafeando” dentro do “trasmalho” do seu texto. A obra de Rosa é um livro aberto; basta olhar com os olhos de ver.

Se quisermos entender um pouco do escritor Guimarães Rosa, e voltando à trilha de sua bibliografia, devemos dispor-nos a um estudo da criação literária do homem, tal como seria lógico executar-se, a respeito de escritores com obras consideradas fora da órbita literária usual.

E indagamos: teria surgido, momentaneamente, a inclinação do cordisburguense, diante de uma folha de papel em branco, já que Guimarães Rosa beirava os quarenta anos quando seu primeiro livro, *Sagarana*, veio a público? Talvez as saudades e as lembranças de seu tempo, vivido na cidade de Cordisburgo, portal do sertão; de onde ouvia, escondido, o tagarelar dos viajantes, fazendeiros e peões que se reuniam na venda do “seu” Fulô”; seu pai, tivessem levado essas lembranças do ainda jovem Joãozito a debruçar-se para criar as novelas contidas nas 500 folhas que receberam as estórias de um sertão metafísico, segundo ele próprio.

Em 1936, seis anos depois do seu primeiro “não” em letras de forma, quis Rosa tomar o próprio pulso junto a julgadores literários, em possíveis avaliações; candidatou-se a concurso da Livraria Humberto de Campos, em dezembro de 1937, com esse respeitável volume, o primitivo livro, levando o singelo título de *Contos*. Não alcançando o primeiro prêmio, pretendido com muitas esperanças, resolveu debruçar-se, mais uma vez, sobre aquelas narrativas, e após uma seleção acurada, em 1946, dez anos

mais tarde, depois de sua permanência na Europa, fez publicar o volume pela Editora Universal; aí, então, com sucesso ruidoso, esgotaram-se, no mesmo ano, duas edições. Recebeu o prêmio da Sociedade Felipe d'Oliveira, momento em que é aclamado como autor de uma das mais importantes obras de ficção aparecidas no Brasil contemporâneo.

Mas, ressalte-se que, um ano antes, em 1936, com a mente fervilhando de criações e em atividade constante, Guimarães Rosa havia selecionado poemas e remeteu-os, sob o título de *Magma*, a um concurso da Academia Brasileira de Letras, logrando desta feita, alcançar o primeiro prêmio, o cobiçado Machado de Assis. Apesar dos profundos elogios da comissão julgadora, com o relator Guilherme de Almeida, Guimarães Rosa não se sentiu realizado, e suspeitando de que não deveria ser esse o seu caminho, pensou em aceitar o livro como o começo e o término de sua atividade poética. Mal pensado, pois, anos mais tarde, ele próprio disse a um seu entrevistador que aquele que pretendesse entender melhor sua obra deveria buscar não só a metafísica e a filosofia, como alguns declararam, mas, principalmente, a poesia; e acrescentou que os elementos de seus textos encontravam-se posicionados fora dos lugares conhecidos. Estudiosos de seus trabalhos, entre eles, Henriqueta Lisboa, publicaram ensaios específicos da poesia nos escritos rosianos.

E lembramos aqui o que dissera Mia Couto no Prefácio de um último livro de Guimarães Rosa (póstumo), editado com os quatro contos de *Antes das Primeiras Estórias*; mostrava, o conhecido escritor moçambicano, pensamentos conclusivos, retirados das profundas avaliações feitas a respeito daqueles escritos, quando afirmou: "Entre o autor e o seu texto, existem caminhos, existem tempos. O caminho que separava Rosa do texto rosiano foi o da poesia".

Mesmo antes de sua descoberta do sertão, Guimarães Rosa trazia impregnadas em sua mente estórias e vivência de personagens sertanejos reais e criados. E justamente no livro *Magma*, podemos constatar esta curiosidade. Em um poema, talvez o mais realista de todos, sob o título de "Boiada", ele já exercita a tarefa principal de sua obra: configurar no papel a vida recriada do homem real ou imaginário do sertão. Algumas estrofes finais nos mostram a dimensão dos cuidados com a saga

interiorana de suas futuras novelas. Vejamos, descrito na conversa de Patrão e João Nanico (que reaparece em novela de Sagarana, com pequena variação no nome: João Manico):

- *O´ João Nanico, por que canta assim?*
- Tem aumentado seu gado miúdo?*
- *Gabarro e peste mataram tudo.*
- *Está pensando será na crioula?*
- *Fugiu, que tempo, foi pra Bahia,*
por esse mundão de Deus...
- *Está lembrando então do seu filho?*
- *Morreu no eito, já faz um ano,*
picado de urutu...
- *Então, João Nanico,*
por que canta assim?!
- *Ai, Patrão, que a vida é uma boiada,*
e a gente canta pra ir tocando os bois...

Encontramos outro poema de Guimarães Rosa dando o tema para um belo conto seu, estudado e levado para as telas cinematográficas. Trata-se do famoso “Sarapalha”, que na poesia, em *Magma*, recebe o nome de “Maleita”. Podemos ver a poesia reinando no texto do conto, quando os primos amaleitados falam do mosquito anofelino: “Mas, se ele vem na hora do silêncio, quando o quinino zumbe na cabeça do febreto, é para consolar. Sopra aqui e acolá. Um gemido ondulado e sem pouso... Parece que se ausenta, mas está ali mesmo (...) Arrasta um fio, fino e longínquo, de gonzo, fanho e ferrenho que vem de longe... Estica ainda mais o fiapo amarelo de surdina. Depois, o enrola e desenrola, zonzos, ninando, ninando... E quando a febre toma conta do corpo todo, ele parece, dentro da gente, uma música santa de outro mundo.”

Muito bem lembrado por Alberto Marsicano, em revelações de que, quando traduzia para a Japan Foundation a antologia da poesia clássica japonesa, e folheava *Sagarana*, de Guimarães Rosa, deparou-se com o famoso haicai da rã de Bashô, sutilmente dissimulado no fluxo solene da

escritura rosiana. Influenciado pelo taoísmo e pelo zen budismo, Rosa deixa escapar, emparelhando-se ao haicai de Basho: “Velho lago/ mergulha a rã/ fragor d’água”. E Rosa: “tatalou e caiu/com onda espiralada/ fragor de entrudo”. Seguem-se inúmeros exemplos.

Em 1956, reaparece Guimarães Rosa nas livrarias com as novelas de *Corpo de Baile*. Afirmam-se que este novo trabalho dá sequência às histórias de um sertão, desta vez, um tanto alegórico e romântico, misturado a universo real de terra, gente e coisas vistas e vividas no interior mineiro, com linguagem de intensa plasticidade, riqueza insólita e muita força criativa. A temática, o cuidadoso estudo dos personagens, a descrição dos ambientes tornam a obra de essencial valor. Textos e os figurantes marcam-se antologicamente e permanecem conservados vivos e imiscuídos nas avaliações costumeiras dos trabalhos sobre o livro. Um Miguilim, pessoa criança de primeira recordação, com lances autobiográficos do autor em *Campo Geral*; Soropita, em *Dão Lalalão*, agente de grande alcance na arte ficcional, com características extremamente fortes de criação, e sua esposa, de papel passado, Doralda, ex-rameira, e que, inesperadamente, quase provoca cena de conteúdo trágico, por incontido ciúme do homem, seu esposo. Descrição de inigualável sentido emocional. Na contramão dos demais, a personagem Manuelzão, que saiu da vida real, melhor dizendo, da fazenda do primo de Rosa, para a novela *Uma história de amor*, que, na verdade, nada tem de amor; no conto *Buriti*, o reaparecido personagem da primeira história, agora Miguel, - adulto, fecha um enredo que apresenta um final supostamente feliz, com a noiva, Glorinha, desonrada pelo desinfeliz Nhô Gualberto Gaspar. Mulheres outras, a roxinha Jini, e a preferida Nhorinhá, saída das páginas do *Corpo de Baile* para amasiar-se com Riobaldo, do *Grande Sertão*, vivem por aí, encantadas. Analisando com vagar, encontramos em Sarapalha, de *Sagarana*, uma semente trazida do livro *Magma*, com o desespero provocado pelos mosquitos, nos versos de “Maleita”, como já nos referimos. Ainda em magnífico estudo de Benedito Nunes, a presença de Dona Rosalina, incrustada n’ “A história de Lélío e Lina”, velha moça, que é muito mais do que o símbolo da eterna fluência

da vida, renascida das cinzas da velhice. O livro compunha-se de 515 páginas, mais tarde apresentando-se com uma divisão em três volumes, da qual discordamos veementemente.

Acontece algo importante: no mesmo ano, com menos de seis meses da publicação do majestoso livro, Guimarães Rosa apresenta o romance que viria a glorificar aquele escritor de tantas novas modas, com palavras redivivas e criadas na literatura brasileira. Não se sabe se o autor se viu influenciado pelas propostas de renovação iniciadas na revolução modernista de 1922, e procurava um novo caminho para as letras nacionais. Dispôs-se a seguir uma trilha própria, uma verdadeira busca para sua saga mineira. E deu certo. A princípio, houve a resistência dos que não gostam de se aprofundar nas coisas novas, mas a grita geral e os vivas dos mais sérios críticos tornaram-se aceitação e boa acolhida ao fantástico revolucionário do escrever. A escrita rosiana consolidou-se com mais dois livros de Guimarães Rosa: *Primeiras Estórias* e *Tutameia*, ou *Terceiras Estórias*, e que vieram comprovar que o escritor não era exagerado ou prolixo em suas criações. Ele costumava chamar esses seus contos de “quadros”, e dentre eles, além dos mais comentados – *A Terceira Margem do Rio*, *Os irmãos Dagobé*, *A menina de lá*, *Famigerado*, destaca-se a obra primeira do livro: *Soroco, sua mãe, sua filha*, que se faz quase uma sinfonia, requerendo aplausos e bravos ao término da composição que segue num crescendo, com todo o povo da cidade acompanhando com suas vozes a chirimia das duas loucas até os carros com grades do trem que as levaria a Barbacena.

Rosa, na verdade, ficou a dever-nos as *Segundas Estórias*, e quando publicou as *Terceiras*, curiosos de sua arte perguntaram-lhe: E as *Segundas*? Respondeu-lhes, rindo: “Ainda não as escrevi”.

A costura da crítica dos textos rosianos ainda tem muita linha na agulha. Por ora, só alinhavos.

Estes começos vão aqui apenas para dizer que a persistência de Guimarães Rosa, a princípio, levou-o a rever suas novelas, eliminar algumas, e finalmente, lançar-se ao mundo literário, pois a certeza se firmava, cada vez mais, de que seu caminho, realmente, era o das letras, embora fosse médico e diplomata.

Personalidades Latino-Americanas III

Gabriel García Márquez

*Aloisio Teixeira Garcia**

Ai de ti, América Latina é um grito que traspassa os Andes e outras montanhas e vales de um grande e rico continente, ainda pobre no cenário da literatura mundial. Esse grito foi ouvido por décadas no vozeirão de Mercedes Sosa e o repeti em desprezioso poema de minha autoria.

Entre os vencedores dos últimos vinte e cinco prêmios Nobel de Literatura, temos apenas seis latino-americanos. Média de uma premiação por década.

Começamos com Gabriela Mistral em 1945, passamos por Pablo Neruda em 1971, o gigante Gabriel García Márquez em 1982, Octávio Paz em 1990 e Vargas Llosa em 2010.

E em língua portuguesa Saramago, em 1998, deixando de lado Fernando Pessoa, que a todos encanta, emociona e aprisiona.

Segundo o patriarca de *Cem Anos de Solidão*, obra prima de García Márquez, os mortos também envelhecem. Mas a sucessiva reedição de obras magistrais da literatura universal e a atualidade de seus textos ou o interesse que sempre despertam, trazem a imortalidade a seus autores e personagens.

Estive em Bogotá em 1983, em missão oficial como presidente do Instituto Brasileiro do Café e García Márquez era o assunto do dia, orgulho nacional, pois acabara de receber a maior consagração a que um escritor pode aspirar, o prêmio Nobel de Literatura. E na ocasião, o presidente Bettancourt me presenteou com uma das suas obras.

* Professor, historiador. Ocupa a cadeira nº 36 da AML.

Mas antes de ler *Cem Anos de Solidão* e *Outono do Patriarca* – do que me envergonhei em Bogotá – havia lido e me deliciado com *Incidente em Antares*, do gaúcho Érico Veríssimo.

Incidente em Antares, com o fantástico retorno dos mortos a acertar contas, concluir propósitos e atormentar os vivos me prendeu às suas páginas e enredo inimaginável, sempre à espera da ultrapassagem da fantasia em sua competição com a realidade...

Em García Márquez é imperceptível a transição entre a realidade e a fantasia e isso o torna único no gênero! Gógol já havia “mexido” com o fantástico e, apreciador dos escritores russos, já havia me assustado e me inserido nas tramas improváveis e impossíveis.

O realismo social descrito por García Márquez é lugar-comum na literatura latino-americana e resiste aos séculos e às prometidas mudanças sociais dos mesmos governos que alternam ou acumulam populismo com autoritarismo, coronelismo com destempero e arrogância com violência.

Ele escreve sobre a pobreza e o atraso na incrível história de Cândia Erêndira, onde a exploração sexual é apontada em suas cores cinza, imutáveis nesse submundo.

E no outono de nossas vidas, como ele, nos lembramos das putas tristes que passaram por nossas vidas, como o vento passa pela fresta da janela. Não deixaram nomes nem endereços, só a tristeza no rosto, estampada no sorriso comprado por uma noite.

Mas se para García Márquez “morrer é nunca mais estar com os amigos”, para nós, latino-americanos, sua morte é perda irreparável, sentida e sofrida, pois não teremos mais outras fantásticas personagens a perturbar nossa mente e nos fazer sonhar o impossível.

García Márquez se foi, mas não foi... está encantado, como diria Guimarães Rosa, ou voando por ares nunca navegados numa epopeia portuguesa imaginária.

Ele se foi, mas não foi. Estará sempre entre nós.



Linguagem e lirismo em Marques Rebelo

*Lina Tâmega Peixoto**

Marques Rebelo surge no panorama da literatura brasileira no início da década de 30, quando do aparecimento dos grandes romances de cunho regionalista do Nordeste, cujos temas voltam-se para a luta heroica do homem com seu meio, agreste, bruto, seco, e para as difíceis relações neste mundo sofrido, aberto a múltiplas interpretações de comportamento social e existencial.

A luta da criatura é uma trama conflituosa, densa e dramática e, em alguns casos, de uma grandeza quase épica. Diante da visão dessa nova forma de mundividência brasileira, transformada pelo que nela se patenteou da revolução de 30 – a formação da sociedade burguesa industrial, onde novos e diferentes valores surgiam pela mistura da velha e da nova tradição – vieram aqueles romances marcar um aspecto de modernidade, através de elementos nitidamente sociais e revelados, exteriormente, em correntes políticas de várias tendências.

Neste mundo assim incorporado aos romances de Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, José Lins do Rêgo, a obra de Marques Rebelo tinha pouco espaço. Alfredo Bosi observa que: “Na ficção de Marques Rebelo cumpre-se uma promessa que o Modernismo de 22 apenas começara a realizar: a da prosa urbana moderna. Com a diferença notável de que o escritor carioca não rompeu os liames com a tradição do nosso melhor

* Professora universitária aposentada. Reside em Brasília.

realismo citadino. A sua obra insere-se, pelos temas e por alguns traços do estilo, na linha de Manuel Antônio de Almeida (de quem escreveu uma viva biografia), de Machado de Assis e de Lima Barreto.¹

No discurso de posse da Academia Brasileira de Letras, em maio de 1976, termina a sua “fala” com estas palavras: “Carioca é o vosso novo companheiro, carioca de Vila Isabel, bairro que tem o nome de princesa, mas é proletário e pequeno-burguês, e cuja gente humilde foi o básico material da sua ficção e do seu amor”.

A vida que se respira nos romances e contos de Marques Rebelo não é a dos grandes feitos heroicos. Quando há o heroísmo, ele se reveste de profunda e sofrida humildade de renúncia, é o heroísmo da vergonha, do desconsolo, da vida irrealizada. Sua obra retrata o mundo da vida suburbana carioca da Zona Norte, pobre e esquecida, o cotidiano descolorido nas pequenas coisas e nos pequenos gestos, a vida a fluir no tímido e na voz da solidão. Mas a vida, sem truques, sem escamoteação. Marques Rebelo é o escritor desta gente empurrada para fora dos limites do grande centro urbano do Rio de Janeiro. Suas personagens, como destaca Mário de Andrade, são “escolhidas em geral nessa zona indistinta entre classes, mocinhas aventureiras, funcionárias de baixa categoria, boêmios e sambistas, gente que não é bem proletariado nem chega a ser pequena burguesia, são quase sempre seres de uma prodigiosa indefinição social.”²

Quando uma personagem tenta transpor os limites de seu mundo, ela se desfibra nesta nova experiência de vida. Para uma sobrevivência possível, busca a assimilação, pela angústia ou pela renúncia.

O conto “Em Maio”, escolhido para o nosso estudo, está incluído em *Oscarina*³, cuja primeira edição é de 1931. A primeira leitura nos indica que estamos em frente a uma linguagem marcadamente lírica. A estrutura verbal da narrativa, em sua função expressiva, comanda o foco narrativo na primeira pessoa: a personagem = narrador tem íntimo contato com as

¹ *História concisa da Literatura Brasileira*, 5ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1972, p. 460.

² *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins Editora, s/d, p.112.

³ 3ª ed. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica “O Cruzeiro”, 1948.

demais personagens e penetra nos seus pensamentos, intenções e desejos e se torna, deste modo, presente em todo o processo da enunciação, mas não a ponto de se identificar com as outras personagens. Seu aspecto lírico reside no fato de que, situado no centro de seu mundo, compõe com a inteligência criadora o mundo real imaginado que o cerca e o recompõe com observações, acontecimentos, tendências, associações, atos e fragmentos de uma visão contemplativa. O vocabulário encontrado no conto, como “guinhol”, “espora tilintando” e o “cego do realejo”, por exemplo, marca o espaço de tempo provinciano dos anos 30.

Para evitar que a repetição dê ao texto um peso excessivo, iremos nomear a “personagem = narrador” apenas como “narrador”.

É no nível da coordenação que encontramos o significado que une as unidades da narrativa, pelo conectivo ou por justaposição, numa visão simultânea do que se passa no discurso e fora dele. O processo da coordenação enfatiza a relação de causalidade psicológica entre as diversas ações narradas; não há entre elas nenhum vínculo, uma não é causa ou consequência da outra e apresentam-se, apenas, em sequências de imagens. Este processo responde ao conceito de que há uma ideia que amarra o tema central da narrativa: a simbologia das experiências e das sensações que maio provoca como substância temática. Assim, o discurso, estruturado como fragmentos do sentir, impõe às personagens, como: o antigo padeiro, a menina que espera o namorado, o militar, o poeta, o guarda-civil, a não comunicação entre eles e até mesmo com o narrador. A esta coordenação de percepções sensíveis e receptivas, chamamos de “inconsequência”, dentro da noção estabelecida por Jean Cohen.⁴ Ela permite que as unidades do discurso se intercalem ou se desloquem do lugar que ocupam, sem que haja perda ou incoerência no mundo representado. No título “Em Maio” vamos encontrar a significação última das diversas unidades, onde o predomínio do psicológico sobre o temporal dá à narrativa uma outra ordem, necessária ao enfoque dos quadros sucessivos que o narrador descreve. A linguagem do conto se estrutura na ordem espacial, evidenciada pelo paralelismo e pela gradação.

⁴ *Estructura del Lenguaje poético*. Madrid: Editorial Gredos, p. 167.

As personagens são descritas pelo narrador com detalhes, poucos, mas que caracterizam a essencialidade da vida, em seus diversos valores. Com doce ironia descreve o antigo padeiro, o Almeida, a magreza, sua roupa cor de tijolo que “espanta os olhos exigentes e elegantes”, a patética situação que vive quando o Exército da Salvação se aproxima dele, ainda alegre e eufórico pelo jogo de futebol, e o adverte: “ganharás a vida com teu suor”. Se ele ganhava! A associação da frase bíblica à realidade de sua profissão manifesta o sentido de humor que se estende à ironia.

Seria tarefa demasiado longa relatar todas as personagens que fazem parte do mundo do subúrbio carioca e são dele representativas, mas nos parece relevante ressaltar a figura do militar que se refugia no cinema. Ele é índice do processo que já mencionamos: a assimilação do cotidiano pela angústia. “Quando acabar o filme, e ela beijar o ator, sairá seduzido da sala escura para a claridade do dia, que à saída o estonteará mais. “I love you! I love you!” A voz veludosa persiste a cantar-lhe no ouvido.” [...] Tenta varrê-la do espírito mas persegue-o a visão da mulher estranha de grandes olhos fundos, negros de paixões. Ela mora na América, mas é branca, muito branca.” [...] “mas seus gestos de garça envolviam, envolviam.” Os epítetos com que configura a mulher, numa percepção visual de tons sensuais, evoluem para a imagem mais difusa do amor, quando a sente branca, muito branca. A repetição da qualidade “branca” intensificada por “muito”, prolonga-se na duplicação das formas verbais, “envolviam”. A mulher torna-se um deslumbramento liricamente amoroso, em que a sensação tátil é carícia perturbadora, e a intensidade do desejo, uma excitação mental que desperta seu “coração temerário.” A volta para o cotidiano familiar, pobre, simples, exige uma resposta. “A mulher ri, ajeitando o vestidinho simples que mal esconde a gravidez, pergunta se ele gostou da fita. Tem uma resposta heroica: Não!”

Iremos analisar algumas unidades da narrativa, capazes de evidenciar os principais aspectos do discurso narrado. A primeira se estende desde o início do conto e se limita em “onde ele é respeitado e apontado como troço pra burro na polícia.” Esta unidade exemplifica a posição em que se encontram as personagens, isoladas entre si e do narrador, e de que modo se interligam pela lógica das ações. A ligação se dá por meio do

paralelismo. Eugenio Asensio, analisando a função do paralelismo, com base na morfologia poética, observa que ele “es un sistema expresivo que pone al descubierto los dos polos del arte – repetición y variación - y en que domina la repetición, elevada a principio estructurador.”⁵

A personagem que aparece no início do conto é caracterizada pelos opostos, “o Carlos, o gordo, o rico, o invejado.” Carlos é mais do que um nome. O emprego do artigo antes do substantivo, em termos poéticos, tem o mesmo valor de um adjetivo, diz-se que está adjetivado, sugerindo uma qualidade abstrata, um dado intrínseco do substantivo. Os epítetos funcionam numa gradação quantitativa em “o Carlos” e qualitativamente em “o gordo, o rico, o invejado.” A personagem está reificada de modo sensível e se aproxima de uma visão caricatural de algo. Em relação às outras personagens dessa unidade, organizamos as sequências que exemplificam a função paralelística da repetição:

Almeida “espera o bonde para a cidade...” – “Agora vai risonho a menina “espera o namorado” – “depois irá com ele pelas ruas...”
O guarda-civil “espera a hora de entregar o serviço – e ir para casa descansar”
“por quem esperará a solteirona se o amor não passa” – e não sabe como e para onde ir

A função que o paralelismo exerce entre a ação verbal de “esperar”, como ato de silêncio e solidão” e as modulações do espírito que “ir” interpreta, ajusta-se à atmosfera de aceno e esperança no cotidiano da vida e à tentativa de reconstruir, pela imaginação, outra forma de existência, regida pelos movimentos da memória.

A segunda unidade que se inicia em “Entre no jardim” é espacialmente organizada pelas metáforas, uma forma de paralelismo semântico. O jardim está em íntima relação metafórica com o narrador. Os epítetos que ele incorpora à natureza decifram o sentido imaginativo e afetivo com

⁵ *Poética y Realidad en el Cancionero Peninsular de la Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, 1970, p.77.

que vive seu próprio mundo. A atmosfera densa de divagações abstratas é capaz de refletir, em nível de consciência, as imagens de beleza e prazer, que tornam perceptíveis o mundo sensível. Citamos: “Por trás o arbusto verde-garrafa tem a forma fácil de uma bola. Assemelha-se comigo. O destino das bolas é rodar, esta está parada, presa ao tronco frágil.

Eu precisava rodar também.” Efeitos e combinações de uma mesma imagem contraditória de harmonia e instabilidade resultam em um processo circular de indefinida durabilidade.

Podemos estabelecer uma correlação metafórica:

A forma fácil de uma bola = obstáculo para a libertação do cotidiano.

O tronco frágil = o cotidiano como valorização e equilíbrio de estar no mundo.

Outra forma de paralelismo encontrada nesta unidade são as anáforas.

E mencionamos: “Aqui há sombra” [...]”Eu precisava rodar também. Precisava e estou aqui, aqui, neste banco onde a frescura é mansa, esquecido por um momento da inutilidade da minha vida cotidiana...” [...] Aqui há paz.” O que se contrapõe à rotina são as lembranças, onde reinventa a vida e penetra na memória pela celebração do tempo. A anáfora: “Aqui há paz” é retomada em outro campo semântico, que amplia a noção de paz. “Este lugar é sossegado”. Da forma apessoal, o narrador passa à forma nominal e há uma relação íntima entre “paz” e “sossegado.”

O outono é outro elemento que remete para a transposição do nada ao existir. Lemos: “Caem amarelas, poucas, as folhas. O outono não o sentem estas amendoeiras felizes, nem as roseiras floridas, nem o italiano exuberante que cachimba na casa de loterias.” Mais do que entendido como uma estação do ano, há a conotação de se caminhar para a metamorfose da vida, para as vicissitudes do prazer, a transmutação dos sentidos, aspectos que lançam o outono para o corpo do narrador. Ressaltam, no texto, os termos: “felizes”, “floridas”, “exuberante”, como faíscas de deslumbramento. O jardim é o paraíso reencontrado.

Assinalamos, em orações condicionais, de sentido hipotético, as anáforas que exercem a função de um desejo intenso da morte, como prolongamento natural da sensação de paz e quietude. E lemos: “Se

“viesse a morte agora, eu não fugiria da morte”, [...] “Se ela viesse neste instante, eu diria: Bom dia, irmã!...” Nota-se que a relação temporal nestas orações é a mesma que se estruturou em “aqui” e “este lugar”. A percepção de um presente que pode, súbito, morrer, dá ao imperfeito do subjuntivo “viesse” o sentido de “vem”. Para o narrador esta morte é a vida mesmo, a que poderia “ser” em plenitude, tanta, que não lhe “morderiam remorsos dos que [deixou] sozinhos” mas também tão intensa que não seria capaz de cortar as amarras com a vida “lá fora”, a da rotina, do esforço inútil para “uma libertação necessária.” Assim, sente, “inexplicavelmente, uma saudade vaga das horas de trabalho no escritório”. Da memória do passado, o narrador traz a morte como imagem de uma liturgia da vida, que não adormece. Podemos entender “As coisas seriam quietas na grande estrada, ela a me afagar com as mãos descarnadas, frias e puras” como inebriante contato amoroso, o que leva o narrador a penetrar nos elementos materiais do sonho. O sujeito da oração, “as coisas”, exprime uma atmosfera indefinida que assinala estar o narrador e o mundo coexistindo numa interdependência de desejos. A gradação caminha de paz para sossego e de sossego para quietude.

E mencionamos outro paralelismo:

“Se viesse a chuva, eu não fugiria”

“Se chovesse, tenho a certeza de que não fugiria da chuva”

O narrador indica que a imobilidade é o seu centro. Da percepção estática do fenômeno “chuva” passa à palavra que exprime a perspectiva do tempo: “chover”. Esta dupla visão, substantiva e dinâmica, é bastante expressiva. Na primeira anáfora, a ordem da oração condicional, em início de frase, enfatiza o valor qualitativo de “chuva”. Na segunda, a força que se impõe à coisa de vir a ser, centrada na hipótese que sugere a oração subordinada, leva à percepção do fato já como fenômeno, isto é, “chover”.

O que se apreendeu como processo verbal retorna à substância “chuva”, solta, agora, da função temporal. A imobilidade predomina,

portanto, e participa das relações de circunstâncias que a linguagem estabelece, como movimento de ideias e pensamentos.

E mais acrescentamos: “Você que passa aí, as gazes flutuando na aragem namorada – Ingrata! – você foi qualquer coisa de nítido na minha vida de acontecimentos pálidos. Foi para você o meu primeiro suspiro de adolescente e o meu primeiro olhar heroico de desejo, quando passava, atrasada sempre, preguiçosa! para as aulas da Escola Normal...”

A unidade em que está narrada a imagem do amor é prolongamento da relação psicológica com a memória do sonho. Aqui, encontramos a mesma esperança que marca a unidade que se inicia no jardim “onde a frescura é mansa” e que leva à imaginação afetiva que lhe traz a “aragem namorada”. O processo anafórico persiste por meio de “você,” pronome com que se refere ao amor. Você não é ninguém, apenas uma presença feminina que amou. Em “Você foi qualquer coisa de nítido na minha vida de acontecimentos pálidos”, o indefinido do pronome em “qualquer coisa de nítido” revela uma forma difusa e vaga na nitidez das lembranças com que constrói o amor. Os sussurros de ternura e as miragens de seu abismo não lhe permitem existir “lá fora” e extingue-se, abruptamente, na dolorosa antítese: “Vai. Eu fico.”

O verbo “ficar” recebe uma carga semântica que ultrapassa o ato de permanecer no lugar. Ficar é não coexistir no mundo “lá fora”. As anáforas que se seguem intensificam o cruel e doloroso sentimento de perda. Ao se reconhecer “aparente”, ele pratica o heroísmo da verdade, despido de disfarces, e revela ser um exilado da vida.

“Ignoro as horas do dia pelas situações do astro. Ignoro a vida como me correria pelo afeto de Você, e os nomes dos filhos que teríamos e as privações que poderíamos sofrer; ignoro as alegrias do Natal, ignoro as necessidades morais da vida doméstica, os melindres da nossa vontade, os desejos insatisfeitos, as ambições irrealizáveis, a dor da partida, num certo dia, de um de nós...” A reticência com que termina o parágrafo, quebra o que poderia ser levado ao infinito. E porque não o prolonga, falsifica o seu fim, a sua história.

Na unidade que se segue, o poeta que vai “ruminando uma rima mais lúcida para o próximo soneto impecável...” é verdadeiro em seu artifício.

Os epítetos “desalinhada”, “desgrenhado”, “soturna”, que se incorporam aos substantivos “roupa”, “cabelo”, “timbre da voz”, traçam o que é acidental pela essência. A crítica às regras e normas que impedem o ver, o ouvir é o sentir da criação literária está implícita na figura do poeta, o que leva a nos aproximarmos de outra frase, cheia de observações de ordem cultural: “Ganha dinheiro o homem que tem grosso bigode inculto”, referindo-se ao “cego do realejo” que [...] roda a manivela: é o “Sonho de Valsa”. E a gente sonha. Há duquesas remotas neste sonho acordado. Ei-las, gráceis, que vêm em sarabanda povoar o jardim de risos estrangeiros”. Relevante é o desvio sintagmático que ocorre em “grosso bigode inculto”, atribuindo-se ao bigode grosso, farto, grande, abundante, um valor qualitativo de inculto, rude, grosseiro, ignorante, no deslocamento do valor moral para o objeto direto, o que na ordem natural da frase seria atribuído ao sujeito *homem*. Pelo recurso da sinédoque, a característica moral deste homem é apreendida como visão cômica e irônica pelo narrador.

Marques Rebelo utiliza, amplamente, o adjetivo em suas obras para provocar um engrandecimento simbólico da realidade, quando se refere a atos familiares ou insignificantes da vida cotidiana. O contraste resulta em uma sensação grotesca, irônica e caricatural. Marques Rebelo segue a lição de Eça de Queiroz, de quem foi grande admirador, e utiliza, com frequência, este recurso para efeitos surpreendentes. Esta forma de inversão foi, exaustivamente, estudada por Ernesto Guerra da Cal nas obras literárias de Eça de Queiroz.⁶ No conto “Em Maio”, anotamos: “consentimento mole”, “acontecimentos pálidos”, “membros doces”, “risos estrangeiros”, “ardores africanos”, “aragem namorada”, como alguns exemplos.

Permito-me abrir um pequeno espaço para justificar o emprego de epíteto em lugar de adjetivo, não como categoria gramatical, mas como figura estilística. Para Dámaso Alonso, “o epíteto ou adjetivo analítico nasce do desejo de realçar ou manifestar a inerência do Ser, afetiva ou

⁶ *Linguagem e Estilo de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Aster, s/d, pp. 108 a 111.

esteticamente”.⁷ Em outras palavras, o conceito de qualidade liga-se, inseparavelmente, ao substantivo, sem o qual este não existiria. Em todo epíteto há o processo de incorporação efetiva da qualidade à substância, ao substantivo que realiza sua expressão na linguagem literária.

E continuamos. A incidência do verbo *ficar* nos diversos segmentos analisados e no que inicia parágrafo. “Eu fico. Breve chegará a noite...” que se segue ao poeta, ao homem inculto e ao cego do realejo, é relevante na expressividade da narrativa. E finaliza: “E ficarei quieto a ver, a sentir, à luz plácida da lua.” A atmosfera é de quietude e contemplação, mergulho no passado, na casa solta no tempo, perdida num espaço de solidão mansa. E continua a ordenação do sentir: “Quando entrar em casa, sentirei a mesma quietude. Minha mãe cosendo, sentada no seu banquinho ao fundo da sala, minha irmã, esquecidas as mãos no teclado amarelecido, num fim de sonata, sonhando – bem o sei!... com alguém que não está.” A mãe e a irmã compõem a abstração e a bondade de uma vida afetiva, sem tropeços, protegida, em estado de prolongada infância mítica, onde nada transborda para fora “daquelas paredes.”

A última unidade se realiza densamente em “O retrato do amigo perdido pende da parede, desolado, sozinho”. O núcleo significativo das aliterações se irradia da forma verbal “pende”, intensificando, pela sequência das consoantes surdas “p”, toda uma correspondência aliterante de desconsolo e tristeza. A vogal /i/ é um fio de voz, cadência e timbre, que reúne *amigo* a *perdido*, *perdido* a *sozinho*, *sozinho* a *amigo*. O verbo “pender” passa de seu sentido referencial para uma intenção expressiva de sentido metafórico. Pender é estar inclinado, em abandono, compondo um espaço de solidão e crescimento existencial. E a sequência prolonga-se:

Paz – sossego – quietude – imobilidade – solidão.

A ocorrência dos verbos *ficar*, *não fugir* e *ir*, ao longo da narrativa, exerce a função significativa de separar os dois mundos narrados por

⁷ Gonzalo Sobejano. *El epíteto em la Lírica Española*. Madrid: Editorial Gredos, s/d, p.81. O Autor menciona o estudo estilístico de Dámaso Alonso sobre a lírica de San Juan de la Cruz.

meio das visões que tão sensivelmente caracterizam a linha psicológica do discurso narrado: o mundo em que está preso o narrador e o ampara dos golpes da sedução e aquele em que se move sem saída. A identidade formal do verbo “ir”, nas duas visões, não pressupõe sentido semelhante. Na visão pessoal, *ir* é movimento, mas de contemplação, projeção no espaço pela memória do amor e do passado; na visão apessoal é ato de movimento, ação sobre o cotidiano em que vivem as personagens. Se por meio delas deciframos o narrador, uma dualidade é, facilmente, percebida na imagem refratada pelos dois mundos narrados – o do passado é instante da alma em suave e frágil arrebatamento, e por isso busca, em profundidade, a duração da vida pelo olhar das lembranças; o do presente é o cotidiano imposto, estéril, ninho e aconchego, provocado pelo excesso de enlear a natureza, a do verde e a das personagens, às transformações e vicissitudes do espírito. A natureza, os objetos, as gentes são indicadores do pensar que comanda as operações de análises e comportamentos do narrador e servem à plenitude do devaneio, em angústia e medo, reduzindo, deste modo, a eficácia em transpor a vida inútil, mas atuando, profundamente, como matérias imaginantes.

Ele mesmo anuncia: “Dentro de tanta paz eu sou um homem sem motivo e lá fora, na vida, um tímido que se aterra.” Para uma percepção mais nítida da correlação verbal àquelas visões, permeáveis entre si, indicaremos os elementos aos quais os verbos estão inferidos.

Paz – sossego – quietude – imobilidade – solidão = ficar, não fugir + ir.

Esta sequência nos leva a múltiplos motivos como: a rotina como presença marcante de vida; a incapacidade de superar o cotidiano, compreendido como suporte para o durável: as concepções simbólicas das ideias e pensamentos, geradas pela memória; a breve e fugaz realização de viver, como resistência ao efêmero, ao arbitrário, ao estranho, numa perspectiva histórica e social de uma época; os elementos expressivos da linguagem da narrativa que expõe o narrador a ressonâncias de ternura e descônsolo, atribuindo um tom ambíguo no universo poético do conto.

Estes deslocamentos do imaginário subentendem a percepção da vida aguilhada pela incerteza; as sensações do brilho e da sombra; o cotidiano

assinalando uma relação crítica e interrogativa do destino e das aparências da criatura humana; a hesitação em alcançar os anseios de felicidade impostos pela tensão pendular de ir e fugir, onde a noção de completude se extingue.

O título do conto “Em Maio” é o espaço onde foi possível o reencontro destes dois mundos, nascidos da força em que se fundamentam os objetos e acontecimentos familiares e da visualização da realidade, numa visão simultânea e íntima, indivisível em sua unidade, e que traduz, por isso, no desconsolo e na angústia, o tema da vida partida ao meio. E ressaltamos o processo de repetição, como função expressiva, utilizado por Marques Rebelo, que marca, extraordinariamente, sua linguagem literária na destreza do manejo da palavra, em ritmo, cadência, sintaxe, significações, nas imagens, entalhes, margens da poesia, na beleza que se multiplica, na densidade com que respira o outono da vida em maio.

Marcamos o fim de nosso estudo com as palavras de Aurélio Buarque de Holanda, ao saudar Marques Rebelo, na posse da Academia Brasileira de Letras, em 28 de maio de 1965: “E, por fim, tomais posse em maio: Em Maio, nome de um conto vosso de Oscarina, ou melhor, poema-conto, ou poema-em-prosa; em maio, “maio plácido, ameno, maio das sinetas tocando para a bênção na capela do Asilo”, como escreveis na bela história do Circo dos Coelhoinhos; em maio, o mês em que nasceu e foi eleito para esta casa o amigo e o confrade que ora, comovidamente, nela vos recebe.”⁸



⁸ *Revista Brasileira*. Nº1/ outubro/novembro/dezembro/1975. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1975, p.114. Este número é consagrado à memória de Marques Rebelo.



Por ocasião do sesquicentenário de Richard Strauss

*Paulo Sérgio Malheiros dos Santos**

Nas comemorações do sesquicentenário de nascimento de Richard Strauss, a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais (sob a regência e direção artística de seu maestro titular, Fabio Mechetti) programou alguns concertos dedicados à obra desse grande compositor e regente. O presente artigo apresenta três dentre as peças do repertório selecionado, correspondentes à fase inicial do músico alemão – o *Concerto para trompa e orquestra nº 1*, em Mi bemol maior op.11(1883); a *Burlesca para piano e orquestra*, em ré menor (1886) e o poema sinfônico *Don Juan* (1888).

As obras concertantes de Strauss não possuem a popularidade de seus poemas sinfônicos ou o prestígio de sua música vocal. Curiosamente, elas emolduram a produção do compositor, concentrando-se em suas extremidades – o primeiro concerto para trompa é obra da juventude e o último pertence ao neoclassicismo de sua maturidade final.

* Pianista, professor de História da Música da UEMG e doutor em Letras pela PUC-MG.

De seu pai, Franz Joseph, considerado o melhor trompista alemão do século XIX, Richard Strauss herdou o amor pelo instrumento e o conhecimento de suas possibilidades técnico-expressivas. No conjunto de sua obra a trompa sempre participa com intervenções destacadas e para ela o compositor escreveu os dois concertos que, apesar de separados por um intervalo de sessenta anos, formam uma curiosa sucessão. O primeiro foi uma peça importante para a continuidade evolutiva de um músico que procurava definir seu estilo pessoal. O segundo, composto (na mesma tonalidade do primeiro) aos setenta e oito anos, realiza uma espécie de regresso às origens, depois da audaciosa criatividade correspondente ao período central da produção do compositor.

Strauss passou a infância rodeado de música, pois muitos parentes próximos eram notáveis instrumentistas e uma tia tornou-se célebre cantora lírica. O pequeno Richard demonstrou muito cedo gosto pela criação musical, compondo peças para piano e canções. Antes de completar dezessete anos, estreou uma sinfonia em ré menor, sob a regência do célebre Hermann Levi, com enorme sucesso. Mas o compositor logo renegou essa obra, considerando-a imatura.

O *Concerto nº 1 de Trompa* foi o primeiro trabalho para orquestra com o qual Strauss se mostrou satisfeito. Quando o compôs, aos dezenove anos, estava ainda sob a tutela musical do pai, obstinado cultuador dos clássicos e dos primeiros românticos. O célebre trompista odiava as inovações, sobretudo a música de Wagner e mantinha o filho cuidadosamente afastado do “modernismo” reinante no ambiente musical da época. No Concerto para Trompa o jovem Strauss, embora ainda muito submisso aos ensinamentos paternos, revela alguns lampejos de originalidade. Quanto à forma, o compositor afasta-se do modelo consagrado por Mozart, caracterizado pelo imaginativo e ágil diálogo do instrumento solista com a orquestra. Strauss adota o chamado “estilo brilhante” dos concertos de Hummel, em que a orquestra limita-se ao papel secundário de acompanhamento. A parte solista, ao contrário, é ressaltada pela riqueza dos ornamentos e pelos exibicionismos virtuosísticos. Dentro dessas características, o concerto possui impecável construção formal. Strauss apresenta algumas ideias inéditas interessantes,

como o curioso artifício de ligar os três movimentos por uma engenhosa associação temática: no primeiro andamento (*Allegro*), as tercinas iniciais formam um tema cheio de vigor. No segundo (*Andante*) reaparecem como base do acompanhamento para a melodia do solista. No *Rondo Allegro* final transfiguram-se em elemento de virtuosidade, com toques de humor e muita fantasia. A invenção melódica é sempre bela e o estilo de “bravura” exige muito do solista, expondo-o constantemente.

Curiosamente, o concerto não foi estreado pelo pai do compositor mas pelo trompista Gustav Leinhos, no dia 4 de março de 1885, em Meiningen, sob a direção de Hans von Bülow.

Hans von Bülow fora aluno de Liszt e fervoroso wagneriano. Era um pianista de recursos prodigiosos (comparável a seu incomparável mestre) e tornou-se também respeitável regente. Como pianista ou maestro, Bülow empenhou-se em divulgar a “música do futuro”, dedicando-se ao repertório wagneriano. Mas, ao mesmo tempo, conhecia profundamente a obra de Brahms, músico emblemático para os opositores do wagnerismo. No final do século XIX, os adeptos da “música pura” (o violinista Joachim, o teórico Hanslick) elogiavam a música de Brahms e se opunham aos arautos da “música do futuro” (Berlioz, Liszt e Wagner).

A *Burlesca*, para piano e orquestra, foi composta no período em que o jovem Richard Strauss estudava com Hans von Bülow, ao qual a partitura foi originalmente dedicada com o título de *Scherzo em ré menor*. Refletindo a severa orientação musical de Bülow, pode-se notar no *Scherzo* forte inspiração brahmsiana. Strauss logo julgou a obra ultrapassada e não lhe atribuiu número de *opus*. Entretanto, em 1890, Richard a submeteu a ampla revisão. Renomeada *Burlesca*, foi dedicada ao pianista Eugen d'Albert e apresentada em Eisenach sob a direção do próprio compositor, tendo como solista o novo destinatário. Desde então a peça tem atraído o interesse de grandes pianistas, apesar do ostracismo que as salas de concerto reservam para esse tipo de composição que (apesar do caráter concertante) não ostentam o nobre título de um verdadeiro concerto solista.

A *Burlesca*, sem dúvida uma obra melhor realizada que o *scherzo* anterior, significou uma etapa importante para o jovem compositor em

busca de seu próprio estilo. Em certa medida, a obra resume as técnicas musicais de seu tempo – há ainda nítida influência de Brahms, de Liszt – mas Strauss também já indica os caminhos que o libertarão de seus modelos. Apesar do título, não se deve pensar em uma obra cômica. A partitura concilia a forma de um primeiro movimento de sonata (exposição, desenvolvimento e reexposição temática no final) com a liberdade estilística das rapsódias de Liszt e o espírito das fantasias barrocas. O humor aqui se restringe ao caráter de *scherzo*, remanescente do propósito inicial.

Uma ironia muito pessoal e característica se instala desde os primeiros compassos do *Allegro vivace*, com a importância dada ao motivo tocado pelos quatro tímpanos. Seus golpes precisos fornecem o tema principal, de ritmo dançante e um pouco sincopado. Nuances de humor marcam também a entrada do solista: o piano se apresenta solene e grave, lembrando Brahms, mas após quatro compassos introduz uma linha cromática descendente em combinações dissonantes, como se zombasse da própria seriedade.

O segundo tema é desenvolvido pelo solista sob a aparência de uma valsa um pouco langorosa e contrasta vivamente com o terceiro motivo, de poesia mais evidente, quase épica. O contraste dos temas torna-se um recurso compositivo eficiente, contribuindo para a dinâmica que sempre os impulsiona para frente com aguçado sentimento formal. No decorrer de toda a peça, golpes de percussão e *tutti* orquestrais intervêm para acelerar ou afrouxar o discurso. Após a reexposição completa dos diferentes temas, os tímpanos anunciam com leveza a elegante conclusão confiada ao solista.

Os poemas sinfônicos de Richard Strauss, definidos pelo próprio compositor como ilustrações sonoras de enredos poéticos, inserem-se de maneira muito pessoal na tradição da música programática desenvolvida por Berlioz e Liszt. Essa opção estética do jovem compositor alemão associa-se diretamente ao início de sua espetacular carreira de regente. Até então a formação de Strauss (como vimos anteriormente) fora marcada pela orientação conservadora do pai, que só apreciava os compositores clássicos e o período inicial do romantismo. Transferindo-

se para Meininger, Richard entrou em contato com as duas principais vertentes que então norteavam a música germânica. Tornando-se aluno e auxiliar de Hans von Bülow, Strauss aprofundou seus estudos sobre a música de Brahms, além de adquirir sólida técnica de direção orquestral. Entretanto, foi ainda mais decisiva para sua formação a influência do primeiro violino da orquestra de Meininger, o wagneriano Alexander Ritter, que lhe abriu as portas da “música do futuro”.

Completada em setembro de 1888, a partitura do poema sinfônico *Don Juan* demonstrava a maturidade atingida por Strauss (que tinha apenas 24 anos), dando-lhe lugar de destaque entre os compositores alemães da geração pós-wagneriana.

Entre as diferentes concepções do mito de *Don Juan*, a fonte literária escolhida por Strauss foi o poema dramático do escritor austríaco Nikolaus Lenau, cuja leitura inspirou-lhe os temas musicais anotados pela primeira vez em maio de 1888, por ocasião de uma visita a Pádua, na Itália. Nessa versão, o personagem não tem a arrogância e o orgulho do seu célebre homônimo mozartiano. Não se trata de um *Don Giovanni* ardoroso e insaciável que morre desafiadoramente, incapaz de sentir remorsos ou pedir perdão. Na verdade, o *Don Juan* de Lenau/Strauss é um homem fragilizado pela busca incessante de um ideal inacessível – o da encarnação perfeita do eterno feminino. Não o encontrando em tantas mulheres conquistadas, o herói deixa-se tomar por um grande tédio e, desiludido, procura a morte em um duelo.

Como citação poética, Strauss incluiu na partitura trinta versos do texto de Lenau, agrupando-os em três blocos correspondentes às idéias que ele procurou evocar nos temas musicais – o Desejo, a Posse, o Desespero. A obra possui inspiração melódica arrebatadora, com destaque para o enérgico e majestoso motivo das trompas que representam o protagonista. O violino solo sugere a imagem ingênua de Zerlina. O oboé, sobre o fundo grave das cordas, celebra as virtudes de Dona Ana. Strauss explora com sabedoria os contrastes dinâmicos e as ousadas acentuações rítmicas. Impressionam, sobretudo, os fulgurantes e inusitados efeitos extraídos de uma orquestra relativamente pequena no final do século XIX pelo jovem compositor ainda em início de carreira.



O Viajante, de Paulo Cezar Saraceni: um filme luminoso e incontornável

Marcelo Miranda*

É preciso colocar *O Viajante* no devido lugar dentro da cinematografia brasileira contemporânea: o de filme luminoso e iluminado, de peça trágica e operística, o de criação barroca e moderna que nos chega impregnada de imagens que se digladiam com nossos sentidos. A expressividade e relevância de *O Viajante* é tão grande quanto sua invisibilidade e descaso perpetrados por um circuito de exibição viciado num tipo de produto audiovisual que “dá certo”, moldado por parâmetros de “funcionalidade” garantida, público por vezes pouco (ou nada) exigente e espectadores em busca de elementos facilitadores e seguros. Exibido pela primeira vez no Festival de Brasília de 1998, de onde saiu com o prêmio especial do júri, *O Viajante*, dirigido por Paulo Cezar Saraceni, teve estreia discreta nas salas de exibição do país ao longo dos dois anos seguintes e desapareceu em seguida. Foi resgatado em sessões

* Crítico de cinema, jornalista e pesquisador.

televisivas do Canal Brasil e através de endereços da internet que o disponibilizam, quase uma dádiva e um presente a quem quiser assistir ao filme.

O carioca Saraceni (1933-2012) demorou 36 anos para concluir a informalmente intitulada “trilogia da paixão”, iniciada em 1962 com *Porto das Caixas* e seguida em 1971 por *A Casa Assassinada*, ambos adaptados de histórias do escritor mineiro Lúcio Cardoso. *O Viajante* se inspira num romance inacabado de Lúcio, que fora finalizado por Otávio de Faria após a morte do autor, em 1968. Desde quando leu o manuscrito, ainda naquela época, Saraceni se encantou pela intensidade e beleza do livro. O diretor contava em todos os cantos a ambição de filmar a obra assim que possível. Por uma série de imprevistos – entre eles as dificuldades de financiamento da produção e a pressão para que fizesse um outro projeto paralelo, que acabou se tornando *Anchieta, José do Brasil* (1977) –, Saraceni não conseguia fazer *O Viajante*. De fato, ele chegou a quase perder as esperanças, conforme escreveu na autobiografia *Por Dentro do Cinema Novo* (ed. Nova Fronteira, 1993): “Mudei o elenco mil vezes, e mantive durante anos a ideia de filmá-lo. Mas como Lúcio [Cardoso] não acabou [o livro], talvez não seja para ser filmado”.

Contrariando sua própria desilusão, Saraceni enfim filmou *O Viajante* na segunda metade da década de 1990, com locações na Zona da Mata mineira e base principal no município de Ubá (a 290 km de Belo Horizonte) e arredores. As montanhas e paisagens características do interior do estado são a moldura ideal para os dramas católicos de Lúcio Cardoso, que ganham universalidade a partir da exacerbação de sentimentos tão própria da natureza humana. As paixões e atos extremos assumidos pelos personagens parecem se abrigar em algum lugar distante dos olhares mais gélidos das metrópoles, como se àquelas pequenas comunidades coubesse o peso de toda a culpa do mundo. Longe dos julgamentos exteriores, é dentro de si mesma que cada pessoa em cena encontra satisfações e justificativas diante de si e também de Deus – não por menos, a protagonista de *O Viajante* vez ou outra fala com algum ser ausente, tentando compreender o que motiva seus atos e quais consequências estão a caminho.

Esse modo “cardosiano” de colocar os personagens num impasse com a espiritualidade já era percebido na transposição do grande romance de Lúcio, *Crônica da Casa Assassinada* (1959). Roteirizado pelo próprio Saraceni e renomeado simplesmente como *A Casa Assassinada*, o filme reconstruía, pela arquitetura de um casarão antigo (o mesmo, aliás, onde o escritor se hospedara para desenvolver o livro), a efervescência sentimental e a complexidade das relações de uma família do interior de Minas Gerais a partir do questionamento essencial sobre o destino inexorável de figuras desenhadas para cumprirem um papel social e religioso bem delimitado. A chegada de Ana, mulher moderna vinda do Rio de Janeiro para ser esposa de um dos membros da tradicional família Meneses, tumultua o universo até então (e falsamente) harmônico da casa. Tanto livro quanto filme narram a derrocada de um tempo (histórico, político e social) diante da ascensão de outro, mostrando, através da fissura causada pela nova ordem incorporada em Ana, as feridas purulentas de uma aristocracia envelhecida e decadente. O destino de Ana, trágico como cabe às mulheres fortes da literatura de Lúcio Cardoso, se aproxima do sacrifício (ou do “assassinato” da casa), para que a mudança incontornável possa, afinal, acontecer aos Meneses.

No caso de *O Viajante*, é outra Ana a encabeçar o enredo, no cinema interpretada por Marília Pêra. Ana de Lara é viúva rica e solitária numa pequena cidade, onde se divide entre os compromissos religiosos e os cuidados com o filho doente. Sexualmente reprimida, ela sente no forasteiro Rafael (Jairo Mattos) a fagulha de uma nova vida, mais libertária e cálida, mais física e menos espiritual. O começo da tragédia se ensaia no encontro de Ana com Rafael, momento fortuito e aparentemente destituído de relevância, ao acaso, na rua, após a tradicional missa na igreja local. O olhar da mulher pousa sobre o homem e dali se desenrolará o fio rumo ao inferno. Paralelamente, Rafael se envolve com Sinhá (Leandra Leal), adolescente, virgem e suscetível aos encantos do andarilho galanteador. A garota é também a obsessão de Mestre Juca (Nelson Dantas), tio que significativamente tem como profissão construir caixões fúnebres de madeira.

Se *A Casa Assassinada* tinha a mansão como cenário de seus dramas, *O Viajante* se espalha por outros ambientes, a maior parte deles externa. Não apenas a casa de Ana de Lara (em especial a sala, onde ela esconde o filho atrás de um véu vermelho) serve para refletir os sentimentos dos personagens, mas também a paisagem natural de morros, mata, pedras e estradas; e a igreja local, espaço de oração que será o ringue de guerra entre Ana e Deus. Estamos aqui no mesmo terreno por onde já trafegaram Carl Dreyer (*A Paixão de Joana D'Arc*), Roberto Rossellini (*Stromboli*), Robert Bresson (*Mouchette*) e Maurice Pialat (*Sob o Sol de Satã*): o da via-crúcis espiritual e cósmica modelada pela inquietação íntima e catalisada pela transição e ação dos corpos e do instinto.

É um cinema no qual se pode sentir a urgência de um sentimento, a angústia de uma perda, o ódio e a repulsa a uma desilusão, a resignação de uma morte inesperada e sacrificial, a dúvida sobre a participação de Deus no destino dos seres. A fé se torna questionável aos personagens: por que ter fé? Ou melhor: como ter fé quando tudo ao redor parece ir contra as minhas vontades? Mesmo no limite, porém, a fé não desaparece – ela é apenas colocada em xeque, sem por isso perder o sentido. Só se pode ter conflito com aquilo no que se acredita. Em *O Viajante*, ao concluir que Rafael violentou Sinhá (informação que o filme nunca confirma), Ana de Lara grita e agride a imagem de Jesus Cristo num altar da igreja para, logo em seguida, ajoelhar-se e sussurrar: “Se Deus não existisse, o peso do nada esmagaria meus ombros cansados. Perdão, Senhor!”. A consciência de Ana sobre a existência de Deus está na sobrevivência dela às provações que esse mesmo Deus lhe envia.

A fotografia de Mário Carneiro – lendário parceiro de Saraceni desde seu primeiro curta-metragem, *Arraial do Cabo* (1960) – arquiteta as imagens de *O Viajante* através de rasgos visuais percebidos em reflexos, portas entreabertas e cortinas em movimento. O reflexo, em especial, surge de duas maneiras distintas e igualmente potentes: uma desiludida Ana, esperando Rafael chegar, olha-se no espelho, enquanto a câmera enquadra seu rosto de um lado e apenas a metade do outro, criando uma cisão interna e externa na personagem num momento de expectativa e desejo; adiante, Ana, em crise de fé após jogar o filho de um

despenhadeiro, para diante de um rio e roga a Deus que a compreenda: vemos seu corpo de pé, orando aos céus, enquanto a água a reflete em posição invertida, imagem que ganha força momentos depois, quando Ana retira a roupa formal e beata para se vestir como uma mulher da noite de cabelos soltos, maquiagem pesada e sensualidade assumida.

A liberdade de Paulo Cezar Saraceni em *O Viajante* é total. Temos aqui um filme de invenção dialogando abertamente com o melodrama e a tragédia clássica, sem nenhum tipo de compromisso com um suposto realismo diminuidor de sua expressividade. Saraceni não teme parecer literato em alguns diálogos e nem se censura por quebrar a ilusão de "realidade" e deixar a imagem pulsar de maneira particular e única, como se cada plano fosse a materialidade de vários sentimentos. Não existe um narrador nem um ponto de vista específico em *O Viajante*: quem narra é a câmera e a montagem, é a imaginação criadora do cineasta, disposta a tudo para que surja uma experiência verdadeiramente transcendente.

Montado por Maria Elisa Freire, o filme se fragmenta como o viajante do título, cujas errâncias pelas pequenas cidades atraem, em igual proporção, a paixão e o desastre. As cenas se desencadeiam como se puxadas por elementos que as construíram antes ou depois, mas não durante. Não se trata de uma narrativa de causa-efeito, mas de efeito-efeito; a delimitação do que se conta não é temporal, mas emocional: se, numa cena, Ana conversa com o filho, na cena seguinte veremos seu desespero após matar o garoto, mesmo que ainda não saibamos o motivador do sofrimento. *O Viajante* é composto de *instantâneos*, num fluxo de situações construídas por vários microuniversos que formam o grande painel apenas no final – e pelo qual já se vai sentindo toda a carga a cada nova cena. Saraceni, assim, transfigura a narrativa literária de Lúcio Cardoso, caracterizada por esses saltos entre as situações na busca por sentimentos nem sempre muito claros à primeira vista e que serão reconfigurados na medida em que os personagens se revelam. É um olhar divino, que tudo sabe e tudo vê sem necessariamente nos deixar a par de cada detalhe. A onisciência está em saber, não em informar.

O filme segue as duas mulheres atraídas pelo mesmo forasteiro e a idealização em torno dele. Ao mesmo tempo em que Rafael parece o

diabo deflagrador das catástrofes, com fala mansa e mefistofélica, nada nos dá certeza de sua culpa nem inocência. A aproximação de Rafael na vida de Ana e Sinhá se configura diferente da forma como Ana e Sinhá enxergam a aproximação de Rafael. Para ele, flinando sem rumo nem destino certo pelo mundo, as mulheres são potenciais amantes numa pequena cidade interiorana; para elas, ele é a esperança de recomeço sem recalque (Ana) e a descoberta do desejo e perda da inocência (Sinhá). Nos dois casos, essa fé unilateral – talvez crente apenas numa cumplicidade (inexistente) com a figura de Deus – é o abismo de ambas. Ana mata o filho por enxergá-lo como o último laço com a velha vida; Sinhá é dominada pela culpa de ser deflorada por Rafael e descumprir a promessa feita ao tio. O filho de Ana cai de um despenhadeiro (rumo ao inferno?) para ser devorado por urubus; Sinhá se permite ser golpeada por um machado, e seu sangue se esvai para cima (rumo ao céu?), simbolizado por dezenas de balões que definem a ascensão e eternização de sua pureza. O encontro entre Ana e Mestre Juca, dentro da cela de prisão após todos os eventos, sela um pacto: o único responsável é Rafael, tratado agora como um demônio invasivo daquele espaço até então em paz. Saraceni e Lúcio Cardoso criam a ironia de que as relações na pequena cidade serão agora diferentes, ainda que aparentem permanecer iguais.

O Viajante é um filme inesgotável, e suas possibilidades são tão infinitas quanto seu encanto. Na dificuldade de defini-lo para além da beleza, fiquemos com as palavras de Jean-Luc Godard, num artigo de 1958, ao se referir aos filmes que amamos: “Como a estrela-do-mar que se abre e se fecha, eles [estes filmes] sabem oferecer e esconder o segredo de um mundo do qual são ao mesmo tempo o único depositário e o fascinante reflexo. A verdade é a sua verdade. Eles a carregam na profundidade de si mesmos e, no entanto, a tela se rompe a cada plano para semeá-la a todos os ventos. Dizer deles que são os filmes mais belos de todos é dizer tudo. Por quê? Porque é assim”.

PS: Na inexistência de *O Viajante* em VHS ou DVD, e devido à sua ausência na recente programação do Canal Brasil, os interessados em assistir ao filme podem acessar este endereço: <http://youtu.be/Ifj2XvirD3A>

Carta para Guignard

*Carlos Perktold**

Mestre Guignard,

Quando você partiu em definitivo, minha geração era muito jovem e pequena demais para entender a sua grandeza e a beleza de suas obras. O tempo fez mudar parte de nós de várias formas, em especial, nas artes. Por isso, defronte deste seu autorretrato, imagino-o um amigo pessoal de quem sempre tive saudades, contando-me com sua voz fanhosa casos dos seus amigos alemães, franceses e italianos e das suas viagens a Paris, participando dos vários Salões dos Recusados. A vantagem de partir cedo é sempre ter a mesma idade que tínhamos na data da partida, daí a alegria de vê-lo sempre em torno de 65 anos. Ao contrário de muitos de nós, você nunca mais envelheceu. O seu retrato associado com Ouro Preto ao fundo é uma permanente lembrança de quem sempre transpôs a bela cidade para a pintura com a ternura de um poeta. Quem visitando Vila Rica não a associa a você? E é com a liberdade e a sinceridade de amigo do peito que lhe envio esta missiva, como se dizia no meu tempo de criança. Afinal faz 52 anos que você partiu, como disse Shakespeare, para

* Crítico de arte, integrante da Associação Internacional dos Críticos de Arte (ABCA – ASCA).

“esse novo país do qual nenhum viajante jamais retornou” e a carta desse seu admirador quer trazer-lhe notícias da cidade que o recebeu há exatos setenta anos.

Sei que suas lembranças não são tão nítidas, mas a psicopatologia nos ensina que a memória remota permanece. Assim, tenho certeza de que se lembra do início de 1944 quando aqui chegou para, a convite do jovem prefeito Juscelino, então com 41 anos de idade, constituir uma escola de arte, moderna como ele e você sempre foram. Pois saiba que daqueles porões ali no Parque Municipal onde tudo começou, boa parte dos seus alunos se tornou renomados pintores e que, como você, honram essas Minas Gerais. Naquele lugar onde sobravam goteiras e faltava espaço para todos, há um grande teatro com concertos de uma orquestra sinfônica que é tão boa e aplaudida quanto sua pintura. A grande galeria do teatro leva o seu nome, homenagem e gratidão dos mineiros ao mestre fluminense adotado por Minas. O Parque Municipal ainda é o mesmo: você o reconheceria na hora. Estão lá o mesmo lago e as mesmas canoas, a ponte que tanto te inspirou e a seus alunos, acrescidos dos visitantes diários.

Apenas os bambuzais estão maiores, como se espera dessa espécie, e eles, na esperança de sua volta, estão cada dia mais bonitos. Brilham neste sol de verão intenso e se alegram quando o vento e a chuva os beijam. Mas, é possível que, por algum motivo, eles se confundem e fiquem tristes, pois vento e chuva deixam neles um rastro de lágrimas escorrendo pelas folhas. Com certeza são saudades suas.

Neste espaço não é possível lhe contar como a cidade se transformou desde sua partida. Naquele ano de 1944 quantos habitantes havia na Capital? 250 mil? Um pouco mais? Hoje sabemos que ela e seus moradores de então eram pequenos demais para compreender seu talento, exceto por alguns intelectuais e pelo prefeito, claro. A compensação é saber que você foi recebido por alunos com o amor que se espera de pupilos ávidos para aprender com o mestre generoso, cuja missão era tornar aquela provinciana capital um lugar com sensibilidade, cultura e compreender a força de sua arte.

Além da cidade, o que se transformou pra valer mesmo foi a escola que você planejou e esperava um dia existir. Há anos mudou de endereço

e há anos é um prédio enorme, lá no alto das Mangabeiras, esse bairro que apenas o prefeito previu que seria o mais requintado da cidade. Parte da beleza deste local ficou registrada em suas pinturas em pequenas madeiras retiradas de caixas de charutos com as cores da Serra do Curral, que há anos também está se transformando, infelizmente para pior. Acredite, a febre de construção civil foi tão grande que parte daquelas montanhas ficou atrás de alguns prédios e talvez você não a reconhecesse. Pelo menos no Belvedere é assim. Para alegria de todos, a Escola Guignard integra a Universidade Estadual de Minas Gerais e o belo projeto é de Gustavo Penna, arquiteto cujos ascendentes foram seus amigos.

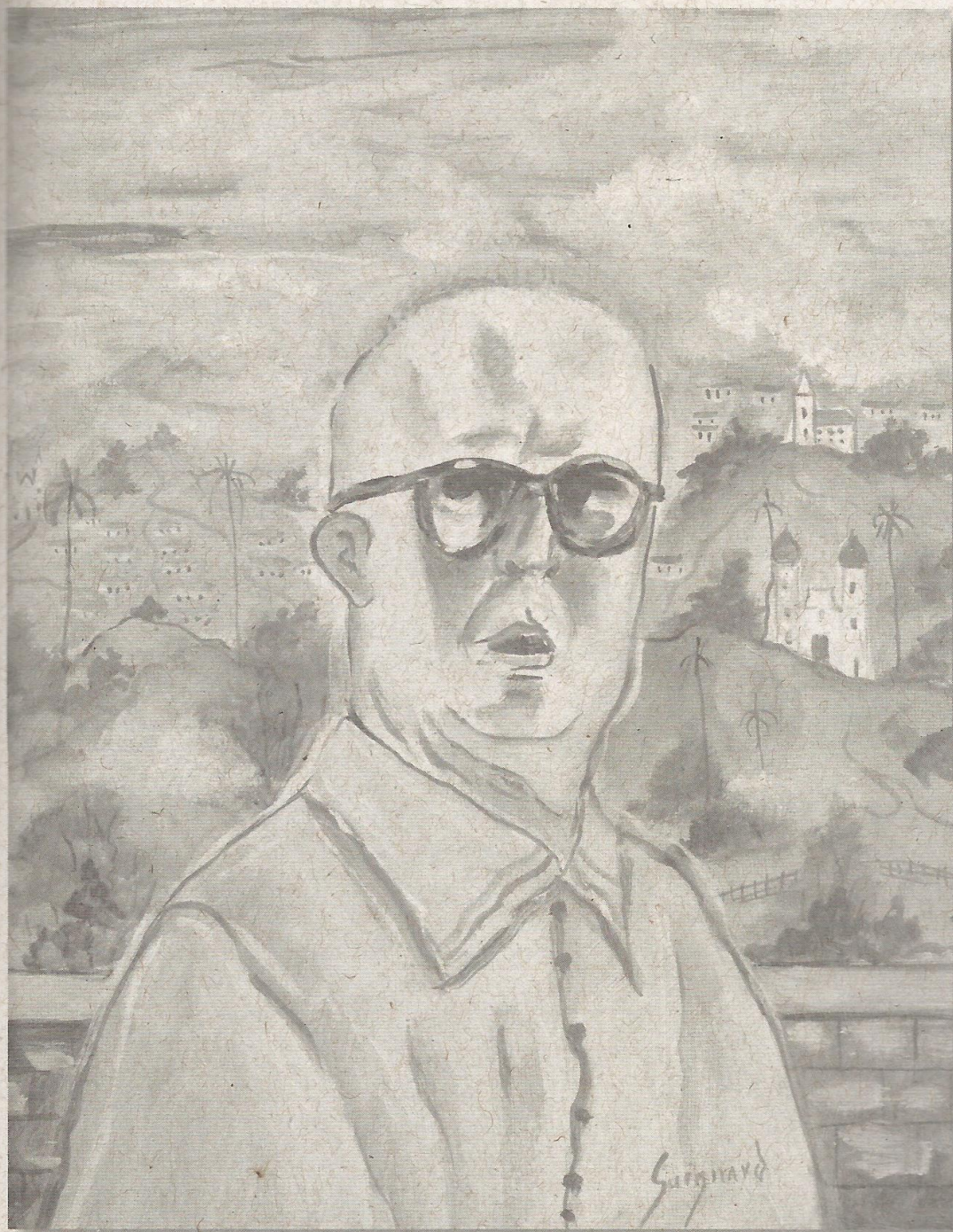
Li e reli diversas vezes sua carta, publicada também há anos, endereçada a um jovem candidato a artista e na qual há sua desesperança de ser reconhecido, esperança possível apenas cem anos depois da sua viagem definitiva. Fico feliz de informar-lhe, mestre, que sua previsão falhou. Várias décadas antes do que você imaginou, sua importância foi reconhecida e Guignard agora entra na lista dos quinze ou vinte artistas mais importantes da América Latina. Como vê, há uma enorme diferença entre o pintor que não vendeu um único quadro em exposição no Automóvel Clube em 1958 e aquele procurado em museus e leilões. Assim, não foi somente a cidade que mudou. Seus habitantes também. Sei que o episódio da ausência de venda ocorrida em um clube que era frequentado pelos mais importantes banqueiros do país lhe deixou marca indelével.

Sabedor das valorizações de seus trabalhos, a lembrança deve fazê-lo sorrir com ironia. “É preciso ser contemporâneo de si mesmo”, foi o lamento e a lição de Manet, muito antes de você se transferir para cá. Apesar de ser tão amado por alguns, naquela época foi muito azar o seu, agora o azar é deles. Não foram apenas os banqueiros, mas muitas pessoas que poderiam ter comprado seus quadros, e tantos anos depois, lamentam não o terem feito. O lamento, com frequência, é pelo dinheiro que deixaram de ganhar. Sei que é triste lembrar disso tudo, mas agora Belo Horizonte tem mais de 2,5 milhões de habitantes e o interesse de seus moradores pela arte cresceu muito e há uma quantidade enorme de novos colecionadores e todos amam seu legado.

Se a Capital mudou tanto, Ouro Preto e sua luminosidade continuam as mesmas naquele apaixonante centro histórico. De vez em quando busco a Yara em casa e vamos visitar Vila Rica. Sempre levamos um de seus trabalhos e tentamos nos localizar onde você estava quando pintou a paisagem em óleo sobre madeira, agora em nossas mãos. E ela, feliz pela lembrança do velho mestre, se emociona ao descobrir o lugar exato e nos faz ver o que você viu e transpôs para a composição. Fico ao lado dela, descobrindo o ponto de fuga, as recônditas linhas horizontais e verticais imperceptivelmente calculadas, revelando a mim mesmo a geometria secreta da sua composição. Outro lugar em que haveria um rápido reconhecimento seu é Lagoa Santa. Falo da lagoa apenas. A cidade cresceu tanto e no fim de semana tem tanto trânsito de automóveis que é preferível ficar em Belo Horizonte. Além disso, tudo que imaginávamos longe é perto com tantos carros e estradas disponíveis. Ouro Preto é perto. Lagoa Santa é perto, Sabará é perto, e a Pampulha nem se fala de tão perto que é.

Muitos dos seus velhos amigos e alunos se encontram novamente ao seu lado. Todos viajaram muitos anos depois de você e não quero mencioná-los, exceto a Sara e o Chanina, dois dos mais recentes. Imagino a festa quando eles o reencontraram. Mas aqui ao meu lado ainda há aqueles que não o esquecem, contam-me sempre seus episódios biográficos e mandam lembranças saudosas: Geraldo, Angela, Maria Helena, Gê, Priscila, Zélia, Helena, Aneto, Yara, Jarbas, Pierre e este seu desconhecido admirador.





Autorretrato de Guignard

A Revolução Liberal no Brasil*

*Eugênio Ferraz***

Relembramos, hoje, os 171 anos do fim da Revolução Liberal no Brasil, e nada mais emblemático do que fazê-lo exatamente aqui, onde teve lugar, aos 20 dias de agosto de 1842, a histórica Batalha de Santa Luzia.

Reveste-se, portanto, esta cerimônia cívica de um caráter todo especial, em homenagem ao Exército Brasileiro, braço amigo, eficaz e competente nas suas atribuições, bem como de enaltecimento ao espírito empreendedor de Teófilo Ottoni.

O que, a princípio, pode parecer estranho, tratando-se das homenagens, justifica-se pela distância de quase dois séculos, que nos ensina a extrair os aspectos positivos dos antagonismos de um período do passado.

O município de Santa Luzia tem mais de três séculos de história. Remanescentes da bandeira de Borba Gato fundaram o primeiro núcleo da Vila que deu origem à cidade.

Foi aqui, anos depois, neste mesmo local, denominado Muro de Pedras ou Recanto dos Bravos, cujo significativo nome fala por si só, a batalha final entre as tropas do revolucionário Teófilo Ottoni e do então Barão de Caxias.

O verdadeiro quartel-general era no antigo Solar Teixeira da Costa, de ilustre família que, na imprensa de hoje, historia o cotidiano mineiro.

* Discurso (2012) em comemoração do término da Revolução Liberal.

** Diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Nele, hoje, funciona a Casa de Cultura de Santa Luzia, o monumento histórico que ainda guarda as marcas de balas em suas janelas. Abriga ainda o Museu Histórico Aurélio Dolabela e o Centro de Memória Histórica da Revolução Liberal de 42.

Esta memória é cultuada, lembrada e relembada por personalidades e historiadores, como o nosso caro consócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o Juiz Marcos Henrique Caldeira Brant.

Ele que também foi o inspirador da reedição fac-similar do *Manifesto dos Mineiros*, que reeditaremos na Imprensa Oficial de Minas Gerais em conjunto com os poderes do estado e entidades afins, em outubro deste ano, na oportunidade dos 70 anos do importante documento.

A Revolução Liberal pode ser entendida como o conjunto de mutações políticas e sociais que questionava as estruturas dos regimes social, político, jurídico e econômico em relação às classes dominantes, às instituições e à ordem nacional.

Isto é algo que nos soa muito familiar, atualmente. O movimento tem uma perenidade de princípios que o faz absolutamente atual, quase dois séculos depois.

Desde a Cabanagem, de 1832, a Sabinada, em 37 e a Balaiada, de 38 no norte e nordeste do Brasil, e a Guerra dos Farrapos, em 1835 no sul, as rebeliões liberais agitaram o Brasil durante o Império.

Em Minas, irrompeu em junho de 1842, em Barbacena. Em Queluz de Minas, hoje Conselheiro Lafaiete, comandados pelo Coronel Antonio Nunes Galvão, os revoltosos bateram as forças legais.

Saem vencedores, também, em Lagoa Santa, já sob a liderança do bravo Teófilo Ottoni, figura das mais respeitadas de Minas, que deixara o Rio de Janeiro, retornando para somar forças e comandar o Movimento Rebelde nestas Minas Gerais.

Entretanto, o então Barão de Caxias reúne suas forças e resolve atacar os rebeldes, já em Santa Luzia. Divide seu exército em três colunas, uma comandada por seu irmão José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, outra por ele mesmo e a terceira pelo tenente-coronel Ataídes.

Devido ao desconhecimento do terreno, Caxias é atacado pelos revoltosos, mas consegue resistir, e com a chegada dos reforços, consegue batê-los em 20 de agosto, há exatos 171 anos.

Suas colunas, vencendo também os rebelados em São Paulo, enterraram definitivamente as pretensões dos revolucionários.

Assim, acaba a revolta na província, pondo fim à onda de agitações armadas que assolavam o país.

Os vencidos, entre os quais Teófilo Ottoni, enviados para a prisão em Ouro Preto e Barbacena, foram absolvidos por júri popular, e 2 anos depois, em março/1844, em mais um gesto magnânimo do Imperador Dom Pedro II, foram amplamente anistiados.

As causas que determinaram o levante liberal contra o Império fundamentaram-se, principalmente, na insatisfação generalizada em relação a atos centralizadores, retrocesso político, descumprimento de normas constitucionais e autoritarismo.

Permaneceram os bons exemplos da conduta do líder libertário Teófilo Ottoni e do civismo e bravura do Barão de Caxias, logo elevado a Marquês, depois Duque, responsável pela paz e pelo resgate da unidade nacional, por meio do glorioso Exército Brasileiro.

A preservação desta memória e deste patrimônio histórico, material e imaterial, deve ser uma questão de honra para Santa Luzia, para Minas Gerais e para o Brasil.

É através deles, memória e patrimônio, que fundamentamos nossas ações, ao longo dos tempos.

Ousamos sugerir que nossa principal força de defesa, o Exército Brasileiro, traga para si a completa responsabilidade cívica da restauração, guarda e manutenção deste importante monumento, pois, infelizmente, o que vemos aqui, hoje, não nos conforta em relação à preservação deste sítio histórico.

Vivemos, hoje, em nosso país, um período conturbado, que nos remete ao passado histórico dos séculos XVIII e XIX.

Corrupção, descrédito de parte da classe política, elevados impostos, parte de recursos públicos mal empregados, grandes deficiências em áreas sociais e de segurança pública, com escândalos envolvendo altas figuras da República, dentre outras mazelas.

Tudo isto associado a legislações que manietam e prejudicam ações de alguns bons administradores públicos, em alguns casos vítimas da

sofreguidão de controladores, em parte inexperientes ou não treinados para tais funções, que acabam por expor, às vezes, cidadãos de bem à sanha de interessados – e desavisados – travestidos de seres acima do bem e do mal.

Esse caldeirão efervescente e polarizado acabou por fundamentar a mobilização de milhões de pessoas pelas redes sociais.

Característica dos tempos modernos, a mobilização teve presença maciça de jovens que, em manifestações pacíficas, mas cheias de significados, deram seus recados aos governantes.

Serão eles a réplica moderna dos revolucionários de outrora, que substituíram as armas pelos argumentos?

Entretanto a mobilização não se viu livre daqueles que, destituídos destes mesmos argumentos, optaram pela violência usual de aproveitadores mascarados, sem caráter para se mostrarem, manchando as iniciativas.

Os tempos são outros... Hoje, faltam-nos Tiradentes, Teófilos Ottonis, Duques de Caxias, entre outros poucos, ao passo que sobram os oportunistas, que buscam tirar proveito dos momentos de ebulição política e dos legítimos movimentos da sociedade, tornando incertos os próximos passos.

Mas estes são os valores da democracia, conquistados com tantas dificuldades.

Concluimos, portanto, exaltando a iniciativa dos jovens brasileiros que, idealistas e mostrando-se comprometidos com o futuro da Nação, à sua maneira, estão se valendo das ferramentas transformadoras dos tempos modernos para darem sequência às ações de bravura de antepassados, inspiradores de lutas por dias melhores.

Cumprimentamos, nesta especial oportunidade, os ilustres agraciados neste evento, a jornalista Anna Marina Siqueira, a advogada Célia Pimenta Pitchon e o médico Edmundo Caldeira Brant.

Aos caros militares aqui em formação, encarecemos: Honrem sempre o nosso país e trabalhem como se cada dia do ano fosse o Dia do Soldado.

Biografias e privacidade

*José Raimundo Gomes da Cruz**

“– Doutor Sobral, como o senhor tem visto os indícios de retomo da censura?
– Ela é indispensável. Nenhuma sociedade bem organizada pode dispensá-la. Ela existe na França e na Inglaterra, por exemplo. Mas aqui ela não é bem constituída.”
(*Sobral Pinto, o Advogado. Aristoteles Atheniense et alii* Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 170)

“... um dos aspectos mais relevantes do direito ao recato é o direito sobre a estória da própria vida, objeto que tem sido de importantes pronunciamentos dos tribunais italianos e franceses”
R. Limongi França. *Instituições de Direito Civil*. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 1030)

Se alguém, que não fosse o Doutor Sobral Pinto, defendesse a censura, seria logo vítima de escárnio e zombaria. Principalmente por parte de certos jornalistas.

Nem se trata da única demonstração de inaceitável maniqueísmo, por parte deles e até de alguns profissionais do Direito. Há alguns anos, formou-se absurda crítica à garantia universal dos direitos adquiridos.

* Procurador de Justiça aposentado. Reside em São Paulo.

Pelo oportunismo de sua quebra, para acerto de contas da previdência social! até editorial do extinto *Jornal da Tarde*, com o desafiador título de “O ferrão do parasita” tentou arrasar a garantia constitucional, como se fosse golpe ou picaretagem legislativa recente. Foi mesmo ignorância da antiguidade do instituto constitucional, em termos históricos, reforçada pela existência consistente da garantia nos países contemporâneos. Como o Direito não dispõe de laboratórios para experiências, para que as regras jurídicas não se reduzam a abstrações filosóficas ou improvisações do direito positivo, merecem prestígio os préstimos do método histórico e do comparativo (cf. meu artigo “O direito adquirido de todos nós”. *Justitia*. v. 185, pp. 219/225; *Plural-Boletim Informativo do CEAF/Escola Superior do Ministério Público*, v. 20, pp. 11 e ss.; *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, v. 4, pp. 53/57).

Note-se que foi lembrado por mim até o argumento de que, com a obrigatoriedade legal do diploma de jornalista, os antigos profissionais só puderam continuar a exercer a profissão pela garantia do direito adquirido...

Não adianta fazer de conta que a censura é, em si, um vício ou um crime. Não faz muito tempo que alguns jornalistas mais provincianos se referiam ao sexo como “baixos instintos”, o que atraía a crítica do Millôr, que só concordava com a expressão referida no tocante à localização anatômica do sexo. Sexo é da natureza e encerra virtude, podendo, como tantas outras coisas- p. ex., o dinheiro, as drogas (quando usadas como remédios), o poder, a religião – desvirtuar-se e só então sofrer condenação.

Sobre a censura, espécie de espantalho logo exibido por certos jornalistas, quando se discute a total liberdade de escrever biografias de outras pessoas, escrevi o artigo “Anjos vingadores ou Por que não a censura?” (*APMP REVISTA*. v. 37, mar/mai 2001, pp. 42/43).

Não contando ainda o apoio do grande Sobral Pinto, transcrevi em epígrafe o seguinte texto: “As imagens, as novelas, os filmes, o teatro e a poesia, as informações e o debate... têm um grande poder sobre a opinião pública, sobre as maneiras de pensar e viver das pessoas, sobre os valores vividos na sociedade e sobre o processo de educação das pessoas, especialmente na infância e na adolescência.” (CNBB Manual CF-98, Fraternidade e Educação, p. 66).

Passei, então a recordar fatos envolvendo crianças, em que só estas eram vítimas, incluindo abusos sexuais. Certa garota pilotava pequeno aeroplano, com seu pai e um treinador, para bater recorde na travessia do território norte-americano, todos mortos na queda do aviãozinho. E até o garoto de óculos de fundo de garrafa, de apenas seis anos de idade, processado por assédio sexual da coleguinha, que ele beijara numa das faces... Relembrei, em seguida, o reverso ainda pior para todos os envolvidos: meninos atirando contra colegas e professores para matar, no Arkansas.

Não hesito em insistir na síntese do que penso e que venho repetindo sempre que o noticiário traz novas e tristes façanhas de crianças: crianças só merecem, em qualquer circunstância, a proteção de nós todos.

Claro que relembrei minha mais insistente proposta, para muitas circunstâncias: a velha frase de Chesterton, tão repetida por Alceu Amoroso Lima, no final da sua vida: *os pecados e os crimes são as virtudes enlouquecidas*. Nada é rigorosamente bom ou mau, tudo dependendo do equilíbrio, da ausência ou não de desvio de finalidade ou de perversão. O exemplo mais eloquente é o do poder, que é uma virtude, mas que, conforme a sábia observação de Montesquieu, no seu livro *O Espírito das Leis*, segundo experiência antiga dos homens, pode ser objeto de abusos. Textualmente, ele acrescenta: quem o diria, a própria virtude precisa de limites, o que explica que, por certa disposição das coisas, o poder (virtude) detenha o poder, para que não se desvirtue.

Não posso dispensar a citação do episódio do sábio escravo do pensador da Grécia antiga. Seu amo devia receber para o almoço um convidado ilustre e ordenou ao servo comprar no mercado a melhor comida para a refeição.

Na hora do almoço, o prato principal era língua. Servida a refeição, que foi muito apreciada, o amo perguntou ao servo por que o prato escolhido fora língua. Em resposta, disse o criado:

– Porque a língua serve para a comunicação entre as pessoas que se amam, entre os países que evitam a guerra e se aproximam em intercâmbio de paz e boa vontade, entre o professor e o aluno, entre aquele que consola e o que recebe o conforto das palavras amigas, e assim sucessivamente.

O dono da casa, diante disso, recomendou que o servo, para o almoço do dia seguinte, trouxesse do mercado o pior prato que encontrasse.

Quando ele e seu convidado se aproximaram da mesa para a refeição do dia seguinte, tiveram a surpresa de encontrar o mesmo prato: língua. A estranheza foi logo objeto de interjeição de pergunta e admiração, seguida da explicação do mesmo criado:

– Língua também pode ser o pior prato, quando usada para injuriar, difamar, caluniar, intrigar pessoas e países, levando-os a conflitos e guerras; quando buscam humilhar e desprezar os semelhantes e assim sucessivamente.

Agora ficará mais fácil falar da censura, tão demonizada pelo pensamento maniqueísta. No Novo Aurélio Século XXI, o verbete *demonizar*, para afastar dúvidas:

“Atribuir características demoníacas, ou influências maléficas a”. Ex.: “É preciso evitar a atitude simplista de demonizar a indústria química [como fonte de poluição ambiental].” (*Gazeta Mercantil*, 18.9.1996.)”

Nas mãos de poderosos, de autoritários, de pessoas despreparadas, sem controles convenientes, a censura poderá constituir um mal, sem dúvida. A classificação dos espetáculos, porém, conforme à idade do espectador traduz a ideia que adiantei: crianças sempre devem merecer a proteção de todos (cf meu artigo “O Dever de Proteção a Qualquer Vulnerável: Criança ou Adolescente”. *Revista da Academia Paulista de Direito*. v. 4, jul/dez 2012, pp. 127/131). A censura constitui forma evidente de proteção daqueles que ainda não possuem formação suficiente para entender e não sofrer ansiedades e mesmo angústias e até traumas com a mensagem imprópria para a sua fase de desenvolvimento. E sempre as decisões a respeito devem ser fruto do mais amplo debate entre os especialistas de todas as áreas, de modo que alguns extremados “conservadores” não possam impor sua visão do mundo, o mesmo acontecendo com os mais radicais “moderninhos”, com suas ideias “avançadas”.

O primeiro passo, mesmo, consiste em que o preconceito e o tabu que impedem a própria lembrança da palavra censura sejam superados. Com isso, o debate poderá instalar-se – com proveito para todos, até para que

não se possa atribuir à falta de censura a ocorrência de diversos males de que as crianças e os adolescentes são, com frequência, as maiores e mais inocentes vítimas. Violência, uso de drogas, sexualidade infanto-juvenil poderão estar em escalada perigosa porque insistimos na radical defesa da liberdade de expressão, sem pensarmos também na necessidade de limites.

A palavra *tolerância* passou a significar atitude de solidariedade e inclusão, por exemplo, no ensaio “Riobaldo embosca Jeca Tatu ou Da tolerância em Guimarães Rosa”, de João Amílcar Salgado (*Nos Sertões de Guimarães Rosa*. Org. Carlos Alberto Corrêa Salles. Curitiba: CRV, 2011. p. 69). No entanto, na expressão *casa de tolerância*, o significado era totalmente pejorativo, como no filme *Menina Linda*, de Louis Malle, com Brooke Shields, citada no capítulo “A Rua de Baixo”, em que relembro a convivência de certa colega minha no curso primário com a mãe em casa de prostituição, de modo a tornar-se meretriz aos treze anos de idade (Espinosa, anos 40 – Depoimento de um menino curioso. São Paulo: 1997. pp. 71/76). Lamento que as autoridades, nos dois casos, não tenham censurado a presença das duas meninas em tal ambiente.

O tema deste texto – “Biografias e Privacidade” – exigia as considerações prévias e necessárias sobre a censura.

Outras explicações contribuirão para o debate. O princípio processual da publicidade se mostra importante, nos nossos tempos, como garantia das partes perante o juiz ou o tribunal. Mas, em benefício de interesses contrastantes como o interesse público e a intimidade ou privacidade dos seres humanos e suas famílias, passa a prevalecer o segredo de justiça. Discussões sobre intimidades dos casais, filiação, anulações de casamentos, divórcios, não devem ser jogadas no ventilador (cf. meu artigo “Segredo de Justiça”. *Enciclopédia Saraiva do Direito*. v. 67. pp. 178/189; *Revista Forense*. v. 284. pp. 57/62; *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo*. v. 73. pp. 13/20; *Revista Justitia*. v. 110. pp. 154/165).

Na tela dos cinemas lia-se antigamente a frase: “As personagens deste filme são fictícias: qualquer semelhança com pessoas vivas ou mortas é mera coincidência”.

Era o receio do processo indenizatório por parte de quem se sentisse “biografado” na obra de ficção.

No Canadá, máquinas fotográficas não são admitidas nos hospitais, para preservação da intimidade de cada paciente. Há grande rigor no tocante ao prontuário médico de qualquer paciente. Se algum médico acessar o prontuário do paciente de outro médico, será sumariamente demitido. As chamadas regras da confidencialidade merecem o maior rigor.

A lei brasileira não distingue famosos de pessoas comuns, anônimas.

Campanhas publicitárias se fazem para convencer as mulheres a fazerem testes de prevenção do câncer. Também muitos homens deixam de submeter-se a testes de tal natureza. Muitas vezes, preferem, eles e elas, correr o risco de morrer da gravíssima moléstia, a expor a condição de portador ou portadora dela. Poderá algum biógrafo contrariar a vontade dessas pessoas?

Poderá algum biógrafo revelar fatos cobertos, nos processos judiciais, pelo segredo de justiça? É óbvio que não.

E o segredo profissional dos médicos, psicólogos e outros que atuam na área de saúde?

Há, ainda, o sigilo bancário e das comunicações. Pelo menos, não se tratando de países remanescentes ditatoriais de qualquer natureza, cujos simpatizantes costumam ficar indignados com a espionagem feita pelos Estados democráticos, temerosos de ataques terroristas em grande escala, não divulgados, quando combatidos a tempo, por razões de segurança global.

Os biógrafos devem tomar extremo cuidado com os chamados crimes contra a honra – calúnia, difamação e injúria.

Sancho Pança, no imortal livro de Cervantes, pronuncia a frase: Debaixo da minha capa, ao rei mato. Claro que se evidencia a diferença de expressar alguma intenção hostil ao monarca em público, como seria o registro em possível biografia.

Da mulher de Sancho é a frase: Mais vale mulher mal casada, do que bem amancebada. Pessoa anônima, da mais humilde condição da sua época, ela expressava a preocupação com a estima social, com aquele

recato, de que falava Limongi França, que nenhum biógrafo pode deixar de lado. Mesmo tratando-se de pessoa anônima, embora a nossa lei trate os famosos do mesmo modo.

Em comentário publicado pela APMP Revista, v. 54, jan/mar 2011, pp. 77/79, ao romance *O vermelho e o negro*, de Stendhal (tradução de Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM, 2007), anotei a epígrafe do capítulo XIII do Livro 1: Um romance é um espelho – que se leva ao longo de um caminho (Saint-Réal). Nele se reflete a realidade, com sua doçura e amargor, sua paz e seu ódio, sua beleza e sua feiura. Vários autores têm citado essa frase, como o próprio Stendhal, em passagens dos capítulos XIX e XII, do Livro II. Não convém esquecer, contudo seu trecho final: “A sra. de Rênal foi fiel à sua promessa. Não procurou de maneira nenhuma atentar contra sua vida; mas, três dias depois de Julien, morreu abraçando os filhos. FIM. O inconveniente do reinado da opinião pública, que aliás busca a liberdade, é que ela se mistura ao que não lhe diz respeito: por exemplo, a vida privada. Daí a tristeza da América e da Inglaterra. Para evitar tocar na vida privada, o autor inventou uma pequena cidade, Verrières, e, quando teve necessidade de um bispo, de um júri, de um tribunal, colocou tudo isso em Besançon, onde ele jamais esteve.” (p. 507)

Se existem riscos nas obras de ficção, com mais razão isso acontecerá em biografias, sabido que as obras de maior sucesso de vendas costumam ser aquelas que contêm escândalos.

Em recente debate de que participaram jornalistas e autores, mas sem especialistas em Direito, além da constante referência à censura, outra expressão lembrada foi a livre manifestação do pensamento (Constituição da República de 1988, artigo 5º, inciso IV). Note-se que tal dispositivo, em seu texto integral, contém uma limitação: “vedado o anonimato”. Segue-se outra restrição: “É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.” Logo, na própria Constituição já se contempla a restrição em favor dos citados direitos da personalidade, pois, além do dano material, condena-se o dano “moral ou à imagem”.

E mais adiante, a nossa Constituição vigente dispõe, no mesmo artigo 5º, inciso IX: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Saliente-se que censura ou licença não constitui atividade de particular, mas do poder público, aspecto que se deve acrescentar, para afastar confusão.

Bastaria o inciso X do mesmo artigo 5º, da atual Constituição da República para salientar o seu apreço pelos direitos da personalidade: “São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

De modo algum cabe, portanto, a redução do debate a um tendencioso e inexato conceito de censura em oposição a uma vaga e amplíssima liberdade de expressão do pensamento.

O debate exige a inclusão de todas as normas jurídicas, especialmente constitucionais, que contemplem as garantias dos direitos da personalidade, entre os quais o próprio direito de autor, também daqueles que escrevem biografias.

No tema do nome, por exemplo, principalmente os famosos ou candidatos à fama, às vezes preferem o uso do pseudônimo, agora protegido pelo artigo 19 do atual Código Civil. Biógrafo algum pode contrariar, por qualquer pretexto, a vontade daquele que adote pseudônimo “em atividades lícitas”. Mesmo o heterônimo, tão característico do escritor Fernando Pessoa, exige total respeito.

Pittigrilli, pseudônimo do escritor italiano Dino Segre, relembra que, no auge da fama de Greta Garbo, certo conterrâneo dela tomou o avião na Escandinávia e dirigiu-se aos EUA, para homenageá-la, levando um ramalhete de flores. Logo que a atriz apareceu no saguão do hotel onde residia, o admirador disse, entregando as flores a ela:

– Senhorita Gustafsson...

– Gustafsson deve ser o seu criado... – disse, indignada, a diva, atirando as flores na lixeira e afastando-se, sem despedida.

Há alguns anos, publiquei o artigo “Aspectos recentes dos Direitos da personalidade” (*Revista Jurídica*, v. 233, março 1997). Por influência de

Bernard Beignier, passei a preferir a expressão no singular (*Le droit de la personnalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992). De início, não existem “direitos” da personalidade, mas um direito geral visando ao respeito da tranquilidade e da dignidade de cada qual. Posto esse princípio, considerar-se-á, então, sua natureza. Perceber-se-á que a distinção tradicional entre os direitos extrapatrimoniais e os direitos patrimoniais acha-se hoje largamente ultrapassada. Aliás, este direito será um exemplo patente do que pode ser o “direito civil constitucional”, pois não pode haver dúvida de que se trata de um direito fundamental. (Beignier, ob. cit., p. 45)

Relembrando, de início, a lição de Limongi França, dediquei tópicos do meu estudo à inseminação artificial, à identidade pessoal em face da chamada personalidade múltipla, aos laços emocionais e vínculos legais na profissão de psicólogo e até à decisão do STF alemão de que mesmo os cônjuges nem sempre podem abrir a correspondência postal um do outro: até então o segredo da correspondência previsto no art. 10 da Lei Fundamental não se estendia até à indiscrição privada, o que passa a valer em nome do direito da personalidade: “*Persönlichkeitsrecht*” (*Der Spiegel*, n. 35, 1990, p. 62; “Aspectos recentes...”, cit., p. 26).

Insisto, portanto, em que o debate não pode reduzir-se a dois ou três aspectos imprecisos de regras e princípios jurídicos da maior relevância, pois o respeito à pessoa humana, em todos os seus aspectos, por vezes em aparente divergência, sempre deverá prevalecer.

Eugênio Bucci, em artigo intitulado “Se a palavra condena, a imagem consagra”, chega a falar de esquizofrenia, a propósito dos editoriais críticos da violência dos *black blocs* e das fotos endeusando o bando arruaceiro (*O Estado de S. Paulo*, 14/11/2013).

São biografias e biografias. Os *papparazzi*, italianos ou não, faziam plantão perto da ilha de Scórprios e dos palácios londrinos. Não tenho simpatia por magnatas, ditadores ou monarquistas. A sanha dos fotógrafos em suas motos levou uma jovem princesa à fuga veloz e à morte trágica, para preservar sua privacidade.

Em qualquer caso, fico do lado desta.

Os 300 anos de Caeté – o púlpito da liberdade

*Roque Camêllo**

Minas não teve infância. Surge adulto na nossa História, sustentando, com seu ouro e diamante, a Coroa Portuguesa. Não foi fruto da partilha em capitanias hereditárias. Portanto, não conheceu donatários, o que explica as raízes de independência de sua alma, dando origem à mineiridade. Nas alturas, esculpiu o púlpito da liberdade, palavra materializada no sentimento indomável de Minas que se espalhou por este território e alcançou as terras mais distantes do Brasil.

Longe da Metrópole, a população mineradora dos fins do século 17 e início do 18 célere se posicionou contrária ao regime colonial. Movimentos neste sentido se sucediam, sendo o primeiro e mais marcante a Guerra dos Emboabas sob a liderança de Manuel Nunes Viana. Discordavam das decisões de Manuel de Borba Gato, nomeado guarda-mor da região do Rio das Velhas, que agia com excesso no confisco dos bens dos mineradores.

Os liderados de Nunes Viana, a partir de Distrito de Caeté, editaram suas próprias leis e elegeram seu governo. A História do levante é conhecida e merece consideração à parte. Isaías Golgher afirma ter sido “o primeiro governo legítimo que aparecia nas terras americanas, oriundo da vontade do povo”. Eis o nascedouro do púlpito da liberdade construído na futura Vila Nova da Rainha do Caeté a partir de 29 de janeiro de 1714

* Presidente da Casa de Cultura-Academia Marianense de Letras e Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

por decisão de Dom Brás Baltasar da Silveira que governava da Vila do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana.

Deu-se a instalação da vila a 14 de fevereiro, elegendo-se os vereadores. Exaurido o ouro, a localidade perdeu sua titularidade de vila, no entanto restaurada, com justiça, em 1840, passando à categoria de cidade em 1865.

Caeté teve participação importante na consolidação da Independência, disponibilizando, em 1823, recursos financeiros para as despesas do Estado e enviando o primeiro batalhão de voluntários mineiros para a Bahia. Os pioneiros periódicos mineiros tiveram em Caeté seu berço: *Cidadão Livre*, *Despertador Mineiro* e *O Relâmpago*. Eis, portanto, um burgo que se desenvolveu com forte expressão cultural.

Sua matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de 1765, é um dos mais harmoniosos e belos exemplares da arquitetura colonial. Saint Hilaire e Diogo de Vasconcelos lhe teceram elogiáveis considerações. O Solar do Tinoco, o do Barão de Catas Altas, o pelourinho, a igreja do Rosário e o Museu de Arte Sacra enriquecem seu acervo.

Em seus arredores, desponta a Serra da Piedade, um monumento da natureza e da espiritualidade a abençoar Minas e seu povo. Significativa na História, eloquente na formação cívica, brilhante por sua cultura e rica por seus monumentos, Caeté firmou-se como importante centro siderúrgico com duas usinas entre as quais Gorceix. No elenco dos empresários com visão do futuro, destaca-se Francisco de Paula Castro, cuja biografia, escrita por Staël Gontijo, mostra a importância de Caeté na siderurgia mineira. Deste ouropretano de nascimento, vinculado plenamente à história econômica e social de Caeté, pode-se dizer um autodidata cuja universidade foi a própria vida e que dominava a atividade empresarial com maestria.

Antes de Francisco de Paula Castro, outro mineiro, o serrano João Pinheiro da Silva, implantou em Caeté sua empresa de cerâmica. Governou o estado e fundou o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Caeté guarda, com respeito e veneração, os restos mortais deste grande estadista. Ambos, Francisco de Castro e João Pinheiro, além de outros próceres, caeteenses ou não, inscreveram este bucólico e rico

pedaço de Minas como referência não só histórica, mas também cultural, política e econômica do Brasil.

A celebração do tricentenário de criação da Vila Nova da Rainha é momento oportuno para os mineiros homenagearem este púlpito da liberdade donde ecoou, pela liderança de Nunes Viana, mensagem corajosa da Independência.



Traços da poesia de Ledo Ivo

Anderson Braga Horta

Aos 19 anos de idade, Ledo Ivo desceu das Alagoas, da natal Maceió, e do Recife, onde se formou intelectualmente, para o Rio de Janeiro, terra de sua adoção definitiva. Na bagagem, um livro de poemas – *As Imaginações* – escritos a partir dos 16. Iria publicá-lo no ano seguinte, ainda estudante da Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. Iniciava-se a trajetória de um escritor que se dedicaria, sempre com brilho, a praticamente todos os gêneros. Além de poeta, foi contista, novelista, romancista, cronista, memorialista, ensaísta e tradutor, tendo feito, ainda, poemas dramáticos e literatura infantil.

Apesar do curso específico, não seguiu a carreira jurídica; jornalista era, jornalista continuou sendo. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras do Brasil e, em Brasília, à Academia de Letras do Brasil. Nascido em 18 de fevereiro de 1924, faleceu em Sevilha, Espanha, em 23 de dezembro de 2012, às vésperas, pois, de completar 89 anos. Ganhador de inúmeros prêmios, no Brasil e no exterior, foi traduzido para o dinamarquês, o espanhol, o francês, o grego, o holandês, o inglês, o italiano.

Como nos propomos, hoje, a tão-só alguns enfoques de sua poesia que é, de resto, bem volumosa, evitaremos deter-nos em aspectos biográficos ou mesmo na relação de suas obras, mas cabe ao menos referência a algumas de suas prosas mais festejadas, como o romance *Ninho de Cobras*,

* Poeta e ensaísta, autor de vários livros. Nascido em Carangola, reside em Brasília.

ganhador do V Prêmio Walmap, as histórias amostra das em *10 Contos Escolhidos* os ensaios *Poesia Observada*, as memórias autobiográficas de *Confissões de um Poeta* e *O Aluno Relapso*.

A poesia de Ledo Ivo apresenta, quanto ao tom e à temática, vastíssimo espectro. Nela encontramos o humor, algumas vezes pesado, e a irreverência (como em “O Gato do Vigário”, de Curral de Peixe), a ironia, a sátira, o epigrama (como em *O Soldado Raso*); o erotismo (difuso do começo ao fim); a poesia social (como em “A Cartilha”, primeira parte de *Estação Central*); bichos de toda ordem, como parte de sua natureza ou como elementos simbólicos; o mar, tela constante (o físico o oceano, os maçaíós ou maceíós de suas Alagoas e o alegórico ou simbólico, representando a totalidade, Deus, a eternidade); crença e descrença, predominantemente esta; a vida e a morte, em suma.

Com *As Imaginações*, abriu-se ao poeta, pouco mais que adolescente Uma porta de ouro. “Estreia deslumbrante” – assim o saudou Mário de Andrade; e no coro dos encômios vinham nomes da altitude de Adonias Filho, Afonso Arinos, Lúcio Cardoso, Murilo Mendes, Otávio de Faria, Roger Bastide, Sérgio Milliet, a que se seguiram Álvaro Lins, Antônio Cândido e, à medida que os livros se sucediam, tantos e tantos outros de comparável porte.

Depois de *As Imaginações* vieram a lume *Ode e Elegia*, *Acontecimento do Soneto*, *Ode ao Crepúsculo*, *A Jaula*, *Ode à Noite*, *Cântico*, *Ode Equatorial*, *Linguagem*, *Um Brasileiro em Paris*, *O Rei da Europa*. Então surge *Magias*, que divide a obra poética de Ledo Ivo em antes e depois de *Magias*. Em pouco veremos porquê. Mas a obra continua: *Os Amantes Sonoros*, *Estação Central*, *Finisterra*, *O Soldado Raso*, *A Noite Misteriosa*, *Calabar*, *Mar Oceano*, *Crepúsculo Civil*, *Curral de Peixe*, *O Rumor da Noite*, *Plenilúnio*, reunidos em *Poesia Completa* (1940-2004). Enfim, *Réquiem*. Provisório porque já

surgem novidades, a exemplo de *Mormaço*, lançado em começos de 2013, mas primeiro conhecido na versão espanhola, *Calima*, de 2011.

Os livros da primeira fase do autor estadeiam uma poética do excesso e banham-se em águas de um certo surrealismo. (Bem o disse Ivan Junqueira no prefácio a *Poesia Completa*.)

Com “excesso”, no caso, quer-se aludir a uma certa volúpia verbal, à riqueza polissemântica de seu discurso, e não apenas à extensão, ao volume dos versos. Ronaldo Costa Fernandes, em ensaio publicado na Revista Brasileira (nº 56, 2008), salienta, referindo-se à acusação de prolixidade, que “o problema não é a extensão do verso, mas sua vacuidade ou não”, para afirmar que neste “poeta caudaloso”, “fluvial, com muitos igarapés” e “afluentes”, isso “que poderia ser defeito é virtude”.

Poeta não costuma à regularidade métrica. Com frequência, inicia o poema em verso de medida determinada e de repente quebra-o. Não que tivesse alguma dificuldade em manter o metro, ele tudo sabia dos elementos de sua arte. Parece que era de seu temperamento contrariar os padrões, desrespeitar as medidas, sair dos trilhos. Semelhante prática, além do gosto do excesso e do apelo ao surreal, o afasta léguas do parnasianismo que lhe queria imputar, como a outros arrolados entre os da Geração de 45.

A característica primeiro referida, o excesso, o Poeta mesmo a reconhecia, como no fragmento final de “O Desembarque”, poema em prosa de *Mar Oceano*:

Meu reino é o excesso, esse rival incomparável do rigor e da medida.

Ou como nos versos iniciais de “Promontório” (*Curral de Peixe*):

Sempre busquei a profusão das chuvas e celebrei o excesso.

É esse um traço perceptível nos poemas da primeira fase; a partir de *Linguagem*, mais acentuadamente a partir de *Um Brasileiro em Paris*, que lhe é como um prolongamento, começa ele a infletir para um controle maior do jorro poético; em *Magias* (e para mim, o seu livro maior) atinge o equilíbrio ideal entre fluxo e contenção. O poeta amadurece. É uma sensível mudança, mas não lhe desfigura a essência. O *jorro* continua.

Poema que bem revela esta mudança é “O coração da Realidade”, de *Linguagem*:

*Estive, estou e estarei
no coração da realidade,
perto da mulher que dorme,
junto do homem que morre,
próximo à criança que chora.*

*Para que eu cante, os dias são momentâneos
e o céu é o anúncio de um pássaro.
Não me afastarei daqui,
da vida que é minha pátria,
e passa como às águias no sul
e permanece como os vulcões extintos
que um dia vomitam sono e primavera.*

*Minha canção é como a veia aberta
ou uma raiz central dentro da terra.
Não me afastarei daqui, não trairei jamais
o centro maduro de todos os meus dias.
Somente aqui os minutos mudam como praias
e o dia é um lugar de encontro, como as praças,
e o cristal pesa como a beleza
no chão que cheira à criação do mundo.*

*Adeus, hermetismo, país de mortes fingidas.
Bebo a hora que é água; refugio-me na estância
quando a aurora é mistura de orvalho e de esterco,
e estou livre, sinto-me final, definitivo
como o tempo dentro do tempo, e a luz dentro da luz
e todas as coisas que são o centro, o coração
da realidade que escorre como lágrimas.*

A transcendência não é o lugar do Poeta (nem o êxtase, nem a música). Seu lugar são as coisas, os seres, os fatos e os atos. Embora ele os transcenda...

Numa quadra de “Nenhum Anjo” (*Magias*) ele parece desmentir a inspiração e, conseqüentemente descartar o surrealismo a que nos temos referido. Diz ele:

*Nem de vista nem de chapéu
conheço o sobrenatural -
sócio com direito à metade
de minhas minas de cristal.*

*A suspirante divindade
Não tem em mim seu porta-voz.
De nenhum rio celestial
Eu me proclamaria a foz.*

Ledo é um enamorado da linguagem o que fica logo patente na já assinalada relação entre o poeta e as palavras. Adora uma vagabundagem pelos seus campos, chegando a tematizar no poema acidentes como a metáfora, o anacoluto, a diérese (título de poema em *Curral de Peixe*). Senhor de grande vocabulário, aprecia a combinação de palavras díspares, nisso incluída a adjetivação improvável. Assim como doma as técnicas, doma o idioma em que se move, a ponto de dizer Wilson Martins que “possui como poucos em nossa literatura contemporânea a faculdade de reunir estranhamente suas palavras; despertando efeitos novos, revelando belezas desconhecidas, enriquecendo a capacidade de expressão da língua”.

Na mesma linha de pensamento, Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que, em sua poesia, “as palavras, através de combinações por vezes insólitas, adquirem uma ductilidade e, ao mesmo tempo, uma tensão emotiva ainda raras em nossa literatura”. (Transcritos das orelhas de *Finisterra*, José Olympio, 1972.) Não é de admirar que poeta de tão amplo domínio resvale, eventualmente, para o clássico de um soneto primoroso como este “O Endereço da Noite”, de *O Rumor da Noite*:

*Agora que anoitece é que amanheço
 como se o meu depois fosse o meu antes
 e os anos sucumbissem nos instantes
 sem que vou perecendo e não pereço.
 Embora a noite caia, não conheço
 o endereço da noite, e os habitantes
 de sua casa, nem os navegantes
 da nave que foi sempre cova e berço.
 Só os mortos estão livres da morte,
 sem porta aberta e sem o portaló
 do navio que é partida e perdimento.*

*Quando a sorte é lançada, não há sorte.
 O que era vida e amor se muda em pó
 e o próprio pó se muda em nada e em vento.*

Tempo e eternidade – para usar o binômio de Jorge de Lima e Murilo Mendes, poetas com os quais Ledo Ivo tem afinidades – frequentam do início ao fim esta poesia inquieta, de envolta com sua grande obsessão: Deus.

O silêncio de Deus. Os caminhos de Deus. A desnecessidade de Deus. A necessidade de Deus. O incômodo de Deus. A procura de Deus.

Vale a pena uma olhada nalguns pontos desse caminho tortuoso.

Nos primeiros livros, Deus é apenas um coadjuvante bem-comportado, quase um figurante. De repente, em *Finisterra*, dá sinal de si e “é como os morcegos: / voando à noite entre os espaços estrelados / procura chupar o sangue dos homens / que enegrecem os dias com os seus pecados” (“Nossa Senhora das Correntes”). Adiante, sem “Os Anjos da Igreja do Rosário”, “uma luz vermelha / no sacrário escuro / guarda o coração / do Deus invisível/que suspende os anjos / e deforma os homens”. Já surge, então, como um personagem incômodo, mas ainda não se tomou protagonista.

Em *A Noite Misteriosa*, toma-se objeto de dúvida na boca de um “Soneto Erradio”: “Não sei se sou a caça ou o caçador. / ... Não sei se

Deus existe ou se é, na tarde, / como o barco que passa sob a ponte, / e seja apenas um rumor de fonte / a água da sede que em meus lábios arde.” E é nesse livro que assume o primeiro plano: toda a seção terceira, “Vida de Sempre”, lhe pertence. São 32 poemas seguidos em que lhe cabe a parte principal. E Ele aí, múltiplice, é “algo cintilante / como a cauda de um cometa”, “o esquilo que atravessa a estrada / o musgo que esverdeia o portão / a flor aberta antes do tempo / no jardim onde as cobras se esconderam”. Toma-se dramático e é “O Intruso”! que se esconde “no estábulo” ou “no porão junto o ratos”; ou assume, antiteticamente, desde o papel do “galpão onde nos abrigamos” até o do “animal que avança sobre nós/ no pesadelo”. Vive entre bichos repugnantes ou peçonhentos, rasteja como um verme e

“anda na lama como um goiamum”, oculta-se “no pântano, / entre os borrachudos”: protesto do Poeta ante os abismos da Vida, que não pode compreender? E “está em nada” e “está em tudo”. Liricamente, “Deus e dois são cinco / na tabuada / do mais puro amor”; e só. Ele “limpa e lava / tudo com a água / da límpida cisterna / que é a vida eterna”; mas “não cheira a incenso. / É no estrume fresco / e na alga viscosa / que de devemos ver / os sinais divinos / com os olhos de quando / éramos meninos”.

Mesmo tratando de Autor/Ator de tão majestoso porte, não deixa de fazer piada: Em “O Pecado Original”, por terem Adão e Eva comido o fruto proibido é que hoje “pagamos os motéis com o suor do nosso rosto”. Entre aceitação e recusa, entre sinceridade absoluta e algo de pose, entre pureza e humor, Deus é o fio de seu drama, num conjunto

poemático de grande força.

Nos livros seguintes, Deus continuará desempenhando um impressionante papel. Em *Mar Oceano*, assusta-o um “Deus cruel que envenena os fungos” e cujos embaixadores “são formigas, corujas, ratos e morcegos”. O Poeta, que em “O Turista” (Deus é o grande turista”) declarava invejar “as gaivotas / que bicam a água cinzenta / as gaivotas que não precisam de Deus”, em *Rumor da Noite* dirá: “Não preciso de nada / Só preciso de Deus” (“A Necessidade”). Esse Deus que “é o silêncio / que habita as galáxias” (“O Refém”, de *Crepúsculo Civil*). Em “Interpelação”, de *Crepúsculo Civil*, Deus diz: “Eu sou a Linguagem.”

A procura de Deus é o mergulho ontológico. Indagar do divino é perquirir o sentido da vida. É esse o caminho de angústia do poeta Ledo Ivo. E é um dos veios mais opulentos de sua cornucópica poesia.

Para coroamento desta vertente, leiamos um dos poemas que dialeticamente encerram Plenilúnio:

UMA BUSCA INCESSANTE

*Ainda não desisti de encontrar Deus.
Desconfio que o gavião o esconde em suas asas
e os sonhos o abrigam nas dobras de sua oculta sabedoria.
Às vezes, um grito dilacera o espaço estival
da várzea que divide as minhas florestas.
Então sou inclinado a acreditar que ouvi
o grito de Deus, após o longo silêncio.
Deixo de pisar a formiga negra que avança
numa saliência da estrada em declive
e me envolve a percepção de que consegui evitar
a morte de Deus, em um de seus disfarces.
Dedico o dia inteiro à procura incansável
e de repente a noite cai: a noite negra como uma formiga.
Deus passeia incólume entre as constelações.*

Em 2004 falece a esposa do Poeta, Maria Leda. Dessa perda resulta o Réquiem, belo volume ricamente ilustrado com pinturas de Gonçalo Ivo, filho do casal, e um desenho de Gianguido Bonfanti. Nesse poema quase final, a dor impera. Desarvoradamente o começa: “Aqui estou, à espera do silêncio.” Sob o alude da dor como que cessa a busca: “Nada sabemos, a não ser que há uma noite / pura e vazia à nossa espera. Uma noite intocável / além do fogo e do gelo, e de qualquer esperança.” E prossegue, em fundo lamento: “Somente a morte ensina que os anjos não existem.//Tudo o que perdi, perdi para sempre”, até chegar ao termo desamparado de seu “longo

caminho entre dois nadas”. Reivindico, porém, para fecho entre dúbio e luminoso da jornada – a do Poeta e a nossa – estas palavras de nauta que insiste em manter os olhos descerrados ante o Encoberto Mar:

*...e agora, diante do oceano exato e visível,
diante do grande mar prosódico,
nada sei sobre a travessia.
Após tantas viagens, esta é a última frente ira
que me cabe transpor.*



Antônio Carlos Secchin, intérprete da boa poesia

Carmen Schneider Guimarães*

Sempre que me deparo com estudiosos de poesia, procuro ver se a palavra representa a justa intenção do autor. Ao ler alguns textos de Antônio Carlos Secchin, de início compreendi que ali se encontrava um estudioso severo e perspicaz da ideia lírica e da palavra poética. Escrever poesia não é enumerar uma série de frases bonitas, muitas vezes com sentido fugitivo da intensão do verso. Secchin é exímio na arte de traduzir o que de melhor contém um poema, já se considerando que a poesia, além de rima (às vezes), pontuação, cadência e coisas mais, tem alma. Isso mesmo, alma. O artista não só traduz em palavras seu sentimento, mas, e principalmente, expõe nas entrelinhas, expresso e vibrante, sua melhor intenção.

Em diferentes trabalhos, o acadêmico mais novo da Brasileira de Letras, Antônio Carlos Secchin, deixa visível que sua índole aponta sempre para o melhor que se pode encontrar em artistas das Letras. No seu *Memórias de um leitor de poesia...* o autor fez questão de aglutinar nomes famosos, de guardados célebres, como Tomás Antônio Gonzaga, buscado na “interposta figura de Dirceu”. Mas, segundo ele, credita-se a Gonçalves de Magalhães o início do movimento do Romantismo em 1836, com *Suspiros Poéticos e Saudades* e a Castro Alves, seu epílogo, em 1870, com *Espumas Flutuantes*. O romântico Fagundes Varela, dono de “poemas de oito faces”, é citado calorosamente; já com o simbolismo

* Escritora, vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras (cadeira nº 5).

nas veias, Mário Pederneiras, que depois de começo diverso, publica suas excelências no *Agonias*, levando junto de si o “terremoto”, Cruz e Souza.

Começa, no entanto, a mais apurada seleção de seus escritos quando enfrenta a bela estrela da poesia, e segundo ele, “O enigma Cecília Meireles”, de quem cita as garras modernistas no verso livre, na linguagem coloquial, no recurso à paródia e ao humor, e vai longe, referindo-se ao plano ideológico, e muito e muito mais. Parte, a seguir, a apontar os *Poemas escritos na Índia*. E sabemos todos daquela roupagem diversa, no *Romanceiro*, com palavras buscadas na Vila Rica dos calabouços e ladeiras de pedra, anjinhos de ouro, aonde Cecília fora buscar heróis e voltou com poetas.

Às vezes, achamo-nos em meio a nossos próprios conceitos, mas continuamos com Secchin, agora na “clausura do divino”, de Jorge de Lima, principiando com os belos títulos do poeta grande e profundo: *Tempo e Eternidade*, *A túnica inconsútil* e *Anunciação* e encontro de *Mira-Celi*. Não se esquivava Secchin à referência sempre oportuna dos alexandrinos, para em seguida, entregar-se ao Modernismo; exercita-se com nobreza na linhagem religiosa, especialmente com a amizade do filósofo católico Jackson de Figueiredo.

Ao estudar Drummond, o crítico especialista cuida, com muito empenho, de assunto que o autor reconhece de poucas palavras estudadas, tanto dele próprio como dos críticos, e que responde por um título curioso: *As namoradas mineiras*. Está aí, no centro da cena, um poema “de um tipo namorador, inescrupuloso”, e que vai desenrolando uma história incomum, de um cara que mandava a dezenas de namoradas a mesma carta mimeografada. São as “Variações drummondianas”, como as apelida Secchin.

Para dar início ao texto que chamou de “Vinicius: os caminhos de uma estrela”, Antônio Carlos Secchin fez apurado preâmbulo, buscando em diferentes autores justificados motivos para a dissertação. Exemplificou suas conclusões com ocorrências havidas de rejeição e abandono de criações literárias, primeiro a partir de nomes como Drummond, Cecília Meireles, Murilo Mendes, e marcadamente, com Vinicius, de que renegou

O caminho para a distância, deixando-o fora de suas antologias! (O estudo é demorado e criterioso. Merece leitura séria e cuidadosa.

Parece que o autor destas críticas dedicou-se, no capítulo intitulado “As Vitrines: a poesia no chão”, a desvendar alguns mistérios, tais como uma “brincadeira” de Chico Buarque de Holanda. Aconteceu quando o compositor, cantor, escritor resolveu endereçar um brinde ao ouvinte-leitor que adquirisse um elepê de sua autoria, lá pelos idos de 1981. Chamava-se *Almanaque*. O brinde constava de “uma série de imagens, desenhos e grafismos, como se fossem parte integrante de um verdadeiro almanaque”. E Secchin tenta descobrir os segredos que o autor do encarte tentou imprimir ao trabalho, oferecido, inclusive, com uma segunda letra.

Antônio Carlos Secchin esmera-se nas apreciações de escritores relevantes, e dedica-lhes espaço de valor em suas considerações. Agora é a vez de Edla, e chamou ao estudo “Plural de Edla”. E justifica-se, pois a literata é especialista em arte, é tradutora, roteirista, dramaturga, diretora de importantes coleções literárias. Mas diz Secchin em tom solene que ela “é ficcionista que vem construindo, com estilo e relevo, uma obra ímpar em nossas letras”.

Com laço de múltiplas falas, Antônio Carlos Secchin encerra uma série de ensaios muito bem amarrados, quando conceitua a respeito de obras e talentos da literatura nacional. Fecha o dizer solenemente, publicando o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, antes de fechar o livro *Memórias de um leitor de poesia...*, da Topbooks.



A pastora da solidão

*Antônio Sérgio Bueno**

Com o passar do tempo, os sentidos do nosso corpo vão sofrendo sucessivas limitações, diante das quais cada um de nós reage de maneira diferente. Há músicos que continuam produzindo belas peças apenas com seu ouvido interno. Jorge Luis Borges, grande escritor argentino, criou boa parte de sua obra literária convivendo com a cegueira. Acredito que Yeda Prates Bernis identifica-se com o autor portenho no poema “Borges”, que se inicia com estes versos:

*Em profundo mar noturno
sombras mergulharam teus olhos
letras escaparam dos livros
para o abismo do nada.*

A metáfora simbolista do “abismo” traduz bem uma situação de ausência de saída, e se o poema terminasse ali, seria a expressão de uma negatividade absoluta. Mas aquela estrofe aponta para outra direção:

*E venceste a escuridão
com a luz do imaginário.*

A alternativa vitoriosa atribuída a Borges é também compartilhada pela autora de *Entressombras*, que explora à exaustão a dualidade sombra/

* Professor de Letras da UFMG.

luz. O poema “Exílio”, pequena pérola, navega nas mesmas águas de “Borges”:

*Com penumbra
incertezas me habitam
sombras me possuem
trevas me exilam.*

O tom escuro domina a estrofe citada: “penumbra”, “sombras”, “trevas”. Três signos da angústia da exilada voz poética. Mas a segunda estrofe é um contraponto da primeira:

*Bordo palavras
neste papel
estrelas, arco-íris, luar
e viajo na luz.*

É nítida a vinculação entre “palavras” e “luz”. À sequência triádica sombria da primeira estrofe opõe-se esta, luminosa:

estrela, arco-íris, luar.

A epigrafe de “Exílio” refere-se ao próprio poema, mas revela ainda melhor a poetisa: “Estou à tona de brilhante escuridão”. O citado paradoxo é uma cristalização da oposição claro/escuro, a qual se desdobra, várias vezes, na variante luz/sombra:

*O rio de Heráclito
navega entre luzes
e sombras e ódios
e amores, impávido.*

Ou:

*Por campinas de luz
e florestas de assombro
segues.*

onde o significado “sombra” oculta-se no significante “assombro”.
A poesia de Yeda não elide o peso do viver, antes reflete a dor de existir:

*Esta mão de quase neve
esquece dia de luz
aninha sombra de tédio
onde o sol era alegria.*

Entretanto, essa poesia não perde a leveza, nem a delicadeza. O mel da melancolia torna leve a tristeza, como sugerem estes versos de “Bucólica”:

*A casa pousada no alto
leve adeja
(...)*

*O gado rumina
meloso e melancolia.*

O onipresente motivo poético do TEMPO permeia todo este livro. Em “A alma do tempo”, o “relógio” e a “ampulheta” aparecem como incapazes de capturar o tempo, entidade apenas perceptível nos efeitos de sua passagem. Os poemas “Pousar o tempo” e “Trajetória”, ambos de estrutura paralelística, procuram flagrar os movimentos de Cronos no percurso existencial do ser humano. A analogia entre os dois poemas fica visível ao cotejarmos suas respectivas estrofes iniciais:

*Pousar o tempo de primavera e flor
sobre as asas do vento. (Pousar o tempo)*

Manhã.

*Viceja a primavera
em pólen de inocência. (Trajetória)*

Ou as estrofes finais, que tanto lembram a “pousada do ser”, de Henriqueta Lisboa:

*pousar o tempo de solidão e ausência
sobre mármore e frio. (Pousar o tempo)*

Noite.

*Lua minguante alumia
a espera da viagem. (Trajetória)*

O mesmo paralelismo se reconhece no poema “Água”, bela retomada da matriz heraclitana tempo-água: “mãos meninas” (primeira estrofe, infância), “mãos em flor” (segunda estrofe, juventude), “mãos maduras” (terceira estrofe, maturidade) e “mãos” sem adjetivo, sem mais nada (quarta estrofe, morte).

Mário de Andrade, no fim da vida, escreve: “Quero escuridão!” Henriqueta Lisboa parece responder ao poeta paulista com estas palavras: “Quero o silêncio perfeito!”, que servem de epígrafe ao derradeiro poema. (“Sabedoria”) deste livro, cujo último verso é “a eloquência do silêncio”. Mas essa “quietude Zen” não apaga a “diáfana vivência” de Yeda Prates Bernis, que resplandece nos profundos versos de *Entressombras*.



Literatura e Direito

*Rogério Medeiros Garcia de Lima**

Questão que não tem resposta: a ficção copia a realidade ou a realidade imita a ficção? (Carlos Heitor Cony)

1 - Apresentação

O que é cultura? Como o Direito se insere no mundo cultural? O que é literatura? Quais os limites entre realidade e ficção? Como a literatura interage com o mundo do Direito? Qual a importância da literatura para a atuação dos magistrados?

Em torno dessas indagações, argumentarei que os juristas não trabalham com uma ciência exata. Além dos conhecimentos jurídicos, os operadores do Direito – magistrados inclusive – necessitam acumular cultura geral.

Nesse desiderato, a literatura é ferramenta indispensável.

Ciência e sensibilidade: eis a receita para a solução justa.

2 – Cultura e Direito

Paulo Dourado Gusmão conceituava cultura:

“(Melhor definição) é a de TYLOR, que se tornou clássica. Está exposta em seu ‘Primitive Culture’ (1871), e assim pode reproduzida: um complexo que compreende conhecimentos, crenças, arte, moral, direito,

* Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

costumes e outras aptidões adquiridas pelo homem como membro da sociedade. Muito tempo depois, LOWIE, em 'The History of Ethnological Theory' (1937), fundando-se na definição de TYLOR, definiu-a como a 'soma total do que o indivíduo adquire de sua sociedade, isto é, as crenças, costumes, normas artísticas, hábitos de alimentação e artes, que não são frutos de sua própria atividade criadora, mas sim recebidos como um legado do passado, mediante uma educação regular ou irregular'. (...)

“Cultura é, assim, linguagem, arte, religião, símbolos, ritos, significações, valores, mitos, ideias, ideais, ideologias, utopias, normas sociais, filosofia, ética, estética, lógica, literatura, ciências, teorias, padrões de comportamento, conhecimento em geral, ferramentas, equipamentos, máquinas, edifícios, etc., enfim tudo o que o homem não encontra feito na Natureza, mas que constrói para satisfazer as suas necessidades como pessoa física e como membro de um grupo social” (Manual de Sociologia, p. 162).

Para Gusmão, a cultura influencia a personalidade das pessoas. Ninguém pode evitar a modelagem da personalidade pela cultura a que está vinculado:

“O social e o cultural fazem com que o indivíduo tenha em sua personalidade, ao lado de aspectos estritamente individuais, outros comuns aos demais membros de seu grupo” (ob. cit., p. 185).

O Direito é profundamente afetado pelo destino da cultura em geral, acentuava o jurista espanhol Pascual Marin Perez. Segue as curvas do seu desenvolvimento e decadência:

“La culminación de la cultura romana, lograda en la época de Augusto, fue (...) un período de un Derecho altamente desarrollado. La decadencia de la cultura romana, patente desde el siglo III d. C., fue acompañada de una decadencia jurídica. Como el Derecho es uno de los instrumentos más importantes de

la cultura (...), está profundamente afectado por sus crisis y perturbaciones” (Manual de introducción a la ciencia del derecho, pp. 73-74).

A cultura, enfim, tem como instrumentos de análise os valores que suas diversas manifestações procuram realizar, para satisfazer as necessidades materiais e espirituais do homem. Por exemplo: o verdadeiro, o belo, o bem, o justo, o sagrado e o útil são os valores básicos das realizações culturais no plano da ciência, da filosofia, da arte, da moral, do direito, da religião, da economia e da tecnologia, respectivamente. O justo é o valor a que o direito, como manifestação cultural, se reporta. Visto sob o ângulo cultural, o direito se apresenta como realização de um ordenamento justo. É o que salientava Machado Neto:

“(Não se) diga que basta a realização de um ideal de Justiça, pois fenômeno social que é, o direito positivo necessita também – ao lado da valoração positiva no plano do justo – realizar o objetivo pragmático de garantir a segurança pela realização da ordem e da paz sociais. Nesse sentido, o direito não é somente a realização do valor justo, mas – como salienta Miguel Reale – é a possibilidade da realização dos demais valores e de todos os demais ramos da cultura, e daí a ‘especial dignidade da jurisprudência’” (Sociologia Jurídica, p. 158).

Concluía o notável estudioso baiano:

“Sem o conteúdo cultural não é possível entender-se a forma social, pois o humano não é tema para geometrias. E isso foi o de que descuraram os formalistas, em que pese o respeitável de seu projeto” (ob. cit., p. 23, grifei).

3 - Literatura

O profissional do Direito não lida com pura geometria - bem enaltecia o precitado Machado Neto. Por isso, necessita interagir com outros campos da cultura. Notadamente com a literatura.

Domício Proença Filho considera a arte um dos meios de que se vale o homem para conhecer a realidade. Só há literatura onde existe um povo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma cultura:

“A matéria literária é cultural. O artista da palavra retira do mundo elementos que, convenientemente organizados, podem representar totalidades e constituir uma afirmação cuja força e coesão não se encontram ao alcance dos profanos. Em outros termos, de acordo com T. Hall, uma das mais relevantes funções do artista é ajudar o leigo a estruturar o seu universo cultural. (...)

“À luz da antropologia, podemos também entender cultura como o conjunto e a integração dos modos de pensar, sentir e fazer adotados por uma comunidade, na busca de soluções para os problemas da vida humana associativa.

“Cultura, como se depreende dessas acepções, implica sociedade. (...)

“Fácil é concluir que a literatura, apoiada num sistema de signos linguísticos que representam o mundo e revelam dimensões profundas do mesmo, traduz o grau de cultura de uma sociedade. E mais: por força de sua natureza criadora e fundadora, ela pode configurar-se como espelho ou como denúncia, como conservadora ou como transformadora” (A linguagem literária, pp. 14-35).

Proença Filho ainda destaca que o escritor se coloca a serviço da sociedade:

“Aponta os caminhos que julgar válidos, e procura conduzir a comunidade a estes caminhos. Ele é um combatente. Um ‘engagé’. Sem deixar, entretanto, de ser um artista” (Estilos de Época na Literatura, p. 36, grifos no original).

Consoante Otto Maria Carpeaux, a história literária dos estilos e obras expressa a estrutura espiritual e social das épocas:

“A literatura não existe no ar, e sim no Tempo, no Tempo histórico, que obedece ao seu próprio ritmo dialético. (...)”

“A relação entre literatura e sociedade (...) não é mera dependência: é uma relação complicada, de dependência recíproca e interdependência dos fatores espirituais (ideológicos e estilísticos) e dos fatores materiais (estrutura social e econômica). Essa interdependência constitui o objeto da ‘sociologia do saber’, disciplina sociológica, cujos fundamentos foram lançados pelos trabalhos de Max Weber, Scheler e Mannheim. Os conceitos da ‘sociologia do saber’ permitem estudar os reflexos da situação social na literatura sem abandonar o conceito da evolução autônoma da literatura” (História da literatura ocidental, p. 35).

4 – Realidade e ficção

Carlos Heitor Cony escreveu sobre o rumoroso escândalo político do “mensalão”:

“São inúmeros os pontos de contato com obras de ficção, sobretudo com filmes em que o conflito do Bem contra o Mal (ou do Mal contra o Bem) é travado por um só mocinho, que encarna a lei, contra uma organização poderosa e secreta, voltada para o Mal, com a ambição de dominar o mundo.

“Para dar um exemplo, lembro os filmes de James Bond, baseados nos romances de Ian Fleming. O esquema é sempre o mesmo: O herói recebe a missão de combater a organização maléfica, que dispõe de uma tecnologia mil vezes superior à do país ameaçado. O chefe mora num palácio-fortaleza, encravado numa montanha que se abre miraculosamente para receber aviões a jato, e de onde dispara foguetes espaciais mais sofisticados do que os da Nasa. Rastreia os adversários com uma rede de câmeras que ainda não existem no mercado”.

E indagou:

“Questão que não tem resposta: a ficção copia a realidade ou a realidade imita a ficção?” (O satânico Dr. No, Folha de São Paulo, 03.08.2005).

Igualmente, Affonso Romano de Sant’Anna meditava sobre o cruel assassinato da atriz Daniella Perez, pelo ator Guilherme de Pádua e sua mulher Paula Thomaz:

“A vida, às vezes, consegue ser mais estúpida do que a ficção” (O assassinato e a borboleta, O Globo, 06.01.1993).

O poeta mineiro, em outro texto, refletia sobre os limites entre realidade e ficção:

“Dizia o Rosa, tudo é travessia. Na travessia, o real é a brabeza. Perguntem pra Riobaldo e Diadorim como é atravessar o sertão. Já a lembrança é outra coisa: aí a gente refaz o real como gostaria que fosse, ou como acha que ele aconteceu. Peguem o exemplo da viagem: uma coisa é o projeto da viagem, outra coisa a viagem, e outra a pós-viagem. Há quem diga que pensar na viagem que se vai fazer ou lembrar é melhor do que viajar. E tem gente que viaja só para se lembrar da viagem, não por causa da viagem”.

“Proust (dizem), já velho e cansado de tantas festas e devassidão, fechou-se num quarto revestido de cortiça e reinventou a vida que pensou ter vivido. Caiu na real ou caiu na ficção? Tudo aquilo que descreveu é reinvenção da realidade” (Affonso Romano de Sant’Anna, Cair na Real, Estado de Minas, 16.12.2012).

No campo jurídico, o saudoso criminalista Evandro Lins e Silva, no livro *A defesa tem a palavra* (1980), mencionou poema de Bertolt Brecht, sobre uma mulher infanticida. Guarda enorme semelhança com um caso de infanticídio, praticado por empregada doméstica do Rio de Janeiro. Escondera a gravidez e dera à luz um bebê no vaso sanitário do pequenino banheiro, na casa da patroa. O recém-nascido morreu afogado.

Evandro assumiu gratuitamente a defesa da acusada. A propósito, concluía:

“A arte e a vida andam juntas”.

5 – Literatura e Direito

Pincei algumas obras literárias para ilustrar a intersecção entre Literatura e Direito:

5-1) Enrico Ferri

Em 1908, o famoso criminalista italiano Enrico Ferri discorreu sobre os assassinos incestuosos na tragédia grega, obras de Shakespeare (Macbeth, Hamlet, Othelo etc.), criminosos no romance contemporâneo (Thereza Raquin, *Germinal*, *Besta Humana*, de Émile Zola, *O Discípulo*, de Paul Bourguet etc.) e a arte setentrional (*Os Espectros*, de Henrik Ibsen, *Poder das Trevas*, de Leon Tolstoi, *Crime e Castigo*, de Fiódor Dostoiévsky etc.), dentre outros.

Ferri apontava os desafios enfrentados nas suas reflexões (*Os criminosos na arte e na literatura*, edição brasileira, 2001):

“Demonstrar e confirmar, com exemplos tirados da arte, os dados e as induções da antropologia e da psicologia criminais. (...)

“A arte, esse reflexo irisado da vida, não poderia, mesmo desde as suas primeiras e mais instintivas manifestações, negligenciar o estudo das inumeráveis metamorfoses do crime e da alma criminal na sociedade; não poderia ignorar o frisson passional que, em presença de um delito, subleva, na multidão, uma emoção vaga, incessantemente ampliada e atenuada na medida de sua amplitude – ou que provoca, na consciência do artista, a representação subjetiva de personagens misturados aos dramas da fraude artificiosa ou da violência sanguinária” (pp. 17 e 21).

O mestre italiano criticava as obras literárias, por suscitar simpatia pelos criminosos e relegar as vítimas ao olvido:

“Passamos rapidamente em revista toda uma multidão sanguinária e monstruosa de criminosos. A arte emprestou muitas vezes a esses degenerados as cores brilhantes de sua paleta e excitou a emoção pública a favor de seres dignos de piedade sem dúvida, mas menos dignos de uma piedade simpática que uma outra multidão, seja, a dos desgraçados que permanecem honestos, malgrado os espasmos e a degenerescência da miséria, da fome de ocasião e da fome crônica. Esses permanecem fiéis, em meio aos piores tormentos da alma, ao sentimento humano e social, contra o qual a violência e a sua última revolta desesperada, o seu supremo protesto é, quando muito, o suicídio.

“A arte não tem senão glorificado demasiadamente os criminosos: é preciso que, de agora em diante, ela volte a sua luz radiosa para a multidão dos infelizes.

“E já se pode ver despontar a aurora dessa evolução” (p. 213).

A observação de Ferri induz inevitável analogia com a postura dos defensores do “garantismo penal”, tão atuantes no Brasil contemporâneo. Preocupam-se em demasia com os direitos fundamentais dos criminosos e são completamente cegos em relação às agruras suportadas pelos cidadãos de bem, diante da incontrolável violência cotidiana nas cidades brasileiras...

5-2) Somerset Maugham

Evandro Lins e Silva escreveu sobre a defesa, por ele patrocinada, de Raul Fernandes do Amaral Street (Doca Street), acusado pelo homicídio passional de sua companheira Angela Diniz, em dezembro de 1976 (A defesa tem a palavra, 1980).

Às vésperas do julgamento do acusado, Lins releu o romance *A servidão humana*, de Somerset Maugham. Estimulou-me à leitura, ainda nos anos 1980, dessa obra-prima do romancista britânico.

A narrativa envolve a avassaladora paixão de Philip Carey, um abastado estudante de Medicina, pela jovem Mildred. Algumas citações, extraídas do texto, demonstram sua relação com os crimes passionais (*A servidão humana*, 1955):

“Quando Mildred o deixava era o sofrimento, quando ela voltava era o desespero” (p. 268).

“A paixão tornava-o abjeto. Estava pronto para submeter-se a tudo, menos a deixar de vê-la” (p. 279).

“O amor era como um parasita em seu coração, nutrindo uma existência odiosa com o sangue de sua vida. Absorvia-o de modo tão intenso, que ele não podia encontrar prazer em outra coisa” (p. 287).

“O que importava era amar, mais do que ser amado” (p. 325).

5-3) Oscar Wilde

As alegações finais da ação penal contra o ex-presidente da República Fernando Collor de Mello, após o impeachment, foram subscritas por Evandro Lins e Silva. A peça processual descrevia a associação entre o presidente afastado e corrêus, para a prática de alegados atos de corrupção.

Lins recorreu à personagem do romance *O retrato de Dorian Gray*, de Oscar Wilde, para descrever a falsa imagem que Collor exibia no Palácio do Planalto (revista *Veja*, 18.11.1992, p. 34):

“No meio deste processo que abalou a nação foi descoberto, no sótão obscuro da vida privada do denunciado, o seu verdadeiro retrato. Era Dorian Gray”.

Para o combativo advogado, a face visível do presidente afastado era uma fraude, revelada na investigação da CPI:

“A personalidade do jovem esbelto e formoso, de olhar altivo e gestos imponentes, apareceu na tela, pintada no seu lado moral, a horrenda figura da corrupção, do vício e da fraude. (...) Todos puderam ver que a personagem pública era uma burla e o retrato escondido a realidade”.

Oscar Wilde era um talentoso romancista irlandês. No final do século 19, foi condenado a dois anos de prisão, por práticas homossexuais.

Li o clássico em 1981. Relata a história do belo jovem Dorian Gray. Um talentoso artista pintou o seu retrato. A pintura emoldurada envelhecia trancada no sótão da casa de Dorian, enquanto o rapaz - entregue aos prazeres mundanos - conservava a beleza e juventude.

No prefácio, o autor reflete sobre arte:

“O artista é criador de coisas belas. (...)

“Um livro não é, de modo algum, moral ou imoral. Os livros são bem ou mal escritos. Eis tudo. (...)

“Toda arte é completamente inútil”.

Passagens eloquentes mostram a alma atormentada do protagonista (O retrato de Dorian Gray, 1981):

“Só há no mundo uma coisa pior do que falarem de nós: é não falarem de nós” (p. 10).

“Nós jamais revivemos nossa juventude. O arrebatamento da alegria que palpita em nós aos vinte anos vai se enfraquecendo. Os nossos membros se cansam, os nossos sentidos se embotam. Todos nós nos convertemos em horrorosos fantoches, alucinados pela lembrança das paixões de que tivemos demasiado temor, e das esquisitas tentações a que não tivemos coragem de ceder. Juventude! Juventude! Não há absolutamente nada no mundo, senão a juventude!” (p. 33).

“Chegaria o dia em que o seu rosto se enrugaria e murcharia, seus olhos perderiam brilho e cor e a graça do seu rosto se romperia e deformaria. O carmim dos seus lábios desvanecer-se-ia, do mesmo modo que o ouro do seu cabelo. A vida que devia formar a sua alma deformar-lhe-ia o corpo. Tornar-se-ia horrível, disforme, grotesco. (...)”

- Como é triste – murmurou Dorian, com os olhos ainda fixos no seu retrato. – como é triste! Tornar-me-ei velho, horrível, espantoso. Mas este retrato permanecerá sempre jovem. Não será nunca mais velho do que neste dia de junho... Se ocorresse o contrário! Seu eu ficasse para sempre jovem, e se este retrato envelhecesse! Por isso – por isso – eu daria tudo! Sim, não há nada no mundo que eu não desse! Daria até a minha própria alma!” (p. 36).

“Enamorava-se cada vez mais de sua própria beleza e cada vez mais se interessava pela degradação da própria alma” (p. 154).

“Cada um de nós leva em si o céu e o inferno” (p. 188).

5-4) Mário Palmério

Em fevereiro de 2004, como juiz diretor do Foro Eleitoral, tive o privilégio de presidir as eleições municipais em Belo Horizonte.

Sempre me interessei pelo Direito Eleitoral. Ainda estudante universitário, no ocaso do regime militar, tentava acompanhar a fluida legislação eleitoral brasileira. Era adaptada, a cada pleito, para acolher casuísmos do regime.

Lia atentamente textos dos próceres da oposição, como Tancredo Neves, Paulo Brossard, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso. Escreviam sobre o regime democrático e as (até hoje!) inadiáveis reformas política e eleitoral em nosso país.

Presidir o pleito municipal, no então terceiro maior colégio eleitoral do país, conferiu-me maior conhecimento da dura realidade das eleições brasileiras. Pude concordar com Sérgio Buarque de Holanda, segundo quem “a democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido” (Maria Victória de Mesquita Benevides, *A cidadania ativa...*, p. 26).

Mesmo após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a legislação eleitoral continua a ser solenemente desrespeitada. De nada valem leis rigorosas e detalhistas, se não são cumpridas.

Segundo o chamado princípio da realidade, o Direito rege a realidade da convivência social. Não é um conjunto de preceitos descompassados com o que de fato ocorreu, ocorre ou pode ocorrer. Os legisladores e os intérpretes das leis não devem seguir o caminho da fantasia e tampouco podem exigir o impossível: *ad impossibilia nemo tenetur*. É o que ensina Diogo de Figueiredo Moreira Neto (*Curso de Direito Administrativo*, p. 63):

“Os comandos da Administração, sejam abstratos ou concretos, devem ter sempre condições objetivas de serem efetivamente cumpridos em favor da sociedade a que se destinam. O sistema legal-administrativo não pode ser um repositório de determinações utópicas, irrealizáveis e inatingíveis, mas um instrumento sério de modelagem da realidade dentro do possível.

“A irrealidade leva ao descumprimento habitual e, este, à desmoralização de todo o sistema, como adverte Agustín Gordillo. Como se poderá deduzir, esse princípio geral tem nítida aplicação sobre os da discricionariedade, da razoabilidade e da motivação, no campo específico do Direito Administrativo”.

A minha experiência indica que juízes eleitorais devem conhecer melhor a realidade do mundo político. Muitos, no entanto, encontram dificuldade nesse ofício. Em geral, magistrados são bastante apegados à racionalidade. Isso se verifica com muita clareza, por exemplo, nos procedimentos processuais.

De fato, o Direito Processual está compromissado com o paradigma racionalista. Por essa ótica, é concebido como instrumento puramente formal, abstrato e sem qualquer compromisso com a História. Em última análise, é imaginado como algo dotado da mesma eternidade da matemática. Nos países pertencentes à tradição romano-canônica, integrada por grande parte da Europa e toda a América Latina, o núcleo do paradigma, sob o qual se formaram os sistemas jurídicos modernos, tem seu epicentro no racionalismo Iluminista do século XVII (Ovídio Batista da Silva, *Racionalismo e Tutela Antecipada em Processo Civil*, 2002).

Do mesmo modo, o cipoal de leis eleitorais contém uma miríade de obrigações e proibições concebidas com “excesso de razão”, mas raramente respeitadas. Desconhecem os legisladores e juízes que, sob esse imponente arcabouço legal, repousa a dura realidade do “jeitinho brasileiro”.

Para conhecer as rudezas da vida interiorana e as artimanhas eleitorais dos grotões brasileiros, é muito oportuna a leitura do livro *Vila dos Cofins*, do escritor mineiro Mário Palmério.

A trama envolve o deputado federal Paulo Santos, que chega à fictícia Vila dos Confins, município recém-emancipado no sertão, para trabalhar pela candidatura a prefeito de João Soares, da “União Cívica”.

O adversário é o “liberal” Chico Belo, apoiado pela oligarquia rural. Chico Belo e o clã dos Rocha mandam e desmandam, invadem terras, compram votos e praticam outras tantas barbaridades. (Fina ironia com os nossos “liberais”...)

O secretário estadual de Negócios do Interior, com ambições futuras de se eleger deputado federal, apoia Chico Belo. Recebe-o em sua mansão da capital. Envia a Vila dos Confins um capitão da polícia militar e um novo intendente, todos correligionários. A polícia comete várias arbitrariedades.

O deputado Paulo Santos simulou emboscada à bala contra sua camionete. O “atentado”, atribuído a Filipão, capanga de Chico Belo, repercutiu na imprensa nacional. Tropa federal veio policiar as eleições.

Mesmo assim, Chico Belo “comprou” muitos eleitores. Venceu por diferença de apenas oito votos, em um total de oitocentos. Consolidou o poder oligárquico na localidade.

Algumas passagens desse importante romance regionalista familiarizam o leitor com a vida no sertão e as artimanhas políticas ali praticadas (Vila dos Confins, 1983):

“O fato é que o Sertão dos Confins existe. E é um mundão largado de não acabar mais” (p. 7).

“Culpa mesmo do Governo, que, afinal de contas, sempre foi, é e será ele o culpado de tudo o que acontece de errado e malfeito por esse mundo de Nosso Senhor” (p. 9).

“Rua mesmo, uma só: começando na igreja e acabando no cemitério, tal e qual a vidinha do povo que mora lá” (p. 18).

“Importante, para um político, andar sempre com a memória em dia: guardar o nome do eleitor, o da patroa, se possível até o dos meninos. O pessoal apreciava – sempre era uma prova de atenção, de amizade...” (p. 27).

“E nem eu nem ninguém pode evitar que o Governo dê prestígio a ele: em política, vale quem vale, só é respeitado quem ganha” (p. 30).

“Praga das maiores, o peste: eleitor consciente...” (p. 263).

6 - Magistrados e Literatura

Carlos Ayres Britto, ministro aposentado e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, é conhecido por sua veia poética e filosófica. Humanista, defende que a melhoria do Judiciário passa pela melhor formação da magistratura. Isso significa, segundo Britto, que reputação ilibada, conhecimento jurídico e até mesmo sensibilidade sejam considerados requisitos de desempenho:

“O juiz tem que abrir mesmo as janelas do Direito para o mundo circundante. Ele não pode se trancar numa torre de marfim” (entrevista ao Consultor Jurídico, 11.07.2013).

No julgamento sobre a validade jurídica da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o ministro Britto afirmou que “não se separa por um parágrafo o que a vida uniu pelo afeto”. O entrevistador indagou como a sua vivência e veia literária influenciaram a “cabeça do juiz”. Ele respondeu:

“Uma vez Einstein, que também é um dos meus preferidos, disse o seguinte: ‘agora só me interessa conhecer o pensamento de Deus, o resto é detalhe’. E certamente ele estava na boa companhia de Max Planck, outro físico quântico, que para surpresa minha disse o seguinte: ‘Para os crentes, Deus está no princípio de todas as coisas. Para o cientista, ele está no fim de toda reflexão’. E eu coloquei essa frase como a última frase do meu livro ‘Teoria da Constituição’, editado pela Forense, no ano de 2003. Então esse casamento entre filosofia, Direito, Literatura, poesia resultou frutuoso. Deu bons frutos a meu juízo. Eu estou satisfeito com o que fiz. Citei Einstein com outro objetivo. É dele uma frase que muito me marcou. Ele disse o seguinte: ‘não há uma grande descoberta científica, uma só que seja, que não haja partido de uma intuição’. Todos os meus votos no Supremo, nos casos socialmente mais impactantes – como os das células-

tronco embrionárias, homoafetividade, igualdade de direitos entre pares homoafetivas e casais heteroafetivos, combate ao nepotismo, ProUni com as cotas raciais e sociais, lei da Ficha Limpa, Raposa Serra do Sol, liberdade de imprensa, humor na televisão, marcha da maconha – se converteram em acórdãos que partiram de intuições. No caso de células-tronco embrionárias, eu me lembro de ter partido de uma frase que me assaltou o espírito: ‘Não confundir embrião de pessoa humana com pessoa humana embrionária’. No caso de anencefalia, eu disse: ‘O feto anencéfalo é um casulo que consegue chegar ao estado de crisálida, mas jamais chegará ao estado de borboleta’. Sempre assim, sempre uma frase poetizada que me assaltava o espírito e a partir daí eu fazia os meus votos. Sempre por intuição. Eu fazia viagem de volta para fundamentar as minhas conclusões, mas eu operava como opera o artista. O artista não precisa de análises para chegar a sínteses. Ele salta diretamente para sínteses sem precisar de análises. É como você não subir os degraus de uma escada e conseguir ir para o topo da escada catapultadamente. E os cientistas puros não entendem isso. Eu me considero um cientista do Direito, modéstia de lado. Mas o cientista puro é desconfiado do artista porque ele diz assim ‘quem é esse sujeito que sem nenhum esforço já chegou antes de mim e eu estou aqui analisando?’. Ele tem preconceito contra o artista. Por também ser um cientista, o artista faz a viagem de volta para convencer os outros e fundamenta tecnicamente, juridicamente, cientificamente cada uma das suas conclusões. Agora, para chegar às conclusões é que ele dá o salto quântico. Ele tem essa capacidade: contemplando as normas, os fatos, as pessoas e os dramas humanos, ele se vê ejetado para o topo da pirâmide cognitiva” (idem).

De Plácido e Silva anotou a origem etimológica da palavra sentença:

“Do latim *sententia* (modo de ver, parecer, decisão), a rigor da técnica jurídica, e em amplo conceito, sentença designa a

decisão, a resolução, ou a solução dada por uma autoridade a toda e qualquer submetida à sua jurisdição” (Vocabulário Jurídico, vol. IV, p. 201, grifos no original).

Igualmente, acentuou Cândido Dinamarco:

“O vocábulo sentença origina-se do latim *sententia* e traz em si a ideia da manifestação do juiz sobre o modo como ele sente a causa e as pretensões contrapostas dos litigantes – e é realmente que o juiz deve aplicar seus sentimentos ao julgar a causa, não só a razão” (Instituições de Direito Processual Civil, vol. II, p. 489, grifos no original).

Portanto, para “sentir” a causa e intuir a solução justa, o juiz precisa ser dotado de inteligência e cultura. O saudoso ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça, notável professor e formador de magistrados, pontificava:

“Se a inteligência é dom de Deus, e não entendemos como se possa recrutar juízes não-inteligentes, embora muitas inteligências não devam ser acolhidas na magistratura por carências de outras virtudes específicas e sobretudo vocação, a cultura é adquirida com esforço e dedicação. E sem cultura sólida e atualizada não se pode ter juízes à altura da relevante função de julgar” (O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo, p. 82).

O desembargador José Renato Nalini, outro portento da magistratura nacional e integrante da Academia Paulista de Letras, prega com o costumeiro brilho:

“O juiz é homem de seu tempo, submetido às agruras dos demais e vulnerável às mesmas contingências. É ser humano que ama, sonha, sofre, se angustia. Não está imune às transformações dos

tempos, nem às mudanças de valores e de costumes” (Curso de deontologia da magistratura, p. 15).

Semelhante prédica entoava Eduardo Couture aos advogados:

“Como todas as artes, a advocacia só se aprende com sacrifício, e, como em todas as artes, também se vivem em constante aprendizagem. O artista, mínimo corpúsculo, encerrado no imenso cárcere de ar, vive esquadrinhando sem cessar suas próprias grades, e seu estudo só termina como sua própria vida” (Os mandamentos do advogado, p. 23).

Por fim, dois exemplos históricos ilustram juízes que foram também grandes literatos.

6-1) Tomás Antônio Gonzaga

Nascido na cidade portuguesa do Porto (1744), era filho do magistrado brasileiro João Bernardo Gonzaga, que fora ouvidor-geral de Pernambuco. Colou grau de bacharel em Coimbra (1768), onde elaborou tese sobre Direito Natural. Ingressou na magistratura e foi juiz de fora em Beja por um triênio. Em 1782, era ouvidor e procurador dos defuntos e ausentes de Vila Rica. Em 1786, foi promovido a desembargador da Relação da Bahia, onde serviria por seis anos, findos os quais ficaria nomeado para tomar posse na Relação do Porto.

Ao saber da promoção, em meados de 1787, tratou casamento com D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas – a famosa Marília – e solicitou licença real para o enlace. Enquanto aguardava a autorização, foi denunciado como principal mentor da Conjuração Mineira. Preso, padeceu por três anos nas masmorras da Ilha das Cobras.

Defendeu-se com nobreza, senso jurídico e claro raciocínio. Não acusou ninguém. Impressionavam sua serenidade e firmeza. Condenado ao degredo perpétuo em Angola, teve a pena comutada para dez anos de degredo em Moçambique. Naquele país, casou-se com Juliana

Mascarenhas de Souza, filha de um opulento comerciante de escravos (1793). Em 1809, fora provido no cargo de juiz da alfândega, mas faleceu em 1810.

No cárcere, escreveu as mais notáveis de suas liras. Celebrizou-se com o livro *Marília de Dirceu* (Dirceu era seu nome arcádico). Foi também poeta satírico, a quem se atribui a autoria das *Cartas Chilenas*. É um poema que aborda os desacertos, arbitrariedades e prevaricações do Governador Cunha Meneses, referido sob pseudônimo de Fanfarrão Minésio (PAES e MASSAUD, *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, pp. 110-111).

6-2) Graça Aranha

Era o autor do consagrado romance *Canaã*:

“José Pereira de Graça Aranha nasceu em S. Luís do Maranhão em 1868. Foi discípulo de Tobias Barreto na Faculdade de Recife, onde se bacharelou em Direito. Da magistratura passou à diplomacia, servindo em Londres, com Joaquim Nabuco. Foi ministro na Noruega, na Holanda e em Paris. Como membro da Academia Brasileira de Letras, ficou célebre a sua conferência polêmica em 1922, após a qual os ‘passadistas’ carregaram Coelho Neto nos ombros enquanto os ‘futuristas’ faziam o mesmo com Graça Aranha. Em 1931, morreu no Rio de Janeiro, onde a sua memória é cultuada na Fundação Graça Aranha” (Dirce Côrtes Riedel, notas biobibliográficas, in *ARANHA, Graça. Canaã*).

O romance descreve um crime ocorrido na comarca de Santa Leopoldina, então Porto do Cachoeiro, no Espírito Santo. A protagonista é inspirada na alemã Guilhermina Lübke, jovem de 23 anos criada como empregada doméstica. Em 1889, ela deu à luz, sem qualquer assistência, uma criança do sexo masculino. O bebê morreu e o corpo foi encontrado pela filha do patrão, junto a um chiqueiro. A acusada foi julgada e absolvida. Graça Aranha, então juiz municipal, atuou na apuração dos fatos.

O erudito desembargador aposentado Luis Carlos Biasutti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é capixaba de Santa Teresa. Em 2003, após efetuar pesquisas no estado natal, doou à Memória do Judiciário Mineiro (TJMG) traslado dos autos deste processo (fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003).

7 – Conclusão

Em voto bem lapidado, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira sublinhava:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 196-RS, rel. min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, p. 170-173).

Como este ensaio procurou demonstrar, o magistrado, a par do conhecimento das leis e da doutrina jurídica, necessita acumular vasta cultura geral. Essa sede de saber propicia a construção de decisões mais justas.

“O magistrado é um intelectual” (BITTENCOURT, Edgard de Moura Bittencourt, *O juiz*, p. 24).

O erudito desembargador aposentado Luis Carlos Biasutti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é capixaba de Santa Teresa. Em 2003, após efetuar pesquisas no estado natal, doou à Memória do Judiciário Mineiro (TJMG) traslado dos autos deste processo (fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003).

7 – Conclusão

Em voto bem lapidado, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira sublinhava:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 196-RS, rel. min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, p. 170-173).

Como este ensaio procurou demonstrar, o magistrado, a par do conhecimento das leis e da doutrina jurídica, necessita acumular vasta cultura geral. Essa sede de saber propicia a construção de decisões mais justas.

“O magistrado é um intelectual” (BITTENCOURT, Edgard de Moura Bittencourt, *O juiz*, p. 24).

O erudito desembargador aposentado Luis Carlos Biasutti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é capixaba de Santa Teresa. Em 2003, após efetuar pesquisas no estado natal, doou à Memória do Judiciário Mineiro (TJMG) traslado dos autos deste processo (fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003).

7 – Conclusão

Em voto bem lapidado, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira sublinhava:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 196-RS, rel. min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, p. 170-173).

Como este ensaio procurou demonstrar, o magistrado, a par do conhecimento das leis e da doutrina jurídica, necessita acumular vasta cultura geral. Essa sede de saber propicia a construção de decisões mais justas.

“O magistrado é um intelectual” (BITTENCOURT, Edgard de Moura Bittencourt, *O juiz*, p. 24).

O erudito desembargador aposentado Luis Carlos Biasutti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é capixaba de Santa Teresa. Em 2003, após efetuar pesquisas no estado natal, doou à Memória do Judiciário Mineiro (TJMG) traslado dos autos deste processo (fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003).

7 – Conclusão

Em voto bem lapidado, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira sublinhava:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 196-RS, rel. min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, p. 170-173).

Como este ensaio procurou demonstrar, o magistrado, a par do conhecimento das leis e da doutrina jurídica, necessita acumular vasta cultura geral. Essa sede de saber propicia a construção de decisões mais justas.

“O magistrado é um intelectual” (BITTENCOURT, Edgard de Moura Bittencourt, *O juiz*, p. 24).

O erudito desembargador aposentado Luis Carlos Biasutti, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é capixaba de Santa Teresa. Em 2003, após efetuar pesquisas no estado natal, doou à Memória do Judiciário Mineiro (TJMG) traslado dos autos deste processo (fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003).

7 – Conclusão

Em voto bem lapidado, o ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira sublinhava:

“O jurista, salientava Pontes de Miranda em escólio ao Código de 1939 XII/23, ‘há de interpretar as leis com o espírito ao nível do seu tempo, isto é, mergulhado na viva realidade ambiente, e não acorrentado a algo do passado, nem perdido em alguma paragem, mesmo provável, do distante futuro’. ‘Para cada causa nova o juiz deve aplicar a lei, ensina Ripert (*Les Forces Créatives du Droit*, p. 392), considerando que ela é uma norma atual, muito embora saiba que ela muita vez tem longo passado’; ‘deve levar em conta o estado de coisas existentes no momento em que ela deve ser aplicada’, pois somente assim assegura o progresso do Direito, um progresso razoável para uma evolução lenta” (Superior Tribunal de Justiça, Recurso Especial n. 196-RS, rel. min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, in *Revista dos Tribunais*, vol. 651, janeiro de 1990, p. 170-173).

Como este ensaio procurou demonstrar, o magistrado, a par do conhecimento das leis e da doutrina jurídica, necessita acumular vasta cultura geral. Essa sede de saber propicia a construção de decisões mais justas.

“O magistrado é um intelectual” (BITTENCOURT, Edgard de Moura Bittencourt, *O juiz*, p. 24).

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Graça. Canaã. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, sem data.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Editora Ática, 2ª ed., 1996.
- BITTENCOURT, Edgard de Moura. O juiz. São Paulo: Leud, 1982.
- CARPEAUX, Otto Maria. História da literatura ocidental. Rio de Janeiro: Alhambra, 2ª ed., 1978.
- Consultor Jurídico, <http://www.conjur.com.br/2013-jul-11/ayres-britto-defende-sensibilidade-criterio-avaliar-juizes>, 11.07.2013.
- CONY, Carlos Heitor, O satânico dr. No, jornal Folha de São Paulo, edição de 03.08.2005.
- COUTURE, Eduardo. Os mandamentos do advogado. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, trad. Ovídio A. Baptista da Silva e Carlos Otávio Athayde, 1979.
- DE PLÁCIDO E SILVA. Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, vol. IV, 8ª ed., 1984.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. São Paulo: Malheiros, vol. II, 2001.
- FERRI, Enrico. Os criminosos na arte e na literatura. Porto Alegre: Ricardo Lenz Editor, trad. Dagma Zimmermann, 2001.
- GUSMÃO, Paulo Dourado. Manual de Sociologia. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 1974.

MAUGHAM, Somerset. Servidão humana. Porto Alegre: Globo, trad. Antônio Barata, 7ª ed., 1955.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 10ª ed., 1992.

NALINI, José Renato. O juiz e suas atribuições funcionais. Introdução à deontologia da magistratura, in NALINI, José Renato (coordenador). Curso de deontologia da magistratura. São Paulo: Saraiva, 1992.

PAES, José Paulo e MASSAUD, Moisés (organizadores). Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1967.

PALMÉRIO, Mário. Vila dos Confins. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PEREZ, Pascual Marin. Manual de introducción a la ciencia del derecho. Barcelona: Bosh, Casa Editorial, 2ª ed., 1968.

PROENÇA FILHO, Domício. A linguagem literária. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Estilos de época na literatura. Rio de Janeiro: Linceu, 2ª ed., 1969.

Revista dos Tribunais. São Paulo: Editora RT, vol. 651, janeiro de 1990, pp. 170-173

Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, edição de 18.11.1992, p. 34.

RIEDEL, Dirce Côrtes, in ARANHA, Graça. Canaã. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, sem data, notas biobibliográficas.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Cair na real, jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, edição de 16.12.2012.

_____. O assassinato e a borboleta, Rio de Janeiro, jornal O Globo, Rio de Janeiro, edição de 06.01.1993.

SILVA, Evandro Lins e. A defesa tem a palavra. Rio de Janeiro: Aide, 1980.

SILVA, Ovídio Batista da. Racionalismo e tutela antecipada em processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, Editora RT, vol. 801, julho de 2002, pp. 30-43.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Clipping de Notícias, 17.20.2003.

WILDE, Oscar. O retrato de Dorian Gray. São Paulo: Abril Cultural, trad. Oscar Mendes, 1981.



Juscelino e Padre Eustáquio

*Maria de Lourdes Costa Dias Reis**

Duas personalidades marcaram indelevelmente a história de Belo Horizonte: Padre Eustáquio e Juscelino Kubitschek. Padre Eustáquio nasceu em 3 de novembro de 1890 na pequena cidade de Aarle Rixtel, na Holanda, sendo batizado com o nome de Humberto van Lieshout. Muito moço entrou para a Congregação dos Sagrados Corações e foi enviado primeiramente para a Espanha. Depois, junto com dois padres, foram os três primeiros sacerdotes da Congregação dos Sagrados Corações a virem para o Brasil. Chegou ao Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1925 para tomar conhecimento da língua e acostumar-se com o novo país. Foi enviado para o Santuário de Abadia de Água Suja, paróquia da Diocese de Uberaba. Depois, transferido para a cidade de Romaria, em São Paulo e depois para Poá. Nesta cidade começou a operar milagres e curas, provocando a vinda de inúmeras pessoas. Esta afluência de pessoas incomodou os padres da região, provocando sua transferência para Araguari. Mas a fama de milagreiro e curador não desgrudava de Padre Eustáquio.

Juscelino Kubitschek era um jovem de origem tcheca pelo lado materno, filho de família humilde, nascido em 12 de setembro de 1902 em Diamantina. Veio ainda jovem para Belo Horizonte e estudou com muita dificuldade e esforço, até encaminhar-se para a Faculdade de Medicina da UFMG. Tornou-se cirurgião exímio, especialista em clínica renal e casou-se com Sarah Lemos, filha única de um deputado federal.

* Professora, Mestre em História, jornalista e escritora. Membro da Academia Feminina Mineira de Letras. Moradora do Bairro Padre Eustáquio.

Em 1942, Juscelino, já Prefeito de Belo Horizonte e ainda exercendo a medicina, o jovem casal, embora quisesse muito, ainda não tinha filhos. Os dois estavam casados há vários anos e Sarah se submetera a muitos exames médicos, consultando os melhores especialistas da cidade e não conseguia engravidar. Isso enchia os esposos de tristezas e incertezas. Um dia, o prefeito Juscelino foi aconselhado a procurar um padre na pequena e pobre Vila Progresso, em Belo Horizonte, habitada por operários e gente simples. Segundo o conselheiro, o padre já havia realizado milagres e curas em São Paulo e no Triângulo Mineiro, e isso poderia ser benéfico para Dona Sarah.

Juscelino resolveu procurar o jovem padre na região pobre, coberta de mato, com pequenas casas e ruas de poeira. Padre Eustáquio era um homem forte, corpulento, muito alto e com dois olhos azuis penetrantes que envolviam a pessoa com quem conversava. O padre, ao ser procurado pelo prefeito, olhou Juscelino e Dona Sarah com o olhar profundo de seus olhos cerúleos, passou a mão vigorosa e firme no ventre da mulher e disse:

– Prefeito, daqui a nove meses traga a menina para eu batizar. – E não disse mais nada...

No outro mês, Sarah já estava grávida e o casal exultava de alegria.

Juscelino, a partir daí, não se desgrudou de Padre Eustáquio, seu conselheiro político e amigo espiritual. O prefeito doou dois quarteirões da pequena vila para a Congregação dos Sagrados Corações erigir sua igreja, pois o bairro só possuía uma simples capela, chamada Cristo Rei. Padre Eustáquio apenas lançou a pedra fundamental da futura igreja dos Sagrados Corações e pressentiu que começava a igreja mas não iria vê-la concluída. Após nove meses da visita de Juscelino a Padre Eustáquio, Dona Sarah ganhou uma menina, à qual deram o nome de Márcia, filha única do casal. Anos mais tarde, adotaram, como filha, a menina Maristela, para fazer companhia a Márcia.

Padre Eustáquio não viu a conclusão da igreja, pois em suas andanças pelas ruas do bairro cobertas de mato, foi picado por um carrapato no umbigo e adquiriu uma doença perigosa e sem cura para a época: tifo exantemático. Ele padeceu alguns dias no Hospital do bairro, hoje André

Cavalcanti, onde veio a falecer aos 53 anos de idade, em 30 de agosto de 1943. Uma enormidade de gente afluiu ao seu enterro no cemitério do Bonfim, fato inédito em Belo Horizonte. Juscelino mandou mudar o nome da via mais importante da vila, que se iniciava próximo ao centro da cidade e ia até Contagem. Era um caminho tortuoso, cheio de curvas e chamado Avenida Contagem. Juscelino, em homenagem ao padre santo, deu a denominação de Rua Padre Eustáquio à Avenida Contagem. A partir daí, o bairro não parou de crescer. Ao lado da igreja dos Sagrados Corações, mais tarde conhecida apenas como igreja de Padre Eustáquio, foi erguido o colégio Padre Eustáquio, com objetivo de oferecer ensino particular aos filhos dos moradores bairro. Juscelino ainda demonstrou mais gratidão ao amigo santo: mandou construir casas populares, vendidas a preços módicos para funcionários públicos nos quarteirões que rodeavam a igreja.

Outro fato também marcou a vida de Juscelino, ligado a Padre Eustáquio: Juscelino já era governador do estado, nos anos 50. Um dia, estando muito cansado, pelas atribuições do cargo e preparando-se para se candidatar a presidente da República, pediu para não ser incomodado por ninguém no Palácio das Mangabeiras, pois queria estar sozinho em seu quarto. Trancou a porta por dentro, pretendendo dormir com tranquilidade. De repente, viu um padre de batina branca entrar ali e debruçou-se como para abençoá-lo, parecendo querer dizer alguma coisa. O governador, meio sonolento, ouviu quando o padre lhe disse que ele seria presidente do Brasil. Faria um grande governo, mas seria perseguido, injuriado e iria sofrer muito por isso. Juscelino assustou-se e levantou-se rapidamente querendo segurar o padre. Este então desapareceu como por encanto, na parede do quarto. Juscelino abriu a porta e gritou para a guarda governamental que detivesse o sacerdote, pois queria falar com ele. Os soldados, de pronto, responderam, que ninguém havia entrado no Palácio, nem mesmo o tal padre. Juscelino ficou muito assustado, mas achou que seria esta mais uma revelação de Padre Eustáquio...

A pequena Vila Progresso passou a chamar-se bairro Padre Eustáquio, em homenagem ao sacerdote. Ruas foram abertas, casas foram construídas, e o progresso foi chegando devagar. Hoje, é um dos mais populosos de

Belo Horizonte, ostentando a marca de 28.000 habitantes, local sossegado, aprazível e bom para morar. Boas casas formam as ruas do bairro, que possui grande estrutura de comércio, bancos, supermercados, boa rede de transporte coletivo, oferecendo ainda a seus moradores segurança e sossego. Como moradora há 46 anos do bairro Padre Eustáquio, credito ao Beato Padre Eustáquio este progresso e considero o bairro um local abençoado por este, que deverá ser, em breve, o primeiro santo mineiro. Dia 30 de agosto é considerado o “Dia de Padre Eustáquio”, por marcar a data de sua morte e venerado pelos moradores e fiéis de toda Minas Gerais.



O toque dos sinos como patrimônio cultural

*Flávia Maria Silva Valadão**

O conceito de patrimônio histórico tradicionalmente refere-se à herança composta de bens históricos. Há algum tempo ele foi substituído pela expressão “patrimônio cultural” por abranger não somente a herança histórica, mas também a natural, podendo ser definido por complexo de monumentos, conjuntos arquitetônicos, sítios históricos e parques nacionais de um país ou região que possuam valor cultural, artístico e que compõem determinada área de uma comunidade.

A abrangência de patrimônio cultural está além do material humano, composto também de emocional e intelectual. O toque dos sinos e o ofício dos sineiros em Minas Gerais são bens imateriais registrados pelo IPHAN.

Conhecemos tradição com fatos ou dogmas transmitidos de geração em geração sem prova autêntica da sua veracidade. Com o tempo este conceito se expandiu, adicionando elementos culturais presentes nos costumes, nos fazeres que sejam herança do passado, tendo ligações profundas com outros conceitos como cultura e folclore. Como caráter sociológico, tradição tem função de preservar costumes e práticas de uma sociedade.

Ao tratarmos de patrimônio, constatamos que a memória interliga conceitos como história, tradição e cultura a partir de fragmentos do passado (memória), que costumes e práticas são transmitidos de geração

* Graduanda em História, FESBH.

a geração pela oralidade, por hábitos repetidos legitimando valores de ritos antigos. Toques, dobres e repiques denominam São João del-Rei como a “cidade dos sinos”¹, mantendo viva a tradição preservada por mestres sineiros que herdaram esta arte dos tempos passados.

O registro do toque dos sinos foi um recurso encontrado pela sociedade são-joanense com o objetivo de apropriar, reapropriar, identificar, proteger por leis instituídas as características do bem cultural imaterial por ser intangível, fortalecendo os laços de identidade desta sociedade.

Simplificando seu significado, cultura abrange todas as realizações e produções materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, cultura é tudo que a humanidade produz, seja no plano concreto ou no plano imaterial, como conhecimentos, habilidades humanas empregadas na sociedade, assim como todo o comportamento aprendido. A cultura também tem sua história própria, desenvolvendo-se de maneira particular, não podendo ser julgada a partir da história de outras culturas. Assim, os seres humanos vivem em sociedade devido à função da cultura que permite a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. Devido a esta herança cultural os indivíduos comunicam-se não somente por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento.

No nosso caso, cultura compreende o conjunto de tradições mineiras enraizadas nos cotidianos e vinculadas ao território, e as expressões verbais e não verbais características do povo mineiro no resgate e restauração de uma das identidades de Minas Gerais.

A primeira iniciativa em proteger o patrimônio no Brasil data de meados do século XVIII, quando D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, vice-rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, tomou conhecimento das intenções do governador de Pernambuco quanto às construções erguidas pelos holandeses. Escreveu-lhe, então, uma carta demonstrando considerável percepção quanto à complexidade de

¹ “Cidade dos Sinos” é o termo cunhado por Lincoln Teixeira de Souza, natural de São João del-Rei (1894-1969), intelectual, poeta e patrono da cadeira nº 22 da Academia de Letras de São João del-Rei. Fonte: Disponível em < www.ihgsaojoadelrei.org.br/anexos/artigos/ulisses.../artigo_10.pdf >. Acessado em 26/11/2013.

problemas que envolvia a proteção a monumentos históricos. Desde este período, muitas iniciativas em proteger o patrimônio no Brasil não foram finalizadas ou outorgadas por leis. Somente na década de 1930, a partir do anteprojeto elaborado por Mário de Andrade (1893-1945), passou a existir uma estrutura e leis para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional com a criação do SPHAN – Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, contribuindo para o desenvolvimento de estudos nesta área, demonstrando uma preocupação do Estado brasileiro ao evitar a perda de fragmentos materiais e imateriais do passado.

Françoise Choay (2006), em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, trata patrimônio de maneira ordenada, periodizando de forma crítica as ideias de preservação e restauro. A partir da década de 1960, quando o conceito sobre monumento passa a ser abordado como matéria de conhecimento, alterando a noção mais antiga para mais complexa, torna-se matéria de discussões acadêmicas.

O conceito de patrimônio sofre modificações a partir da década de 1970, deixando de restringir à produção material humana, abarcando também a produção emocional, intelectual, permitindo ao homem conhecer a si e seu entorno.

Delimitar o que é ou não patrimônio cultural acarreta processos seletivos, de fragmentos escolhidos do passado que se deseja ser lembrado. Cada sociedade tem sua noção de patrimônio cultural, devido a contextos nacionais diferentes. Patrimônio, material ou imaterial, é também cultural com valores definidos ora pela sociedade que o representa, ora por estar relacionado direta ou indiretamente aos valores metafóricos ou econômicos que a sociedade ou governos impõem. Estes fatores, como exploração e falta de políticas públicas para o turismo, vêm determinando que interesses econômicos delimitem o que é patrimônio e não a sociedade ou o grupo que nela esteja inserido.

Na sociedade contemporânea há um anseio em conhecer o passado e a cultura. Compreender o conceito de cultura nos leva a diferentes abordagens e interpretações. A cultura está ligada à ideia de patrimônio, considerando-se seu significado como conjunto dos bens culturais

produzidos pelo homem (toque dos sinos) e objeto de valorização humana (ofício de sineiro). Estes bens culturais são criações valorativas individuais ou coletivas – bens materiais e imateriais. Cabe ressaltar que o registro dos toques dos sinos é patrimônio cultural imaterial, por se tratar de bem de natureza intangível², e a característica marcante de bens imateriais são a territorialidade e a delimitação por vincularem a história e a vida social de um grupo e de um local, no caso deste estudo, os são-joanenses e a cidade de São João del-Rei.

Guardiães da linguagem dos sinos, os sineiros anunciam e pontuam por meio dos repiques e dobres os momentos festivos ou tristes. Do alto de cada torre das igrejas, participam anonimamente de cada momento.

Pode-se afirmar que o conhecimento de tanger os sinos deve-se à memória dos sineiros, não existindo manuscritos ou outros tipos de registro. São João del-Rei se destaca quanto ao toque dos sinos devido ao ofício de sineiro estar entre as atividades regulares das igrejas, principalmente as do centro histórico, sendo que em todas elas há um funcionário, sacristão ou auxiliar de serviços gerais com carteira assinada, e uma de suas tarefas é tocar os sinos com regularidade.

O sineiro deve ter conhecimento de cada toque para transmitir o que exige a ocasião.

Os toques dos sinos são criados por sineiros mais experientes na arte de tanger, permitindo-lhes escolher entre o repertório toques que têm funções semelhantes, levando em consideração os outros sineiros, e quais os toques executados com maior habilidade, com o tanger de vários sinos e pelo tamanho e som de cada um.

Para os detentores deste “saber”, existe uma norma do século XVI, de São Carlos Borromeu³, orientando que os clérigos tinham a tarefa de

² Natureza intangível: terminologia empregada pelo IPHAN quando se trata de um bem imaterial, sendo ele impalpável e/ou intocável.

³ São Carlos Borromeu foi um importante cardeal da contra-reforma religiosa. Tendo vivido no século XVI, é muito provável que sua recomendação não tenha conseguido ser aplicada no império ultramarino português e talvez mesmo no próprio Reino. As Constituições do Arcebispado da Bahia, do início do século XVIII, também recomendam que os sacristãos assumam essa função no caso das igrejas paroquiais e que os tesoureiros o façam no caso das associações leigas. (Idem, 2009, p.30)

tanger os sinos e que deveriam usar batina e sobrepeliz⁴, e as orações seriam executadas antes e após os toques. Por se tratar de um trabalho manual, na América Portuguesa o tanger os sinos ficava a cargo dos escravos, deduzindo-se que as associações leigas se serviam da mão de obra dos negros.

Muitos negros, mulatos, pardos e alguns escravos eram alugados para o serviço do toque dos sinos. Após a abolição tanger os sinos ficou a cargo de pessoas mais simples, geralmente subordinadas às mesas administrativas das irmandades. Os campanários são considerados espaços de liberdade, sendo frequentados por pessoas de todas as camadas.

A manutenção dos sinos é um elemento que facilita a prática sineira, pois esta não requer força bruta. A falta de conservação preocupa os sineiros, devido à própria segurança, e a sonoridade fica prejudicada.

São as irmandades que cuidam dos sinos por saberem que a sonoridade e leveza são imprescindíveis para a beleza dos toques. O toque dos sinos ultrapassa as fronteiras da Serra de São José, pela sua dimensão sonora e significados, existindo não somente nas cidades coloniais de Minas Gerais, mas em outras partes do Brasil. São João del-Rei destaca-se quando a religiosidade envolve a cidade, principalmente o toque dos sinos, que é uma de suas expressões.

A religiosidade de São João del-Rei é demonstrada por sinais como o gestual, a teatralização, o culto e a devoção aos santos, sendo uma manifestação da fé, por meio da participação em procissões e rituais como forma de vivenciar a religião.

Compreende-se que a apropriação do toque dos sinos deve-se aos sineiros experientes que são capazes de tanger 3 ou 4 sinos ao mesmo tempo. Por se tratar de uma atividade manual, para os sineiros de São João del-Rei tocar os sinos não é uma tarefa desagradável; se assim fosse, não atrairia jovens para a aprendizagem do ofício.

⁴ Sobrepeliz: veste branca com ou sem rendas que se sobrepõe à batina (Idem, 2009, p.30).

Lúdico, desafio, beleza da sonoridade do bronze e musicalidade são dimensões que corporificam a denominação de “via sacra”, em que os aprendizes de sineiro percorrem as torres em busca de oportunidades de tanger os sinos.

Os sineiros são-joanenses categorizaram o ofício: antigos sineiros, jovens sineiros (praticantes e praticantes usuais), zeladores sineiros e mestres sineiros. Antigos sineiros são aqueles que tocam esporadicamente e atuam como consultores na área, conforme a necessidade de tocar em solenidades não rotineiras. Jovens sineiros exercem as atividades cotidianamente; zeladores sineiros dão condições aos jovens sineiros para a execução de suas tarefas (casualmente podem tocar os sinos) e mestres sineiros são os falecidos e referência do ofício.

Na atualidade, os campanários se apresentam como local privilegiado, onde os toques dos sinos atestam a história das tradições religiosas e a lembrança de uma “linguagem”, com sentimentos particulares reproduzidos significativamente no coração das Minas Gerais.

É estabelecido entre os jovens sineiros que, antes de tanger os sinos, é necessário saber ouvir. Fora das torres os jovens sineiros empreendem seu aprendizado em qualquer oportunidade como forma de reproduzir determinado toque de sino, seja em enxada, campainha de bicicleta, lata ou panela.

O sineiro marca o tempo, os acontecimentos cotidianos de São João del-Rei, o compasso dos eventos religiosos, intercalando dobres e repiques com orações e a banda de música que acompanham a procissão.

A função do sineiro é primordial para que o toque, para que a sonoridade do bronze se perpetue no cotidiano de São João del-Rei. Procissões, informações do início da missa, entre outros toques, são mensagens não verbais que os sineiros transmitem à comunidade.

Os toques e suas combinações enviam mensagens variadas e complexas, porém somente parcela da população (geralmente os mais velhos) consegue decifrá-las perfeitamente.

Na vida dos são-joanenses, a religião exerce papel fundamental desde os tempos coloniais: um conjunto de práticas (tradições) os acompanha do nascimento até o fim. Desta maneira, as cerimônias da Igreja Católica

têm papel primordial, destacando-se como fator gerador e mantenedor de encontro entre as pessoas e gerações. Nas Minas Gerais do século XVIII, missas, festas e procissões eram grandes acontecimentos proporcionando entretenimento à população, favorecendo o convívio e a comunicação. São João del-Rei conserva estas práticas até os dias de hoje, como as liturgias, paraliturgias⁵, música sacra com toques dos sinos. São estes que, de forma original e às vezes lúdica, comunicam uma série extensa e variada de informações à comunidade, adequando o campo de comunicação social à medida que são executados os toques, em suas diversas configurações, permitindo transmitir mensagens sonoras específicas.

Os são-joanenses reconhecem decerto os sons dos sinos, que comunicam seus sentidos e sentimentos, sendo forte expressão cultural da cidade e símbolo religioso.

A linguagem dos sinos é preservada com outras tradições religiosas que envolvem grande parte da comunidade são-joanense, fortalecendo laços de identidade única. A cidade de São João del-Rei é a que está mais organizada quanto à preservação, apropriação das atividades em torno do toque dos sinos, formando verdadeiro repertório que é interpretado todos os dias pelos sineiros.

O registro do toque dos sinos é uma necessidade para a valorização e melhor conhecimento deste universo, podendo ser transmitido através de ações de educação patrimonial tanto nos bancos escolares quanto na organização de oficinas para difusão e transmissão de experiências de sineiros antigos.

Como meio de comunicação eficiente, caso esta cultura não seja preservada como se executará o toque fúnebre de mais um patrimônio perdido?⁶

⁵ Paraliturgia: celebração religiosa que se assemelha à estrutura de uma liturgia. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/paraliturgia>>. Acessado em 17/11/2013.

⁶ Documentário: “ENTOADOS”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBswNbF3HTc>>. Acessado em 29/3/2013.

Apesar de toda a diversidade e modernidade, o IPHAN afirma que o toque dos sinos ainda está presente e sua relação com a população das cidades inventariadas⁷ reforça o reconhecimento desse bem como patrimônio. O toque dos sinos relaciona a percepção sensorial com a função comunicativa.

O interesse da sociedade por seu passado ainda é praticamente baseado nos monumentos e em fragmentos que ela escolhe lembrar. No entanto, é necessário apontar novos olhares que nos ajudem a compreender o significado do patrimônio cultural a partir do desenvolvimento de estudos históricos. Ultrapassar a monumentalidade e transformar estes recortes do passado em pontes para o conhecimento. É necessário também questionar na comunidade sua identificação com passado “glorioso” ou não, que está sendo evocado pelo patrimônio, para estabelecer relação de educação patrimonial.

Refletir sobre a memória torna-se uma oportunidade de produzir conhecimento sobre o passado. As tradições legitimam valores pela repetição de ritos antigos e se opõem a costumes novos.

No Brasil, tem-se preservado a cultura popular de forma intensa, fazendo surgir movimentos de revalorização das tradições e do folclore, apresentando características de cada região do país e evidenciando que o brasileiro é formado por várias identidades.

Até os dias de hoje, o toque dos sinos permanece vivo nas cidades mineiras, onde é valorizado como meio de comunicação não verbal, servindo de comunhão nos acontecimentos importantes para a coletividade, alimentando o sentimento de religiosidade e fé dos devotos, sendo também forte referência da paisagem e da história de São João del-Rei, tornando-se expressão reveladora dos são-joanenses. Como forma de expressão e saberes, o ofício de sineiro é peça fundamental na arte de tanger os sinos, assim como seus conhecimentos que são repassados a novas gerações.

⁷ São João del-Rei é referência no toque dos sinos, mas ao se iniciar a pesquisa de campo foi necessário ampliar o território que abrange o toque dos sinos para outras cidades mineiras que também participam do registro. São elas: Catas Altas, Congonhas do Campo, Mariana, Ouro Preto, Sabará, Serro e Tiradentes.

O toque dos sinos exterioriza que os monumentos coloniais mineiros são mais que um estilo e expressão artística dos monumentos arquitetônicos, mas também um conjunto complexo de badaladas, repiques e dobres “perguntando” e “respondendo”. É importante que a existência do toque dos sinos, além de documentada e preservada por lei, seja perpetuada, para que esta tradição se mantenha por várias gerações.

Todo o conteúdo produzido neste estudo abre espaço para algumas indagações a respeito do toque dos sinos e sua simbologia perante a comunidade são-joanense: Primeiramente, o toque dos sinos não é exclusivo da cidade de São João del-Rei, sendo que a solicitação do registro do toque dos sinos como patrimônio cultural imaterial partiu da comunidade pela identificação e reconhecimento da tradição. Segundo, porque o toque dos sinos vem sendo substituído por aparelhos eletrônicos com o consentimento da Igreja Católica (CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), sustentando sua posição com o argumento de que há dificuldade na manutenção da estrutura que viabilize o toque e também pelo custo financeiro na restauração dos sinos rachados ou sem badalo.

Patrimônio cultural imaterial e memória são temas inesgotáveis para discussão, principalmente quando imbricam com tradições e formas de expressões mineiras, mostrando que a arte de tanger os sinos ultrapassa a identificação da cidade de São João del-Rei para além do estado de Minas Gerais.



Falar de Minas

*Jose Renato de Castro Cesar**

Certa atenção é preciso, para se falar de Minas. E é preciso intencionalidade e direção para se compreender “as muitas Minas”. Afinal, ‘falar de Minas’ é saber dos conflitos culturais entre conquistadores europeus e tribos indígenas, lapidadas pelo ritmo urbanoide que impõe estigmas, paradoxos, paradigmas e mitos globais e globalizantes.

As Minas são cultura plural. As Minas trazem estigmas do passado, que rebuscam as raízes antropológicas da brasilidade, fincadas numa Europa decadente. Difunde-se nas escolas, ainda hoje, uma imagem antropológica de antepassados bandidos, degredados por prostituição, vagabundagem, assassinio e mais.

Ora, e as gentes nobres e trabalhadoras de Portugal e Espanha não vieram?

Que a Europa era decadente e escravocrata, vá lá. E, que muitos dos que para cá vieram intentavam conquistar as riquezas da terra, para usufruí-las noutros prados, noutros sonhos, noutras classes de gentes burguesas, vá lá. Mas, muitos que vieram, aportando de Europa, África e Ásia eram gentes de boa índole, em busca de liberdade, trabalho e esperança.

Portanto, há que considerar os traços de nobreza e honradez das gentes mineiras para se auscultar “falar de Minas”. Não se pode pretender que sejam os mineiros descendentes de molambos incultos, alienados pela febre do ouro, que de todo canto aqui se fizeram.

* Escritor, poeta e ensaísta. Professor. Tecnólogo e Administrador. Mestre em Turismo e Meio Ambiente, Indigenista Especializado da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Minas é mais...

Muito da História e da Antropologia Brasileira deveria ser revisitado para se compreender tal assertiva. São bem poucos os que conseguem compreender o que vai pelas entrelinhas dos almanaques nobiliárquicos, já tão desprezados.

Entre a cruz e a espada, as Bandeiras adentraram os sertões, pelas trilhas de guerra dos Tupis-Guaranis. Baianos desceram o gado pelo vale do São Francisco. Piratas invadiram as áreas proibidas tentando achar, através da lenda da Sabarabuçu e da Vapabuçu, a montanha de pedras preciosas e a lagoa encantada, com a fonte da juventude, em cujas margens a vida fluía como no Éden. Nesse lapso de tempo, o Barroco foi sendo talhado no lenho e no barro.

E não foi que as lendas eles alcançaram? Sabarabuçu e Vapabuçu foram encontradas, e, exploradas. 500 anos de usurpação! E as mataram. Poluídas, depredadas, extorquidas. O Éden foi profanado. Trucidado. A nobreza cedeu à pior das anarquias: a da lei tendenciosa.

Por isso, para se falar de Minas é preciso, antes, compreender o meneio e o manejo das paisagens urbanas e rurais, tão degradadas pelo consumismo e hedonismo pueril e neopagão, que exige e impõe uma industrialização pós-barroca, pós-moderna, e pós-fordista; desprovida de critérios humanistas. Que matou a Lagoa Santa, e que matou o Sabará e os seus rios.

Para falar de Minas é preciso ouvir os sussurros mudos do revanchismo burguês, cuja cultura retrógrada e minimalista não ultrapassou os resquícios de uma jurística exacerbada, fruto de uma república de araque que perenizou o ódio entre as facções e um positivismo que subjugou o Direito à Lei e que fez de Von Ihering uma referência perdida. Uma luta falaz.

Falar de Minas é falar de uma educação que esqueceu Helena Antipoff. É falar de bem poucos guerreiros, ainda vivos, que, longe de serem a Die Jungen socialista, que hostilizava os velhos nos tempos de Georg von Vollmar (Bobbio et al, 1997), procuram hoje, muito mais, entender a inconstância das almas selvagens, tal como as viu Viveiros de Castro (2002).

Quais são os que lutam para compreender e honrar suas raízes indígenas, até hoje ignoradas, como mostra Ir. José Gregório Cesar (1977); diante dos mansi arianos que, ininterruptamente, escravizam as gentes pardas ameríndias, para impor a Pax Romana dessa Europa sempre bélica, depravada cada dia mais e, hoje, neocolonialista e covarde?

Quem são os que querem e insistem em falar de Minas?

Ora, para se falar de Minas, é necessário apontar aos estudos científicos do setor agrossilvipastoril, cujas florestas devastadas, cultivos morro abaixo e pastos depauperados testemunham a presença de um paradigma tecnológico incoerente e obtuso, que quer antepor agronegócio e agricultura familiar, produtores rurais e ambientalistas. Políticos e empresários. Sociedade urbana contra os indígenas. Quanta burrice!

Para se falar de Minas, é preciso apontar as dicotomias entre as políticas rurais e urbanas, cujos diagnósticos psicossociológicos indicam cadeias produtivas anômicas (Cesar, 2010). E cujos estudos dispersos sequer se aproximam das metodologias da história quantitativa de Jean Marczewski e Pierre Vilar (1973).

Afinal, para se falar de Minas é preciso relembrar as críticas feitas por Pierre Vilar à “velha definição positivista que, por tanto tempo, confundiu a técnica da história com o seu objeto” (*sic*, opus cit., 1973).

Mesmo porque, afirma-nos Vilar (1973, opus cit.), Pierre Chaunu prefere se referir à história econômica como a coletânea de “dados seriais”, ao invés de “dados quantitativos”, o que nos leva a repensar a História Econômica das Minas Gerais de forma crítica.

Afinal, certos fatos e dados colocam a História ora como arte, ora como ciência. O que demonstra o quanto a História das Minas Gerais (e do Brasil) se transformou num palco de escritores oportunistas, ávidos por publicações escudadas numa permissividade epistemológica fugaz, vazia e céptica. Contrária à filosofia da história de Benedetto Croce.

Com os olhos da e na cultura europeia, greco-romana, germano-românica, e, partindo do humanismo judaico-cristão e maometano, para falar de Minas é preciso falar de Croce, Vico, Pierre Chaunu, Elisee Reclus, de Estrabão, Políbio, Cláudio Ptolomeu, Tucídides e de autores mundo afora que estudaram a botânica, a medicina, a antropologia, as

artes, a história, a literatura, a filosofia, e a geografia, em todos os tempos.

No auge do Romantismo Alemão, o etnocentrismo, exacerbado pela ânsia tecnológica de conhecimento e pelas crescentes evoluções no método científico (Gadamer, 1976), força as 'viagens científicas' de intelectuais; que para cá vieram, intentando glórias, cobiçando conhecimento e se reservando coleções de espécimes da fauna e da flora, de documentos, pedras e de todo tipo de informações e dados sobre as gentes de tão vasto e típico território.

Por isso, para falar de Minas, será preciso compreender toda a literatura das viagens, desde os tempos imemoriais das aventuras de gregos, fenícios, romanos, árabes, judeus etc. Mas, principalmente, das viagens que, do século XV ao XVIII, tanto influenciaram nos deslocamentos de aventureiros da Europa para o Brasil, especialmente, na corrida ao ouro e em busca das "General Mines of Woods", como diziam os ingleses (Ah! Os ingleses...).

Claro está que o mistério das viagens e dos deslocamentos dos povos ameríndios em guerra nos leva a perquirir sobre a dominação do território do espaço reconhecido como Brasil, e sobre sua paisagem natural e cultural antes do "flagelo europeu".

Este conhecimento, em certo aspecto, imaginário, só será desmistificado e alcançado quando a Antropologia, a História e a Arqueologia deixarem de ser a fogueira de vaidades que hoje fagulha, queima e isola, aqui e ali, as escolas e seus doutores, cujos projetos acadêmicos são soberbos. Pretensiosos. Aviltados pela falta de recursos e de consciência étnica.

Eis por que para falar de Minas é preciso falar dos livros e tratados que hoje se publicam a respeito da famigerada "Estrada Real", e, que não passam de contos do vigário, cujo oportunismo marqueteiro levou a uma leva de absurdidades tamanha que a História de Minas Gerais se transmudou em revista semanal de cunho humorístico, e que Cecília (1975) talvez dissesse serem "doces invenções da Arcádia", ou uma tentativa de reverter "as rendas do Real Erário" em proveito de uns poucos. Sabe-se lá...

frente à expansão do mercado minerário que tudo quer e exige. Infiel como o plástico.

Os arquivos históricos, a memória tangível e intangível e as bibliotecas raras são patrimônios devorados pelo descaso da ignorância ou da sede de poder e vaidade de gente obtusa. Da mesma maneira que o planejamento rural e o ordenamento territorial são favas contadas nas cadeias do agronegócio.

Confirma-se a assertiva de Oliveira Vianna (1956) de que a pecuária, no Brasil, é o primeiro degrau para a ascensão social, reafirmando a triste verdade de uma sociedade em que o rico faz, enquanto o pobre sonha.

Atente-se a que as questões ambientais, envolvendo as paisagens turísticas e agrossilvipastoris, exigem várias matérias científicas interdisciplinares, fragmentadas e não aplicadas, a contento, nem na práxis, nem na poiésis.

Assim, as paisagens barrocas que caracterizam a mineiridade vão morrendo engolidas pela favelização, pelas minas sem controle, pelos pastos erodidos e pelos fornos a lenha, em casas de ricos e pobres, e nos altos-fornos de siderúrgicas ultrapassadas, que nem sequer filtram as fumaças para destilar os gases e aproveitar melhor a queima das essências florestais.

Nas Belas Artes, os sempre mesmos artistas, sedentos da sua imagem nas colunas sociais, insistem na antropofagia. Insistem na Abaporu, de Mário, Tarsila e Oswald de Andrade, como ânsia de um estilo *vamp* que exalta o neopaganismo, explícito nos recentes discursos de José Celso Martinez Corrêa (TV Cultura, 2007) e de Roberto Rugiero (Revista *Raiz*, 2007).

Mas, o que nos trazem de novo, além das velhas vaidades pessoais?

São visíveis as dicotomias e os dualismos, explícitos nos atos e nos discursos destes e daqueles que diante da arte brasileira e do que sejam os seus maneirismos, primitivismos, alta cultura, cultura *naïf*, artesanato e arte popular, cedem à voracidade dos compradores, ao fetichismo *vuoto* do mercado.

Vender ou morrer. Exportar ou morrer. Publicar ou morrer. Que morram os mercenários! Que morram os vaidosos. Morramos todos num cataclismo cultural.

É insuportável a contínua percepção de que o poder público não fornece à sociedade o suporte necessário para que os planos de desenvolvimento socioeconômicos e culturais-educacionais se tornem eventos comunitários coerentes e arrojados.

Basta de falcatruas! Basta de tantas mentiras!

É fundamental uma metodologia política nova, endógena, participativa, baseada numa pesquisa-ação (desde Kurt Lewin, a Michel Thiollent, Theresa Maria Frota Haguette, Carlos Rodrigues Brandão e Maria Inês Etrusco Maciel) que esteja *al di là* dos fantasmas marxistas e de metodologias participativas tendenciosas e manipuladoras de povos indígenas.

Afinal, falar de Minas é falar de política sempre!

E para falar de Minas, corretamente, é preciso bradar que PT, PSDB, DEM, PC do B e o *new* PSD são todos “farinha do mesmo saco”, ainda que Fernando Henrique Cardoso não concorde, buscando uma rasa autoajuda em Zuenir Ventura.

Pois, quem diz que os políticos brasileiros são “farinha do mesmo saco” são os mineiros descalços, aflitos com o devir.

As pesquisas sociais precisam fazer ver ao grande público e aos acadêmicos míopes que o sujeito-social do *ethos* mineiro não é só um mito literário. O mineiro é um arquétipo sociológico bem definido e caracterizado política e antropologicamente, que faz e refaz, no seu dia a dia, uma ética particular, buscando estabelecer a liberdade como bem comum. Eis por que a reforma política hoje proposta não agrada quem sabe e pensa, em Minas.

Mas, se o mineiro quiser se manter como estrutura fundante da brasilidade, deverá se questionar como fez Didimo Paiva (2009): “Minas não é mais?” (*sic*).

Minas não é mais?! Será que não?

Ora, de que adiantam as críticas de José Dirceu a Aécio Neves e a Antonio Anastasia, se o Congresso reúne os tiranos? Trocam felpas, até que jurem as negociatas nas emendas constitucionais e, então, cada partido lava seu saco com o dinheiro do povo.

Faz-se necessário aqui um corte epistemológico.

Diante da crise atual do homem e do meio ambiente, para se (re) construir uma ética social (e antropológica) coerente com os anseios humanitários é fundamental que se considerem os três princípios da sustentabilidade, sugeridos por Bill Bramwell (1998): da equidade; do estudo dos recursos locais; e da gestão do porvir.

Eis a razão pela qual servir aos pobres pode mudar a face de Minas e do Brasil. Os políticos deveriam se aproximar do povo. Mas, se afastam. Os pobres, embora haja um populismo recorrente de ajuda tipo “bolsa-família”, “minha casa, minha vida” etc., estão desassistidos. Note-se que tais programas dão muito mais riqueza aos já ricos. É a política do “lucro certo aos parceiros”, denunciada em todos os editoriais cotidianos.

E mais ainda. Os princípios de sustentabilidade devem ser geridos por meio de eventos de baixo impacto, com investimentos em pequenas unidades produtivas, formando redes neurais locais e regionais que privilegiem os pequenos agricultores indígenas ou não, os sem-terra e os sem-teto, antes de tudo.

Mas os governantes estão longe do povo. E muitos intelectuais também. E, certas instituições tais como a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) trabalham contra os pequenos produtores, protegendo as grandes indústrias transnacionais, que assim, vão acabando com certos valores de Minas Gerais, tais como o “Queijo Minas”...

É preciso falar dos porquês (da razão) de as comunidades urbanas e rurais pobres de Minas Gerais estarem abandonadas à própria sorte. Por que não existe integração social, nem planos regionais integrados? Por que o turismo, a indústria e o agronegócio passam como avalanche sem deixar benefícios às comunidades urbanas e rurais necessitadas? Por que só os ricos é que conquistam bem-estar, saúde e riqueza no atual sistema econômico?

O êxodo rural numa direção e o fluxo descontrolado de turistas e do capital em direção oposta, se chocam, fazendo inchar as cidades e deixando os espaços naturais e culturais das microbacias para a boiada branca, desprovidas de receptividade pública e de planejamento territorial (César, 2000; 2010). A receptividade em Minas tornou-se anátema.

Uma sina, também histórica em Minas. Na verdade, o *anathema oblivionis* pós-moderno da tão cantada “receptividade mineira” que na Estrada Real de hoje virou chacota de fazendeiro urbano metido a rico, diz respeito a uma política minimalista e cruel: o governante finge que faz planejamento, queimam-se etapas essenciais do desenvolvimento sustentável, as firmas embolsam o dinheiro, pagam aos políticos (lobistas) um percentual e o povo finge que acredita que vai tudo bem. Alienação pouca é bobagem. O medo é que é recorrente.

Esta sina capitalista ameaça, também, os solos mineiros, em sua grande parte, provenientes de rochas friáveis, que se desagregam e quebram facilmente, diante do menor impacto, sensíveis aos diversos usos e sujeitos à erosão quando descobertos e submetidos a esforços, até no simples caminhar (vejam-se as trilhas degradadas no complexo turístico do Colégio Caraça, no município de Santa Bárbara).

Dos biomas mineiros com suas paisagens maravilhosas e cheias de belezas irrepetíveis, é preciso falar que há séculos estão constantemente ameaçados. O povo mineiro não tem o hábito de plantar árvores nem foi educado a conhecer e respeitar os solos, as águas, a fauna e a flora, e a paisagem. A não ser uns poucos eventos localizados e uma sina de monocultivo de madeiras para lenha e carvão – desde que seja rápido e não dê trabalho.

Em Minas vive-se uma cultura da água que é hidráulica-hidrológica, longe de ser uma cultura que busque uma educação ambiental ecossistêmica e holística para tratar a questão da água. Cartas de D. João VI, do Conde de Linhares D. Rodrigo de Souza Coutinho, do Intendente Câmara e de José Bonifácio de Andrada e Silva comprovam a ancestralidade dos problemas ecológicos vividos em Minas Gerais, derivados da ganância de mineradores (especialmente os ingleses), que nada respeitam e ainda desprezam o porvir.

De fato, não existe uma educação ambiental capaz de resgatar a “felicidade fluvial” dos antepassados indígenas. Os rios estão morrendo e o povo se ri, feito hienas nas barrancas degradadas. O Projeto Manuelzão virou mais um caso marxiano dentro da UFMG.

Os recursos naturais são, historicamente, explorados sem critério, como demonstram as cartas trocadas por D. João VI com o Intendente Câmara, e entre este e o Conde de Linhares (Carneiro de Mendonça, 1958).

Tais recursos naturais, hoje, se tornam moeda de troca nas mãos de gananciosos empresários e políticos, vaidosos e violentos, que não admitem críticas nem opositores aos seus projetos de exploração econômica.

Entretanto, mesmo sabendo sobre a alienação social que assola o homem moderno; sobre onde estão os gargalos das cadeias produtivas e as fontes de desperdício, violência e poluição urbana; queimadas e desmatamentos; das ameaças dos rejeitos mineralógicos etc.; mesmo assim, impera o imobilismo político e social, a desconfiança e o revanchismo entre grupos e facções que lutam incoerentemente pelo poder político de mando, disseminando o ódio, a violência e a degradação ambiental. Manietaram o Estado através de um sistema político que institucionaliza a corrupção.

Tal sistema político engessou o Estado e o fez refém dos interesses de grupos que esvaziam a função social e pública do governo, tornando o Estado uma máquina patrimonialista a serviço dos já ricos.

Tal situação perverte a democracia e decorre de duas razões fundamentais, das quais é preciso falar, pois para se falar de Minas, é preciso politizar.

Afinal, Minas ainda é...

Em primeiro lugar, esta perversão do político decorre da complexa e frouxa estrutura política republicana do Brasil, que envolve atores estatais e paraestatais, viciados em atender às demandas do poder econômico. Existe uma imoral e amoral competição entre megaempresas por recursos e poder oriundos de programas estatais desarticulados, cujas ações sobrepostas sufocam e contrapõem as políticas urbanas e rurais e as políticas para pobres e para ricos. Basta ver a quantidade de ministérios que o PT criou para atender a tantos interesses dicotômicos e dualistas. Um vício do assistencialismo crônico e do populismo histórico.

Os municípios, neste jogo de interesses, recebem apenas 14% dos recursos arrecadados no país (jornal *Estado de Minas*, Editorial. 4/4/2007). Sobre esta questão, existe interessante estudo do eminente economista e contador Prof. José de Castro¹, para o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (1956), demonstrando os males que os governos, federal e estadual, fazem, sangrando os recursos produzidos nos municípios.

Afirmava este ilustre professor, catedrático em Contabilidade, Economia e Análise de Balanços, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais: “Não há nações ricas com municípios pobres” (*sic*).

Em segundo lugar, o imobilismo político e social é consequência da cultura brasileira em formação, tal como a definiu Darcy Ribeiro (1993), no sentido etnográfico. Por ser uma cultura em cuja sociedade impera uma burguesia insolente e presunçosa, que não permite que se estabeleça entre as classes sociais um sentimento de benevolência recíproca, tão necessária à construção da solidariedade orgânica e do crescimento econômico equânime, caritativo e humanista, que com o trabalho e a justiça formam os quatro pilares do progresso; acaba por sofrer a sanha do retardo psicossocial.

Por isso, faz-se imprescindível uma crítica filosófica radical à política atual, à pesquisa social, à mídia em geral, aos discursos e às ações dos homens públicos, empresários e celebridades. Que tipo de sociedade essa gente quer? O que fazem para mudar?

É preciso falar de Minas. Afinal, Minas ainda é!

Mas, falar de Minas é politizar na teoria, na práxis e na poiésis.

Só assim, se pode apurar, esclarecer e aperfeiçoar os métodos e os processos com que a *intelligentsia* das Minas Gerais e do Brasil opera o seu labor, analisando, refratando e discursando sobre as ideologias aos quatro ventos. O dragão não dorme, mas os santos descansam na verdade de Deus.

¹ Professor catedrático e emérito e um dos fundadores da FACE – UFMG. Ilustre paulista, nascido em Silveiras (1907 – 1986) e único brasileiro membro da *Accademia Italiana di Economia Aziendale*.

É preciso observar que os setores públicos não se entrecruzam quando se trata de projetos de desenvolvimento econômico. Para dar um exemplo clássico, as secretarias de cultura ignoram as secretarias de turismo, e vice-versa. É “cada um na sua”. Tratam em conjunto de banalidades corriqueiras. E repetem como a mais pura verdade: “cada macaco no seu galho”, pois assim, diminuem seu trabalho e fingem que trabalham em prol da Nação.

O mesmo se dá entre turismo, agricultura e meio ambiente. É cada um por si.

As agências federais desprezam as agências estaduais. Parceiros e concorrentes não conseguem estabelecer comunicação “entre – firmas”.

As comunicações e as informações são ruins, sem controle e sem planejamento. E custa à sociedade admitir tais condições, na sua ânsia desenvolvimentista e no seu recalque norte-americanizado, anglo-saxônico.

Assim, perdem-se mercados e produtos. Por isso fala-se em “custo Brasil”, tamanho o desperdício de recursos, de tempo e de dinheiro. Entretanto, os fatores socioeconômicos necessários ao desenvolvimento regional, e que compõem as tríades antropológicas produto-produtor-propriedade (César, 2000) precisam ser interpretados através de um diagnóstico técnico-científico cuja metodologia é complexa, porém factível, devido às tecnologias de busca, elaboração e interpretação de dados.

As exigências da burocracia federal, estadual e municipal chegam às raias do ridículo, por exigirem de empresas comuns, segundo Werner Dietsch (jornal *Estado de Minas/Economia*, 2007), 5.000 (cinco mil!) campos digitalizados, com dados preenchidos mensalmente. Pra quê? Senão para impedir que o país avance e se torne a maior economia do planeta? Essa burocracia só atende aos interesses de norte-americanos e europeus que, assim, nos subjagam. Enquanto isso, os políticos lobistas de transnacionais deitam e rolam.

As complexas exigências técnicas, históricas e geográficas, para correto manejo integrado das microbacias (Cesar, 2010), bem como para a correta gestão das estruturas socioeconômicas das empresas e famílias

rurais não são conhecidas do público em geral. Estão restritas a academias e não são difundidas a contento. Posterga-se o futuro.

As razões de os atores públicos e privados padronizarem as interpretações técnicas da geografia econômica e da história local e regional, criando diagnósticos rápidos e banais para seus investimentos tornam a transposição do São Francisco, a Hidrelétrica de Belo Monte e outros projetos, um paradoxo emblemático: megaprojetos cujos interesses são escusos.

Eis por que, para se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento sustentável, ou, melhor dizendo, de desenvolvimento compatível (uma vez que tanto o termo *desenvolvimento* quanto o termo *sustentável* são ainda mitos não resolvidos nem pela economia, nem tampouco pelas outras ciências sociais e naturais) deve-se estabelecer uma estrutura inteligente e competitiva de decisões públicas, a qual exige, necessariamente, um conjunto de ações em que o diagnóstico correto dos problemas sociotécnicos das microbacias e dos interesses que ali atuam possa ser bem compreendido e atendido, e explicitado para o público acadêmico, para os políticos, leigos e residentes rurais (indígenas ou não).

De fato, é a geografia humana de Giuseppe Dematteis (1997) que nos ensina que o projeto implícito do lugar deve ser conhecido e trabalhado pela comunidade antes de se permitir no local um projeto privado ou um programa de desenvolvimento tipo parceria público-privada (PPP). Que, aliás, é mais uma técnica copiada da Europa e dos EUA.

A comunidade local precisa estudar para conhecer o que pode ser feito no seu território e o que cada sujeito social pretende, de fato, que seja feito. É preciso explicitar os interesses e dirimir os conflitos. Entretanto, no Brasil atende-se em primeiro lugar ao interesse do capital globalizado e só depois se dão vistas ao projeto implícito do lugar: à comunidade e aos seus anseios, ao meio natural e à infraestrutura socioeconômica e histórica das famílias pobres. Confirma-se o círculo vicioso da pobreza e da miséria.

A Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte (e várias outras represas como a Barragem Olhos d'Água, Várzeas da Flores, Lagoa Santa, só para

citar algumas) são emblemas desses erros políticos, que tanto incomodam aos juscelinistas, tancredistas, fernandistas, lulistas, dilmistas, aecistas e por aí afora.

Tal como estas represas, acima citadas, vários lagos artificiais em Minas Gerais estão carregados com o estrume das populações do seu entorno, por decisões políticas que privilegiaram uma ocupação territorial (des)ordenada pelo mando das elites financeiras do país, sem critérios de engenharia sanitária e sem critérios sociais que privilegiem o bem-estar dos pobres. O que interessa neste tipo de projeto é a fortuna que poucos irão embolsar.

Dessa forma, os estudos sistemáticos dos perfis sócio-geotécnicos das microbacias, que são as células produtoras de água, mediante uma completa leitura dos recursos ecológicos e humanos que as habitam, nunca foram feitos, e, hoje, são mais que necessários. São urgentes. Porém, postergados.

A gestão das microbacias (Cesar, 2000) se transforma numa prática educacional essencial para a evolução do povo mineiro e para o crescimento correto da sua economia. Mas aos governantes tais investimentos não interessam. Eles devem atender aos interesses das coligações partidárias manipuladas por interesses de grupos privados. Uma política covarde e desavergonhada.

Ao se estabelecer a cobrança (ou não) pela água e ao se verificar de quem não cobrar, a qual ordenamento territorial proceder e quais microbacias privilegiar, criam-se polêmicas, antipatias, conflitos e ciúmes. E, como são as influências e as aparências que comandam a política atual, o desenvolvimento medido pelo PIB satisfaz aos governos e suas oligarquias.

Eis a razão dos absurdos! Os técnicos federais e estaduais, do IBAMA, IEF, AMDA e de entidades privadas como WWF, Conservation International, Biodiversitas etc., não lutaram para incluir as veredas e as várzeas de Minas Gerais na Convenção de Kushiro e na Convenção de Ramsar para proteção de áreas úmidas e alagadas. Um descaso para com a mineiridade. Um descaso diante do mitológico “Programa Provárzeas”. Um absurdo nó górdio que os vaidosos fazem questão de não ver.

Um povo que conhece, respeita e trabalha seus valores mantém intactas a sua grandeza e dignidade, mesmo diante de camarilhas ou de cataclismos.

Minas não é mais? Minas não é mais? Será que Minas não é mais?

O fato é que, com relação à gestão de microbacias, tem-se hoje: um número infinitesimal de microbacias degradadas, dispersas e desprovidas de planos de ordenamento. As mais importantes em volume de água e mais poluídas (Ribeirão do Onça e Ribeirão Jequitibá, p.ex., afluentes do Rio das Velhas) estão desprovidas de diagnósticos e planos refinados. Embora as mais importantes entidades que cuidam da água digam o contrário (FEAM, Projeto Manuelzão, COPASA etc.).

As questões históricas, geográficas, econômicas e estruturais são desconhecidas. Ou pelo menos os dados estão dispersos e são manipulados “sabe-se lá” com que critérios. O volume de crédito para pesquisa e produção agroecológica é irrisório. A educação rural desapareceu. As florestas perdem espaço para o boi branco. Não se plantam árvores como deveriam ser plantadas. As políticas e leis de uso do solo são infrutíferas. O Instituto Estadual de Florestas só estimula o plantio de eucalipto, as corrupções, o desmatamento e as multas aos pequenos e pobres produtores rurais que não conseguem fazer a averbação de suas terras.

Os pequenos produtores, órgãos e institutos públicos e privados da cultura, educação, do meio ambiente e da agricultura são os mais sacrificados em termos financeiros, há décadas. E modificaram o melhor Código Florestal do mundo, só porque ele nunca foi cumprido pelo Estado e nem pelas grandes empresas.

Um absurdo jurídico sem tamanho, que nunca na história de um país jamais foi noticiado. E a sociedade organizada se cala. Assiste absorta em consumismos, sem querer opinar. Sem querer sequer saber dos fatos, detalhes, situações passadas, presentes e futuras. A quem interessa tais mudanças e a quem beneficiará um Código Florestal retalhado, infiel aos preceitos agrônômicos, florestais, zootécnicos, hidrogeológicos?

Não é de assustar que vários rios, ribeirões e lagoas estejam gravemente poluídos, assoreados e ameaçados. O imobilismo no plantio

de árvores endêmicas é recorrente. O incentivo para o plantio de árvores exóticas, como eucaliptos e pínus causa a morte de líderes religiosos e indígenas que se opõem aos desmandos de empresários sem escrúpulo.

Num haicai desaforado, ousou dizer:

Nesse sertão, irmão,
O que manda é o carvão.
Obedeça ao pagão.

Sua morte é osso.
Sei lá eu... Sei lá eu...
Cristão não é cristão.

Patrão fala com a mão.
Índio hoje come ração.
Vão s'imbora, irmão!

Índio não existe mais.
Arrastemos, com fé,
nosso pobre caixão...

Ora, num estado considerado a “caixa-d’água” do Brasil, deve-se conservar e preservar as florestas nativas. Deve-se pagar, em especial, aos pequenos proprietários rurais pela conservação de bosques, pela proteção das nascentes, e pela recomposição das florestas nativas. Mas tal não ocorre.

Deveria haver incentivos para conservação das matas nativas, para plantio de árvores nas pastagens, aumentando a agrobiodiversidade e, a melhoria da qualidade de vida no meio rural, fixando o homem no campo, especialmente os jovens e protegendo as águas telúricas. Tal não ocorre. Que cultura da água é essa que polui tudo e faz o povo rir quais hienas?

Minas não é mais? Minas não é mais?

Até quando vão continuar a mentir, dizendo que as Minas Gerais têm programas diferenciados, assim e assado? Programinhas! Firulas!

para análise dos conflitos, embora conheçam, *en passant*, o método cartesiano e o utilitarismo bénthamiano, que tanto influenciou Joaquim José da Silva Xavier e os demais Inconfidentes, pelos idos de 1780. Um paradoxo da mineiridade.

Discutir com empresários brasileiros e certos cientistas como a matemática fractal de Benoit Mandelbrot (1977) pôs por terra a certeza das previsões obtidas pelo modelo econômico neoclássico, confirma a assertiva de alguns raros economistas de que é preciso antes constatar do que prever (lições dadas por José de Castro).

De resto, “é murro em ponta de faca”.

Mas, ficam lá as profecias aos filósofos, poetas e santos. Os capitalistas mineiros e brasileiros não investem em pesquisas sobre planejamento territorial e manejo de microbacias, por uma única razão: esse é um saber que incomoda o poder instituído.

O saber sociotécnico sobre as microbacias regula a vontade do capital na sua relação com a terra, com a mina e com a nascente d'água. E em Minas é mister controlar as posses! A história e a geografia o demonstram.

Tais conhecimentos estão sedimentados no âmago da alma mineira. Retratados na imortalidade da “Casa de João Pinheiro”², na alma iluminada dos seus consócios, que mantêm viva a chama deste espírito que moveu seus fundadores e patronos pela grandeza do povo de Minas, no Brasil e no mundo.

Como dizia o querido ator Paulo José, “trabalhar com o significante é trabalhar o transparente”. Eis porque é preciso exortar os mineiros a meditem na filosofia política dos seus líderes atuais e no seu sistema econômico, em cujos processos se menospreza o homem comum, desqualificado; cujo ambiente natural e cultural é desconhecido e desprezado, porque selvagem, rude e vasto.

Ser-tão bravo. Ser-tão grande. Veredas... Veredas e falares...

Estes conflitos entre poder e processo produtivo diante de decisões coletivas foram muito bem estudados por Hannah Arendt (1991) e por W. J. M. Mackenzie (1976).

² Como é conhecido o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Arendt (1991) expôs a condição humana e demonstrou os equívocos de muitas pessoas que ainda confundem a força pessoal com o poder. A força dos talentos de uma pessoa unida a um grupo de talentos é que cria o poder.

Por aqui, nestas Alterosas, basta 30 mil pila de débito num banco qualquer, um carro popular a prestação e uns óculos escuros de camelô, que “o cara” tem poder...

A forma como um grupo discursa e age exercendo seu poder na sociedade é que define a sua ideologia, a ponto de incomodar o governo e enervar o governante. Um escritor, artista, homem público, empresário, cientista, homem comum que seja, ao aliar a força de seus talentos aos talentos de outros bons como ele, faz com que o poder instituído se arrepie. O poder, hoje, ruge, rosna e se arrepia diante dos poetas. Mas não mais os intimida.

Mackenzie (1976) demonstrou como e por que as decisões sociais e os valores individuais criam um constante paradoxo que gera dificuldades para se estabelecer e testar modelos capazes de avaliar o poder de decisão da comunidade. Um paradoxo comum na história de Minas e do Brasil.

Pietro Armani (1963), de maneira similar, tratou da questão do planejamento territorial em relação aos centros de poder, explicando por que os prefeitos têm que criar associações contrárias aos governos federal e estadual, para poderem gerir as necessidades locais e regionais do povo do município.

O modelo de planejamento territorial de Minas Gerais parece ser derivado da metodologia francesa. É o que sugere a leitura de Jean Vergeot (1963). Porém, de posse do método e do modelo de planejamento francês, a política mineira optou pela descontinuidade dos planos oficiais de desenvolvimento e pelo antipopulismo. Esse espírito político, segundo Otavio Soares Dulci (1986), sustenta, historicamente, a ordem civil em Minas Gerais, enraizada no *status quo* burguês da classe média de estilo fordista.

É também alarmante o fato de as recentes leis de gestão ambiental e de gestão das águas neste país sugerirem a participação das comunidades urbanas e rurais (pobres) em decisões políticas que tratam do

desenvolvimento; sem mencionarem, no entanto, os meios de aquisição das técnicas, de execução de tarefas e de acesso às tecnologias que lhes permitam tal participação. Uma falcatura legislativa das oligarquias.

Neste caso, pode-se esperar por um jogo, cada vez mais danoso para a sociedade, que é a competição entre os ricos e os pobres. A competição, cada vez mais violenta, como ensina Erving Goffman (1975), entre gente informada e gente estigmatizada, com acirramento do ódio entre as classes sociais, pelos recursos que deveriam ser públicos, mas que são usurpados pelos ricos.

A competição pelo poder, nas decisões orçamentárias da nação, demonstra a banalização da violência a que está submetida a sociedade, criando um estado de exceção, como afirma Paulo Arantes da USP (jornal *Estado de Minas*, Caderno Pensar, 2007).

Então, como proteger as gentes, os recursos naturais e culturais e os valores intrínsecos e efêmeros da mineiridade? Qual o propósito da economia, da história e da política? Quais as razões de estarmos vivos? Para quem, com quem e como edificar o presente, senão através da educação, da arte, da agricultura, do direito, da engenharia, medicina, geografia, história e demais ferramentas do Humanismo?

As Minas Gerais, hoje, se apresentam com seus espaços rurais e urbanos desumanizados. O inconsciente coletivo da mineiridade atual despreza os espaços públicos. Despreza o Humanismo Latino. As gentes, cada vez mais deseducadas, dão importância aos espaços privados luxuosos e ao consumo exacerbado.

A força dos talentos pessoais se desvirtua em um falso poder pessoal, tirano e sensualista. Os discursos e as ações estão banalizados. É o vale-tudo institucional e pessoal. Este é o humanismo neopagão, que agoniza diante da verdade.

Mas, Minas é muito mais! Minas é mais!

O problema maior da História de Minas são os paradigmas nos discursos de incautos, fomentando ideologias perniciosas. É preciso, pois, trocar o medo pela coragem. Assim disse Pe. Cândido Francisco da Silva, na beira do Rio São João, dias antes de ser assassinado. Um mártir baiano que deu a sua vida pela dignidade da gente pobre do norte

de Minas Gerais sufocada pelos eucaliptais e pela derrubada da Mata Seca.

Mas, se as urbes globalizadas, hoje, nos oferecem humanismos mortos – capitalismo, ativismo, tecnologicismo e todas essas mórbidas experiências de místicas cujas imagens antropológicas são de homens e mulheres alienados e anômicos, de semideuses urbanos, que vivem numa antropofagia satânica; como, então, edificar uma sociedade livre do ódio, do revanchismo burguês, do medo e da desesperança?

Como dar voz às muitas Minas?

Deixemos que as imagens do humanismo verdadeiro nos sejam reveladas por espíritos iluminados como Henrique Cláudio de Lima Vaz, esse mineiro, incomparavelmente, o maior dos filósofos brasileiros. E por tantos outros mineiros cujo *élan* traz a profecia de um céu verdadeiro nesta terra.

É diante da pluralidade singular do homem, tal qual falou Hannah Arendt, e rebatendo os falsos humanismos, que o homem se faz mito de si mesmo. Quando transcende a sua condição humana e deixa, implícita e explicitamente, as suas ações, os seus discursos e a sua obra como a essência que dá razão ao seu viver ele, como pessoa, dá testemunho da sua origem étnica e antropológica. Assim é o mineiro, dono da sua mineiridade autêntica.

Por isso, falar de Minas é dar voz ao ser comum, geralista ou veredeiro. É lutar e morrer pela liberdade. É se reconhecer como parte de montanhas mil, de gentes assombrosas. É procurar um círculo dialético que dê razão aos seus trabalhos...

Falar de Minas é querer viver o etéreo da eternidade, num sopro só.

Bibliografia utilizada:

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1991.

ARMANI, Pietro. *Per un esame di coscienza degli amici del centro sinistra: programmazione e centri di potere*. Rivista Il Mulino, fascicolo 132, No. 10, Bologna, 1963.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. Editora PUCMinas, Belo Horizonte, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Editora UnB, Brasília, 1977.

Bramwell, Bill. *Selecting policy instruments for sustainable tourism*. In Global Tourism. Butterworth – Heinemann, Oxford, 1998.

CESAR, J. R. de Castro. *Tourism in Micro Catchment Basin Areas – A Policy for Minas Gerais State*. 5th International Symposium on Environmental Geotechnology and Global Sustainable Development. UFMG, Belo Horizonte, 2000.

_____. *Antropologia do turismo: as influências da imagem atual do homem no arquétipo da mineiridade, no ambiente e nas interações humanas*. In JÚNIOR, Arno dal Ri & PAVIANI, Jayme (Org.) *Humanismo Latino no Brasil de Hoje*, Ed. PUCMinas, Belo Horizonte, 2001.

_____. *Análise do desenvolvimento sustentável do turismo em pequenas comunidades rurais de Minas Gerais*. Estudo de Caso do “Saco da Vida”. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Progetto implicito – Il contributo della geografia umana alle scienze del territorio*. Franco Angeli, Milano, 1995.

- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o Antipopulismo no Brasil*. UFMG/PROED, Belo Horizonte, 1986.
- FALAS DO TRONO – Desde 1823 até 1889. Coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados. MEC, Instituto Nacional do Livro, Brasília, 1977.
- FERNANDES, Carla e MARTINS, Antonio. *A Teoria Financeira Tradicional e a Psicologia dos Investidores: uma análise empírica*. In Portuguese Journal of Management Studies, Vol. III, issue 1, pages 43-76, ISEG, Technical University of Lisbon, Lisbon, 2002.
- GADAMER, Hans-Georg. *Vérité et Méthode. Les grandes lignes d'une herméneutique philosophique*. Éditions du Seuil, Paris, 1976.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Ed. Vozes, São Paulo, 1975.
- GOMES, Eduardo Rodrigues. *Campo contra cidade – O Ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro, 1910/1935*. Revista Brasileira de Estudo Políticos, No 56, UFMG, 1983.
- HUYSSSEN, Andréas. *Reconsidering the high/low debate in the global context*. Colóquio ABRALIC 2001 – Valores: arte, mercado, política. Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. Agir Editora, Belo Horizonte, 1945.
- MACIEL, Maria Inês Etrusco. *A pesquisa-ação e Habermas*. UNA Editora, Belo Horizonte, 1999.
- MACKENZIE, W. J. M. *Modelos de Tomada de Decisão Coletiva*. In Teoria dos Sistemas. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1976.
- Marczewski, Jean e Vilar, Pierre. *Qué es la historia cuantitativa?* Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1973.
- MAUÉS, Fernando. *As ensinanças do livro do cavalgar*. In MONGELLI, Lênia Márcia (coordenação). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara 1764 – 1835*. Coleção Brasiliana, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1958.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Evolução do Povo Brasileiro*, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1956.

REVISTA RAIZ. Artigo “Marchand da Resistência”, Editora Cultura em Ação, São Paulo, janeiro de 2006.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. 5ª Ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1978.

SOUZA, Risonete Batista de. *Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro*. In MONGELLI, Lênia Márcia (coordenação). *A Literatura Doutrinária na Corte de Avis*. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Antonio Francisco Lisboa e a Nacionalidade In Aleijadinho*. Revista do Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1983.

VERGEOT, Jean. *La pianificazione regionale in Francia*. Rivista Il Mulino, fascicolo 132, No. 10, Bologna, 1963.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. Cosac & Naify Edições, São Paulo, 2002.



Memória

*Yeda Prates Bernis**

A brisa fresca da noite
passeia pelo passado
desmancha sombras e nuvens
desvenda sonhos perdidos
cinzela a pátina do tempo
e em desmedido fascínio
entre rendas e poesia
contemplo extasiada
meu filho
que acaba de nascer.

* Poetisa, com vários livros publicados. Da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 6.

Tributo a Nelson Mandela*

*Zanoni Neves***

Trago em minhas mãos
dádivas a ofertar
duas estrelas cintilantes
de luz múltipla
e brilho inconfundível:
liberdade e resistência
estrelas geminadas no transcurso
da história humana
estrelas-guias da igualdade
nos dias que advirão.

* Poema concebido por ocasião da visita de Nelson Mandela ao Brasil.

** Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Baldosamente

*Gérson Cunha**

Por hoje, não garanto este incauto soneto,
Que rastreia, de novo, o tema da velhice;
Mas que não venha, espero, a ser literatice,
Embora nem sonhasse as vozes de um moteto.

Prossigo então e, adiante, nem sei se cometo
Alguma parvoçada ou mesmo caduquice.
Que bom se nessa altura a vida reflorisse,
E houvesse, contra os males, um bom amuleto!

Pelas ave-marias, já sem validade,
Nem assim preconizo estátuas ao honor:
É coisa lá, bem mais, de alguma potestade.

Por outra, se uma jovem chama-me “senhor”,
Com perdão da insepulta e impropícia vaidade,
A minh'alma, tão logo, é tomada de horror!...

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

Furnas de São Domingos: a casa da minha avó

*Kátia Chaves Romano**

Da minha avó
herdei a mulher vigorosa.
Espontaneidade estampada no rosto
e pura alegria de viver
na simplicidade do risinho maroto.
Recordo-a fumegante-
em torno do fogão.
Solfejava:
“Vá buscar a couve do almoço, menina”.
Afoita e de volta,
passava por mim
com as couves na mão.
Para o almoço, sem ver maldade,
matava galinha torcendo o pescoço.
Tinha lá seus bichinhos domésticos:
criava cobra de vidro no porão
com galinhas, sapos e lagartos.
Na minha ótica infantil ela criava também
morcegos e dragões soltando fogo pelas ventas.

* Aprendiz, em Prosa e Verso.

Quietinha no quarto, eu acreditava que
– “Papai do céu protegia todos nós”
como dizia a mesma vovó, rezando o terço.
A mesa sempre posta da fazenda,
variava petiscos num piscar.
Ocupada com a lida, vaidosa e cheirosa
ao sair do banheiro,
onde morava um sapo no oco do vaso sanitário
ou da banheira, não sei mais.
Me intrigava a permanência dele ali, naquele lugar.
Ir ao banheiro da fazenda fora, no início, pura adrenalina e
depois, só um pouquinho; depois deixou de ser.
O sapo tornou-se cria da casa como a cobra no porão.
Estranho anfíbio, achava eu que à noite saía
para viver sua outra condição.
Bem sabem as crianças
que ir à festa no céu era seu destino.
Podia-se ouvir o coaxar do bando,
chamando pelo líder que de dia,
no vão do banheiro, só mexia o papo,
como se o coração ali morasse.
Sabem também as mocinhas
que beijar um sapo pode causar principescas surpresas.
Fabulosa mesmo foi ela, aquela avó dos tempos fazendeiros,
atitudes prazenteiras e para sempre admiráveis.

Moravam em seus olhos extraordinárias visões dos astros,
já não sei se do mundo real ou de regiões imaginárias, não importa.
Afago sua vitalidade e brava coragem no meu coração,
onde dela vive a roceira em mim.
E assim cintila a estrela no céu.

O tempo nos levará

*Adair José**

Águas:

muitas águas no curso deste rio onde naufrago.

Águas de outras distâncias: nascentes, acontecências e memória.

Anteriores às paredes que me imponho,

são profundas corredeiras de consentida solidão.

Amargas águas que inundam o meu querer,

criando limites aos sonhos de meu ligeiro voo.

Mas a aridez do mundo não deitará o sal do silêncio
na palavra incrustada nas fontes de minha boca.

Multidões de nomes e faces, corroídas, no apressado
das águas que banham o deserto do meu coração.

A casa sonhada no fim do mudo;

ventania recorda o abrigo no rés do chão.

Águas! A força indescritível do Espírito que a tudo anima
superando o inviolável das interrogações.

O escritural, em secreta cumplicidade, insinua águas de esperanças...

Muita coisa – quase nada no fim desta estrada!

Destino ou odisseia?

Ambas as hipóteses de gregas raízes e se diluem
nas turvas águas de nosso vão conhecimento.

Tão semelhantes entre si as águas do mar salgado
e aquelas que encharcam o mar da vida!

* Professor, escritor, reside em Belo Horizonte.

Mares desconhecidos – de águas e de interrogações!
fronteiras intransponíveis.

Compreendo: as raízes da vida são as mesmas
fragilidades do que se vive nos limites do chão.

Permaneço, em atitude de humilde espera....

Anjos de Ouro Preto

*Tasso de Carvalho**

Pedra sabão,
Sabão que a água não desmancha
Sabão que minhas mágoas não lava...
Anjos de pedra que imagino sorrir
Quando sorrio,
Anjos de pedra, que imagino chorar
Quando choro
E que quase sempre estão chorando
Na frieza da pedra...
Anjos humildes, rodeados de ouro
E trajados de mistério...
Anjos etéreos, eternamente dançando
Na fumaça do incenso
O silêncio do órgão fechado.
Anjos mudos, que na rudeza das formas,
nos contam histórias
De um Deus que existe.
Anjos de pedra

* Em 1952, Tasso de Carvalho, poeta, ilustrador e militante da política estudantil na Faculdade de Direito da UMG, compareceu à Semana Euclidiana em São José do Rio Pardo, SP. Integrava o grupo mineiro. E dedicou às participantes de Santos no conclave o poema sobre Ouro Preto, resgatado em 2013 graças à gentileza de uma das euclidianas daquela ocasião.

Testemunhas indiferentes
De confissões desesperadas
De olhares súplices
E gerações ajoelhadas.
Anjos de pedra,
Que uns aos outros,
Contam seus segredos
Na escuridão noturna
Da igreja fechada...
Anjos brincalhões que à noite,
Penteiam a Virgem,
Acendem as velas,
Tocam os sinos
E olham das torres
Ouro Preto dormindo
O sono cansado
De quem viveu muito...